

TELEGRAMA +++ URGENTE

AO COMITE CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO VIETNAM
COMITE CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUES CON-
DENA VEEMENTEMENTE AGRESSÃO MILITAR CHINESA A RE-
PUBLICA SOCIALISTA DO VIETNAM, MANIFESTANDO INTEI-
RA SOLIDARIEDADE AO PARTIDO COMUNISTA DO VIETNAM E
AO HEROICO POVO VIETNAMITA.

LISBOA, 17 DE FEVEREIRO DE 1979



A sua chegada a Lisboa, o camarada Luís Corvalán foi recebido pelos camaradas Álvaro Cunhal e Dias Lourenço

LUÍS CORVALÁN ESTÁ EM PORTUGAL

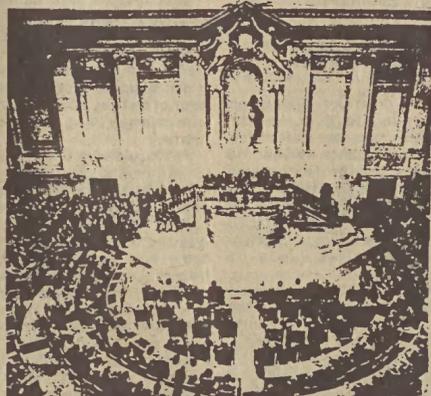
Os comunistas, os trabalhadores, todo o povo português saúdam nos camaradas Luís Corvalán e Víctor Cantero, a luta do povo chileno contra a ditadura fascista de Pinochet.

Pag. 3

Hoje, às 21.30, no Campo Pequeno
comício de amizade
Partido Comunista Português
Partido Comunista do Chile
com Luis Corvalán e Álvaro Cunhal.



Editorial ● Nota do PCP (pág. 2) ● Notícias nas págs. 10 e 11



O. G. E.

- O desrespeito pela legalidade democrática.
- O agravamento das condições de vida.
- A criação de um novo imposto.
- O agravamento da situação económica.
- O enfeudamento cada vez maior ao FMI

Pag. 4

REFORMA AGRÁRIA

Milhares de trabalhadores nas ruas protestam contra o prosseguimento da criminosa ofensiva do MAP

Pag. 9

Informação

Sessenta dias de acção de Proença de Carvalho contra a Comunicação Social estatizada. Os factos (pág. 12) e os objectivos (pág. 2)



Descem as águas, ficam os problemas

(págs. centrais)

Editorial

TIREM AS MÃOS DO VIETNAM HERÓICO

De novo sobre a terra mártir da Indochina se ouve o troar dos canhões. Há bem pouco ainda todos os povos amantes da paz seguíam com um estremitamento de angústia e um profundo sentimento solidário o drama pungente e a epopéia heróica do povo vietnamita contra o poderio militar da maior potência imperialista do mundo — os Estados Unidos.

Milhares de toneladas de ferro e aço sob a forma de metralha juncam o solo do Vietnam; densas e ricas florestas verdes, sob a acção venenosa dos desfolhantes químicos, foram transformadas em vastos cemitérios de árvores calcinadas; multos milhares de patriotas, homens, mulheres e crianças da população indefesa, foram cruelmente chacinados pelos bombardeamentos maciços da aviação lanque.

Apesar do seu monstruoso poder militar, os agressores imperialistas foram vencidos e expulsos, a pátria vietnamita libertada e reunificada, a paz reconquistada para as heróicas terras de Ho Chi Minh.

Agora, porém, as bombas que caem sobre o Vietnam socialista, os tacões dos novos invasores que neste momento ainda pisam a sua martirizada terra, têm outra marca e um carácter mais odioso: vêm de um país que até há pouco em palavras se considerava socialista, embora tivesse há muito virado as costas ao socialismo, um país vizinho que ainda não há muito se dizia "amigo" e cuja máscara calu agora em definitivo — a China.

Quais as razões profundas desta nova e traiçoeira provocação armada de grandes proporções dos dirigentes chineses contra a República Socialista do Vietnam?

Que se esconde por detrás desta perigosa operação de guerra contra um país socialista que saiu recentemente de uma longa e cruenta guerra movida e imposta pelo imperialismo lanque?

Eis uma questão que é urgente e conveniente aprofundar e aclarar para esclarecimento da opinião pública.

☆☆☆

O que determinou a perigosa aventura armada da camarilha chinesa contra o povo vietnamita?

Trata-se no dizer dos homens de mão de Pequim, de "justiceros" chineses contra os "agressores" vietnamitas! Como se vê, não se pode ser mais cinico.

Na verdade, a criminosa agressão chinesa contra o Vietnam Socialista obedece a objectivos hegemónicos e belicistas precisos, a um plano expansionista largamente premeditado e montado de todas as peças pelos dirigentes chineses que se inserem

na teoria e na prática do maioismo que continua a guiar os passos dos sucessores de Mao. Este plano tem visivelmente o apoio interessado e disfarçado dos círculos imperialistas dos Estados Unidos e do Japão que aspiram a lançar numa confrontação armada a China e a União Soviética.

Significativamente, a criminosa invasão do Vietnam tem início à raiz mesma do estabelecimento de relações diplomáticas entre os Estados Unidos e a China Popular; da viagem de Deng Xiaoping a este último país e das suas conversações secretas com conhecidos inimigos da paz, como Brzezinski, e ainda após a assinatura do tratado de amizade e cooperação entre a China e o Japão, claramente dirigido contra a União Soviética.

Uma "Triplíce Aliança" Pequim-Tóquio-Washington está efectivamente posta de pé com todas as suas consequências e perigos para a paz mundial. Os círculos imperialistas de Washington e Tóquio jogam, contudo, um jogo extremamente perigoso não somente para a segurança e a paz entre os povos em geral como para a sua própria segurança.

Os dirigentes de Pequim que encham a boca com o pretendo hegemónico da União Soviética estão iniciando ou tentando iniciar neste momento no Vietnam, a escalada agressiva para a hegemonia mundial da China preconizada por Mao.

Sabe-se que os mapas "históricos" publicados na China incluem no território "chines", além de faixas importantes do território soviético, parte da República Popular da Mongólia, da Coreia, parte da Índia, o Nepal, o Butão, a Birmânia, a Tailândia, a Malásia, o Kampuchea, o Laos, o Vietnam e ainda quase todas as ilhas dos mares da China Oriental e do Sul da China.

As vistas hegemónicas de Mao iam, porém, mais longe: na sessão de Setembro de 1959 do Comité Central do PC chinês disse ele que "nós devemos conquistar o globo terrestre. O nosso objectivo é todo o globo terrestre, onde criaremos uma grande potência".

Os imperialistas dos Estados Unidos, do Japão e das outras grandes potências capitalistas lá verão onde encaixar neste esquema as suas próprias ambições e o seu lugar ao sol...

☆☆☆

A monstruosa agressão armada contra a zona fronteiriça do Norte do Vietnam vem depois de inúmeras provocações organizadas na região pelos dirigentes chineses, assim como do fracasso da sua política de apoio ao regime terrorista de Pol Pot — leng

Sary no Kampuchea, agora libertado pela Frente de Unidade Nacional do Kampuchea (FUNSK).

Na zona norte da fronteira sino-vietnamita a camarilha dirigente de Pequim desencadeou acções provocatórias e sabotadoras contra a República do Vietnam, organizando grupos clandestinos de pessoas de origem chinesa que se dedicavam ao tráfico ilegal de pessoas e bens e minavam a confiança dos habitantes no governo do Vietnam socialista.

A pretensa "invasão" do Kampuchea pelas tropas vietnamitas foi uma provocação e uma intriga montada pelos dirigentes de Pequim para justificar a sua agressão ao povo do Vietnam.

Os planos expansionistas, de carácter nacionalista e burguês, dos dirigentes chineses não são uma congeminação de última hora. Trata-se, afinal, da aplicação da doutrina social-chauvinista do maioismo pelos sucessores de Mao.

Na sua explanação teórica e prática põem a nu os aspectos mais reaccionários e chauvinistas dessa doutrina, que representa uma aberta negação do marxismo-leninismo.

A hostilidade à causa da paz, do entendimento e da libertação nacional e social dos povos, ao movimento comunista internacional, o feroz anti-sovietismo e o ódio à comunidade socialista impregnam toda a doutrina maioista aplicada pelos sucessores de Mao, entre os quais está longe de se verificar uma unidade de vistas e coesão interna. A prática dos dirigentes chineses tem-nos conduzido efectivamente à tendência para a cooperação com os inimigos do socialismo científico, a uma cooperação com os círculos mais reaccionários do imperialismo. De maneira crescente, os dirigentes de Pequim assumem a direcção ideológica principal de uma nova aliança anti-soviética e anti-socialista, condu-lo-los cada vez mais para o terreno perigoso das aventuras de guerra.

A nova política desenvolvimentista da clique dirigente de Pequim coloca-os abertamente no campo do capitalismo e do imperialismo.

Durante o ano de 1978, a República Popular da China assinou acordos com os mais importantes monopólios capitalistas para a construção de empresas metalúrgicas, petrolíferas, mineiras, de maquinaria, em associação com os grandes grupos multinacionais, aos quais promete pagar com petróleo, carvão, metais não-ferrosos e raros mas a quem já está a pagar, de facto, com a sua actividade política anti-soviética, de contulo com os Brzezinski e C., atraíndo de facto os interesses nacionais do Vietnam, do Kampuchea e doutros países e povos.

Toda esta febril actividade e planos se viram para

a preparação de uma nova guerra, a cuja inevitabilidade se aferram obstinadamente. A teoria das "quatro modernizações" assenta principalmente na militarização da economia (aumento do potencial nuclear para fins bélicos, rearmamento intensivo, apetrechamento das frotas aérea e marítima de guerra) em que são absorvidos mais de 40% de todos os gastos orçamentais.

Atraídos pelas perspectivas de grandes lucros, os grandes tubarões dos negócios, em especial dos armamentos, intensificam os seus contactos com a China. Só em 1978, mais de mil representantes de companhias norte-americanas e de dez mil negociantes japoneses se deslocaram à China na mira de chorudas encomendas e inversões de capital.

☆☆☆

Neste quadro, não é de admirar que, cada vez mais, o grupo dirigente de Pequim, que encontra uma crescente oposição popular à sua política expansionista, apareça em toda a parte como impulsor das forças mais reaccionárias contra o movimento popular e democrático e o movimento operário e de libertação nacional em cada país.

Em Portugal, é significativo que os dirigentes chineses tenham resolvido estabelecer relações diplomáticas com o nosso país somente quando um governo abertamente de direita dirige os negócios de Portugal.

Pequim sempre recusou reconhecer o Portugal de Abril. Agiu objectivamente contra o processo português de descolonização, aliando-se com os grupos inimigos da independência das antigas colónias portuguesas, dos seus movimentos de libertação e dos seus legítimos governos.

O caso de Angola é o mais gritante. Ainda hoje conselheiros militares chineses ajudam na Namíbia forças de intervenção em Angola contra o governo legítimo do MPLA e o seu presidente Agostinho Neto.

A escandalosa política de aliança com o regime de Pinochet, de verdadeira traição à luta do povo chileno, é uma das marcas mais odiosas da orientação reaccionária seguida pelos dirigentes chineses.

A criminosa agressão ao heróico povo do Vietnam define o verdadeiro carácter do regime hoje imperante em Pequim cuja política constitui uma grave ameaça à paz internacional.

O povo português não pode deixar de ver com indignação os rasgos e aventuras expansionistas dos dirigentes chineses e de condenar vivamente a brutal invasão do Vietnam socialista, cujo povo se impôs à admiração e estima de todos os povos do mundo.

Um crime hediondo contra o povo do Vietnam

1. A anunciada agressão militar da República da China à República Socialista do Vietnam confirma o carácter profundamente reaccionário da política dos dirigentes de Pequim e constitui um crime hediondo contra um povo que ganhou justamente a simpatia e a solidariedade dos povos do mundo pela abnegação e heroísmo das suas lutas de libertação.

2. O povo mártir e heróico do Vietnam, que enfrentou e venceu sucessivamente três agressões maciças do imperialismo nipónico, francês e americano, é de novo vítima das chamas da guerra desta vez ateadas por um novo expansionismo que cinicamente se acoberta sob as palavras do socialismo — o expansionismo chinês.

3. O acto de agressão brutal das autoridades de Pequim contra um país socialista não pode ser desligado da crescente aproximação dos dirigentes chineses dos círculos mais reaccionários do imperialismo e das recentes viagens do vice-primeiro-ministro da China aos Estados Unidos e ao Japão.

4. A invasão do Vietnam por tropas chinesas representa um factor de grande agravamento da tensão internacional e constitui uma grave ameaça à paz mundial.

A situação torna urgente a acção pronta de todas as forças democráticas e progressistas, de todas as forças amantes da paz, em apoio do povo do Vietnam na sua luta contra os agressores.

A causa da paz exige que as autoridades chinesas suspendam imediatamente as hostilidades contra o Vietnam socialista.

5. O PCP condena severamente os actos de agressão perpetrados pela República da China e chama os trabalhadores e o povo de Portugal a manifestarem a sua solidariedade ao povo heróico do Vietnam.

Lisboa, 17 de Fevereiro de 1979

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português

Que pretende Proença de Carvalho?

Na página 12, na secção "EM FOCO", "Avante!" publica hoje um impressionante repositório da actividade de Proença de Carvalho à frente do Ministério da Comunicação Social. Os poucos mais de sessenta dias que o antigo advogado de António Champalimaud, o director do jornal da CIP, conta naquele lugar constituem dos mais sombrios, dos mais preocupantes períodos da história da liberdade de expressão em Portugal, são um exemplo transparente da arrogância, do ódio, do despudor que tem caracterizado o Governo Mota Pinto na sua ofensiva geral contra a democracia portuguesa.

Para Proença de Carvalho como para os restantes homens do Governo mais à direita depois do 25 de Abril o objectivo é claro: andar o mais depressa possível na destruição da legalidade constitucional, na recuperação para a direita das posições perdidas — e isto de qualquer forma.

Não se pense contudo que esta escalada atabalhoada não obedece a claros objectivos, não corresponde a uma definição de fins a atingir, não obedece a um plano coerente com os objectivos da reacção.

Sanear e intimidar

Sob capa do anticomunismo mais vesgo e primário (de que aliás o próprio Mota Pinto dá o tom), desde a primeira hora que Proença de Carvalho revelou a sua intenção de afastar da comunicação social estatizada os profissionais com posições progressistas independentemente das suas qualidades profissionais e recorrendo aos pretextos mais idiotas e descarados.

Igrejas Caeiro é exonerado por um ridículo pretexto de "indelicadeza" com uma Comissão Administrativa que o demite um dia antes dela própria se demitir! José Manuel Nunes é despedido "ressalvando os seus bons serviços profissionais" e o programa "Contraponto" é suspenso por falta de "pluralismo". Vasco Graça Moura é positivamente posto no olho da rua sem que se lhe dê qualquer satisfação, e isto pelo presidente Soares Louro cujo partido Graça Moura tomou quando este fora atacado por Proença de Carvalho! Pedrosa Marques é afastado do "Diário de

a cortes e "correções" no serviço noticioso da agência. Obriga a RTP a transmitir mais do que uma vez as intervenções do Primeiro-Ministro, tripudiando sobre compromissos assumidos pelo próprio Governo na Assembleia da República.

E, para além disto tudo, no esforço de criar uma situação de facto Proença de Carvalho nomeia gente de direita para os cargos de direcção, homens "da sua confiança", desqualificados profissionalmente para as funções que irão exercer mas que garantem o servilismo em relação à ofensiva reaccionária.

Oferecer posições à direita

Em terceiro lugar e prevendo naturalmente que este IV Governo não terá muito mais para dar, Proença de Carvalho pretende manifestamente assegurar às forças da direita o maior número possível de posições na comunicação social que possam ultrapassar uma previsível queda do executivo.

Para a RDP dão entrada chefes de serviços noticiosos por imposição da CA e contra o parecer dos profissionais. O "Comércio do Porto" é desintervencionado e entregue de facto ao CDS; o "Jornal de Notícias" é igualmente desintervencionado e desenha-se a grande ofensiva contra ele. Fazem-se projectos no sentido de reprivatizar o Rádio Clube Português ou de, pelo menos, assegurar o controlo por interesses privados do 3.º e 4.º programas da RDP. O fascizante Tomás Rosa declara que o projecto da Rádio Televisão Independente tem perspectivas de andar para a frente com este Governo. O "Diário de Lisboa" é também desintervencionado numa clara tentativa de o estrangular financeiramente. Anunciam-se ofensivas contra o "Diário Popular" com perspectivas de nomeação de novos directores escolhidos a dedo entre a gentinha da direita. Anuncia-se o regresso de figuras gradadas da informação fascista como Artur Agostinho. Tudo parece indicar que a venda de "O Século"

Contra a Constituição

Naturalmente que toda esta ofensiva é feita não apenas ignorando a Constituição, mas constitui em si própria um ataque à Lei fundamental.

Proença de Carvalho não só toma medidas que contrariam o espírito e a forma do texto constitucional, mas ignora ostensivamente órgãos da Assembleia da República como são os Conselhos de Informação que sucessivamente têm condenado a acção terrorista do ministro.

A campanha contra os CIs — em que ainda ao lado de Proença de Carvalho toda a direita — é aliás esclarecedora da concepção de democracia desta gente. A berraria da "manipulação dos CIs" corresponde exclusivamente a posições tomadas pela maioria dos representantes partidários naqueles órgãos, em votações públicas e após debates públicos! Para a direita a democracia, é uma realidade quando as suas teses triunfam, é uma "manipulação" quando as suas teses são derrotadas. Atente-se que a campanha da "manipulação" corresponde afinal a dizer que um funcionamento democrático é "manipulado", donde poder ser ignorado e, mais ainda, não interessar e portanto dever ser destruído. Atribui-se a um membro do Governo a qualidade de poder julgar quando é que um órgão democrático é ou não manipulado, donde quando deve ou não ser acatado pelo executivo!

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!
O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soares Pereira Gomes, 1699-Lisboa CODEX, Tel. 768345.

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, S.A.R.L. Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º - 1000 Lisboa-1, Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX, Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO:

CDL, Central Distribuidora Livreira, S.A.R.L. Central: Rua Pedro Nunes, 9-A - 1000 Lisboa, Tel. 769744/769751.

Centro Distribuidor de Santarém: Av. Santos Dumont, 57-C - 1000 Lisboa, Tel. 769705.

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 90 - 1200 Lisboa, Tel. 372238.

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 57B - 4000 Porto, Tel. 28538.

Casa de Venda: R. do Almada, 18-2.º - Esq. - 4000 Porto, Tel. 310441.

Centro Distribuidor do Centro: Terreiro da Erva, 8 - 3000 Coimbra, Tel. 28394.

Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 - 2000 Santarém, Tel. 24564.

Centro Distribuidor de Setúbal: Rua de Angola, 28-A - 2900 Setúbal, Tel. 29493.

Centro Distribuidor de Alentejo: Alcaçova de Baixo, 13 - 7000 Évora, Tel. 26361.

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro, Tel. 24417.

ASSINATURAS:

CDL, Departamento de Venda Directa, Av. Santos Dumont, 50 - 1000 Lisboa, Tel. 763701.

PUBLICIDADE:

Lisboa: R. Pedro Nunes, 9-A - 1000 Lisboa, Tel. 41787. Composto e impresso na Heeka Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora.

Tiragem média do mês de Janeiro: 76 412



LEIA ASSINE E DIVULGUE

REVISTA INTERNACIONAL

CDL a distribuição



No aeroporto



Durante a calorosa recepção na sede do PCP

Luís Corvalán está entre nós!

Luís Corvalán, o secretário-geral do Partido Comunista do Chile que a solidariedade internacional e a luta dos democratas e patriotas chilenos arrancaram dos cárceres de Pinochet, encontra-se no nosso país, a convite do Comité Central do nosso Partido, chefiando uma delegação dos comunistas chilenos.

Ao desembarcar no aeroporto de Lisboa ao fim da manhã da passada terça-feira, aguardado por uma delegação do PCP, composta pelos camaradas Álvaro Cunhal e Dias Lourenço, Luís Corvalán trouxe abraço fraterno de um povo que perdeu a sua liberdade há cinco anos e meio a um povo que o recuperou há cinco anos.

O destacado antifascista

e patriota chileno, que se desloca ao nosso país acompanhado pelo camarada Victor Cantero, membro do CC do PC do Chile, e que permanecerá no nosso país até ao próximo sábado, mostrou-se, à chegada, profundamente empenhado em conhecer a realidade da democracia portuguesa e a luta do nosso povo para preservá-la e defendê-la.

Se bem que seja a primeira vez que visita o nosso país, Luís Corvalán, no breve encontro que manteve com representantes dos órgãos de comunicação social ainda no aeroporto de Lisboa, recordou os anteriores ocasiões em que, em trânsito, naquele mesmo local, não podia contactar com a realidade portuguesa,

porque o regime fascista o impediu.

Alarga-se a oposição ao regime de Pinochet

Hoje a situação é bem diferente e, por isso, o camarada Corvalán pode manifestar a sua alegria por se encontrar em Portugal, por se encontrar com os comunistas portugueses, por rever o camarada Álvaro Cunhal.

Acorda da actual situação no seu país, o camarada Luís Corvalán destacou a cada vez mais ampla oposição que o povo chileno manifesta contra a ditadura fascista de Pinochet.

O isolamento, tanto no plano

nacional, da ditadura de Pinochet, é cada vez mais generalizado — acentuou a determinado passo o secretário-geral do Partido Comunista do Chile.

A propósito, Luís Corvalán recordou que nas comemorações do Dia do Trabalhador, em 1 de Maio de 1978, dezenas de milhares de operários e jovens chilenos desceram à rua, desafiando as proibições impostas pelo regime fascista de Pinochet.

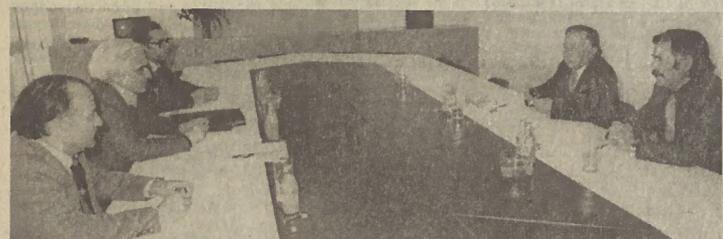
Logo no primeiro dia da sua estada em Lisboa, o camarada Corvalán esteve nos estúdios da RTP, onde gravou a entrevista que ontem foi transmitida no programa «Directíssimo», após o que se desloca à sede do Comité Central

do PCP, tendo então sido fraterna e entusiasmamente recebido pelos funcionários do PCP que aí trabalham. Na ocasião — em que lágrimas de emoção correram pelas faces de muitos dos presentes — foi oferecida a Luís Corvalán uma medalha alusiva aos mortos do Tarrafal, contendo uma frase bem significativa: «Fascismo — Nunca Mais!».

Esta é a certeza que o camarada Luís Corvalán vai levar da sua estada no nosso país. Juntamente com outra que, centenas e centenas de vezes reafirmada nos cinco anos da Revolução portuguesa, assumirá nestes dias particularmente significativa de solidariedade activa — a certeza de que o Chile Vencerá!



Na Televisão para gravar o «Directissimo»



A primeira reunião depois da chegada

Cooperativas de Habitação Económica reforçam organização e exigem maior apoio governamental

O I Congresso Nacional das Cooperativas de Habitação Económica (CHE's), realizado no passado fim-de-semana em Lisboa, introduziu importantes alterações na estrutura daquele movimento cooperativo, embora considerando não estarem ainda criadas as condições para a formação da desejada Federação Nacional.

No seguimento das directrizes aprovadas no IV Encontro Nacional das CHE's, realizado em Julho de 1977 no Entroncamento, os delegados das noventa Cooperativas que se fizeram representar no Congresso decidiram criar uma estrutura provisória — o Plenário Nacional — que assegure a defesa dos interesses das CHE's junto dos órgãos de poder central.

O Plenário Nacional, que será composto por representantes das diferentes zonas ou uniões regionais, deverá eleger um Secretariado que substituirá a actual Comissão Nacional Permanente (Provisória) e está encarregue de promover, dentro de 1 ano, a realização do II Congresso, o qual terá como objectivo a constituição da Federação Nacional das Cooperativas de Habitação Económica.

A este Secretariado compete ainda dinamizar a criação de Uniões de Cooperativas, bem como estimular a adesão às já existentes, tarefa considerada fundamental para o reforço e consolidação do Movimento Cooperativo Habitacional.

O Congresso, para o qual foram convidadas todas as Cooperativas de Habitação Económica existentes no país (cerca de 170, embora não todas em actividade), analisou numerosas teses, previamente distribuídas, para debate, referentes, entre outros temas, às relações das CHE's com as autarquias e o poder central, cedências de terrenos e financiamentos.

No que toca ao primeiro aspecto, o Congresso decidiu fazer o levantamento dos concelhos onde as CHE's estão representadas nos Conselhos Municipais, por

forma a lutar pela sua participação naqueles de que ainda não faz parte.

Ainda neste âmbito, as CHE's deliberaram lutar pela sua participação nos Serviços Municipais de Habitação, no Conselho Nacional do Plano, através da sua representação na Inscocop, bem como exigir a aplicação integral da Lei das Finanças Locais no corrente ano.

Por outro lado, considerando que na nova realidade política e administrativa portuguesa as autarquias locais tendem a ser cada vez mais os órgãos fundamentais na satisfação das carências das populações, os delegados ao Congresso apontaram a necessidade de uma cada vez maior colaboração entre o Movimento Cooperativo Habitacional (MCH) e os órgãos de poder local, de forma a permitir uma constante melhoria das condições de vida das populações, designadamente nos campos da habitação, urbanismo, equipamentos e cultural.

Segundo os cooperativistas, esta colaboração deverá traduzir-se desde já na elaboração de

projectos de infraestruturas, cuja competência deverá passar para as autarquias. No que se refere a projectos, o Congresso decidiu igualmente que a aprovação tácita prevista no Regulamento das edificações urbanas, se passe a cumprir logo que sejam excedidos os 60 dias, e ainda que os projectos para a criação de zonas verdes sejam executados em paralelo com os das infraestruturas.

CHE's exigem isenções fiscais.

Tendo em conta os princípios que enformam o cooperativismo, conjugados com a falta de promulgação da lei de Financiamentos, e porque as CHE's têm necessidade imperiosa de lançar os seus programas habitacionais, o Congresso alertou para a situação socio-económica dos cooperantes, por forma a não serem praticadas taxas de esforço superiores a 20% dos rendimentos médios por capita.

Os cooperativistas, que não aceitam o sistema de financiamento definido pelo Decreto-Lei 268/78 (embora reconheçam que

ele representa já um certo avanço no estabelecimento de financiamento dos programas das CHE's), propuseram soluções alternativas tendentes a facilitar o acesso à habitação pelas camadas mais desfavorecidas.

Outro tema que suscitou animado debate foi o das isenções fiscais.

Neste capítulo, tendo em conta as ambiguidades praticadas por certas Câmaras (não obstante as facilidades fiscais consignadas no Decreto-Lei 737-A/74), o Congresso deliberou propor a isenção do imposto de capitais sobre quaisquer rendimentos das CHE's; isenção das CHE's e dos seus associados de contribuição predial pelo período de dois anos.

Para a concretização destas propostas deverão os representantes do Movimento Cooperativo Habitacional efectuar diligências junto da Assembleia da República, para que seja conferida nova autorização legislativa ao Governo para a concessão de isenções às Cooperativas de Habitação Económica.

Neste Congresso, em que participaram cerca de

quatrocentos delegados e numerosos convidados, entre os quais representantes do Instituto António Sérgio, Fundo de Fomento da Habitação, Secretaria de Estado da Administração Regional e Local, União das Cooperativas de Habitação de Lisboa, Aliança Cooperativa Internacional e Federação de Cooperativas de

Habitação Sueca, foram muito notadas as ausências de certos sectores do aparelho central, convidados, que em princípio se deveriam interessar pelas actividades do Movimento Cooperativo Habitacional.

Estão neste caso os ministérios dos Assuntos Sociais, Justiça, Habitação e Obras Públicas,

Finanças, Secretaria de Estado da Habitação e ainda a Câmara Municipal de Lisboa. Como diria na ocasião um cooperativista, é difícil deixar de interpretar tais ausências como puro desinteresse.

Dos partidos com assento na Assembleia da República, igualmente convidados, apenas o PCP se fez representar.



Foi apontada no Congresso a necessidade cada vez mais premente de uma colaboração estreita entre o Movimento Cooperativo Habitacional e os órgãos de poder local

UJC: reunião da Comissão Central apontou importantes orientações de trabalho

A juventude e a situação política; a unidade e o movimento da juventude; a acção da UJC. Estes foram os temas centrais da última reunião alargada da Comissão Central da União da Juventude Comunista, realizada no passado sábado, em Lisboa, nas instalações do Centro de Trabalho do PCP de S. Bernardo.

No decorrer da reunião foi aprovado um documento que, em relação ao primeiro daqueles temas, refere a dada altura:

Numerosos os factos comprovam a ofensiva global de ataque às conquistas da Revolução, com o objectivo de destruir o regime democrático saído do 25 de Abril e de restabelecer uma nova ditadura. São as tentativas para restaurar as formas brutais de exploração capitalista; são as redobradas ofensivas contra as nacionalizações e a Reforma Agrária; são as tentativas para a revisão inconstitucional da Constituição da República; são as acções divisionistas no movimento operário e sindical; são as investidas ideológicas através dos meios de comunicação social; são as vênias sucessivas de submissão e dependência ao Imperialismo estrangeiro. No quadro desta ofensiva reaccionária, o Governo Mota Pinto/PPD é mestre exemplar na aplicação da política mais antipovo e antijuvenil que já houve desde o 25 de Abril.

A campanha contra a Constituição

Em relação à ofensiva da direita contra a Constituição, lei funda-

escandalosa de lançar impostos sobre os rendimentos dos trabalhadores, como o que retira 50 a 60% do 13.º mês, são exemplos concludentes de que o Governo Mota Pinto pretende lançar para os ombros dos trabalhadores o fardo principal da crise, agravando drasticamente as condições de vida de todo o povo e da juventude.

A acção do Governo Mota Pinto/PPD quanto à aplicação da Lei das Finanças Locais mostra a indiferença com que olha os problemas das populações.

As autarquias e as forças democráticas verdadeiramente interessadas no progresso das regiões têm vindo a exigir a aplicação desta lei, que contribuiria de forma decisiva para a resolução dos graves problemas ligados à habitação, transportes, desporto e cultura e que interessam profundamente à juventude.

A indiferença do Governo perante os problemas das populações veio uma vez mais à luz do dia com os acontecimentos catastróficos provocados pelas chelias particularmente na zona do Ribatejo.

Milhares de famílias ficaram sem habitação com haveres destruídos, cultivos danificados e gado desaparecido, e esperam legitimamente por medidas governamentais eficazes que indemnizariam os prejuízos havidos.

Neste comunicado da Comissão Central, a UJC volta a expressar a sua profunda solidariedade às populações afectadas pelas chelias e apela às suas organizações e militantes, a toda a juventude, para que participem activamente nas operações de apoio e reconstrução.

A luta contra o desemprego na zona da Reforma Agrária

É com firmeza que os jovens operários agrícolas prosseguem na zona de intervenção da Reforma Agrária a luta contra as tentativas de reconstituição dos latifúndios — assinala o documento da UJC, que diz mais adiante:

Os exemplos de Ana Maria e Laurinda, de Sousel, brutalmente espancadas e agredidas, permanecem como exemplos vivos da coragem revolucionária da juventude em defesa da Reforma Agrária.

Milhares de jovens operários e empregados de outras regiões do país exigiram o fim à repressão, a suspensão imediata e a revogação da criminosa Lei Barreto, integrando-se na grandiosa Jornada Nacional de Solidariedade com a Reforma Agrária, e incluíram os seus nomes na gigantesca recolha de assinaturas de mais de 260 000 portugueses.

Os jovens operários agrícolas não permitirão que regresso ao desemprego, a fome e a miséria aos campos do Alentejo e Ribatejo. Na UCP «Custos Mas Foi», de Flor de Rosa, 20 jovens perderam os seus postos de trabalho; o mesmo sucedeu aos 30 jovens da UCP «Barroqueira», da Fronteira. Entretanto, na «Salvador Joaquim do Pomar», de Escoural, 200 jovens estão em riscos de cair no desemprego se forem roubadas à UCP as reservas já pedidas.

Os jovens operários agrícolas não aceitarão que lhes sejam roubados os direitos que tão duramente conquistaram, como o direito ao trabalho, a garantia de salário igual para trabalho igual, a proibição dos despedimentos sem justa causa, as oportunidades de promoção e qualificação profissional, o maior acesso ao recreio, à cultura, e ao desporto, o direito à vida e à esperança num futuro melhor.

Unidade e entendimento com outras forças

A reunião da Comissão Central da UJC concluiu que, hoje como ontem, a unidade da juventude é a alavanca central que ergue as lutas e múltiplas acções dos jovens trabalhadores em defesa dos seus interesses. Depois de referir que as organizações sindicais, culturais, recreativas e outras podem contribuir vigorosamente para o reforço da unidade dos jovens trabalhadores, indo ao encontro das profundas aspirações juvenis, o comunicado da UJC aponta algumas das razões poderosas que podem conduzir ao entendimento comum e à conjugação de esforços no âmbito da luta juvenil: defender a liberdade de todo o povo português, a Constituição, o 25 de Abril e as suas conquistas; defender os direitos da juventude no trabalho, ensino, cultura e recreio, defender os direitos da criança, particularmente agora que se comemora o AIC; lutar contra o desemprego, contra as discriminações, contra o ensino retrógrado e caduco, contra a droga e pela ocupação de todos os tempos livres.

Detendo-se na necessidade de levar a cabo a mais ampla unidade democrática entre a juventude, diz o documento que temos vindo a citar:

A direcção da JS mantém-se fiel à política de aproximação com a direita levada a cabo pela direcção do PS, e por outro lado impede a cooperação dos seus militantes com outras organizações democráticas, designadamente com a juventude comunista.

Apesar dessa situação, a UJC continuará a defender a necessidade de entendimento

e cooperação com a JS, como contributo decisivo para o reforço unitário do movimento juvenil, assim como se manifesta pronta à cooperação e mútuo entendimento com os movimentos de acção católica da juventude e designadamente com a JOC.

A luta pelo reforço da unidade da juventude é indissociável da batalha pelo isolamento e desmascaramento das forças que pela sua prática a ela se opõem. Neste sentido, os jovens comunistas continuarão a denunciar a acção antijuvenil e antidemocrática das organizações da juventude do MIRD, do CDS e do PPD que sonham com o regresso ao passado fascista, atacam o 25 de Abril e as suas conquistas, violam a Constituição, praticam o terror e a violência em algumas zonas do país. Por outro lado, os jovens comunistas continuarão a dar firme combate aos grupos esquerdistas e pseudo-revolucionários, como a UDP, pela sua acção divisionista e provocatória que objectivamente serve os interesses de forças de direita.

Trabalhadores-estudantes: Encontro Nacional em Março

No âmbito do movimento sindical unitário, os jovens

trabalhadores mobilizam-se e reforçam a sua unidade nas Comissões e Departamentos dos Sindicatos e Uniões, e em torno da CGTP-IN, Central Única dos trabalhadores portugueses — sublinha o comunicado saído da reunião da CC da UJC. A luta contra os despedimentos e o desemprego, contra a repressão patronal e as discriminações, pela regulamentação dos contratos a prazo e o trabalho eventual, pela aplicação do salário mínimo a partir dos 18 anos, pelo cumprimento e aplicação da contratação colectiva, tem sido, como aponta a UJC, a principal frente de combate, em que têm participado milhares de jovens.

O documento assinala a realização de numerosos encontros regionais e distritais para análise dos problemas da juventude e sublinha a importância das próximas iniciativas integradas na sua luta: Encontro Unitário dos Jovens Operários Agrícolas, em 22 de Abril; Jornada Nacional de Luta «A Juventude contra o desemprego, pelo direito ao trabalho», de 11 a 18 de Março; Encontro Nacional dos Trabalhadores-Estudantes Comunistas, nos primeiros dias de Março; as comemorações do «25 de Março», Dia Nacional da Juventude. O trabalho político entre os jovens

No último capítulo do comunicado, a UJC salda todas as

organizações, militantes e outros jovens que com o seu trabalho e a sua iniciativa contribuíram decisivamente para o êxito da Campanha dos 1500 contos, meta que — como divulgámos na última edição do «Avante!» — foi amplamente ultrapassada, atingindo os 2200 contos. A CC da UJC salda também a decisão do Comité Central do Partido de convocar o IX Congresso e desde já apela à mobilização dos jovens trabalhadores e de toda a organização para que deem todo o seu esforço e entusiasmo às tarefas da sua preparação.

A terminar, revela o comunicado da reunião da CC da UJC:

A CC da UJC decidiu a realização de um balanço de organização e de um grande debate em todos os organismos sobre os problemas ligados à organização. A tarefa de trazer às fileiras da UJC muitas dezenas de milhares de jovens é uma tarefa central de todas as organiza-

ções. É necessário alargar a UJC e reforçar a ligação dos jovens comunistas à juventude trabalhadora.

A CC concluiu da necessidade de serem tomadas medidas orgânicas a todos os níveis (regional, concelho, etc.) para alterar radicalmente a atenção ao trabalho específico entre os jovens trabalhadores. Neste sentido, a CC elegeu uma Comissão Nacional junto da CC para os problemas das jovens raparigas.

A CC da UJC, consciente do papel decisivo da jovem geração portuguesa no futuro do país, está certa que a juventude continuará a correr fileiras, lado a lado com os trabalhadores e todo o nosso povo, na defesa das conquistas da Revolução, das Nacionalizações, da Reforma Agrária e do controlo de gestão, da Constituição e do regime democrático nascido a 25 de Abril.

Mais de 300 mil jovens desempregados!

Entre os graves problemas que actualmente a juventude portuguesa enfrenta, o documento da CC da UJC sublinhou, em particular, as consequências do desemprego juvenil, do aumento do custo de vida, da política de degradação do ensino nocturno e das situações de profunda injustiça que diariamente estão sujeitas as raparigas.

Aos mais de 300 mil jovens desempregados juntam-se anualmente 60 mil que acabando os seus cursos procuram o primeiro emprego além daqueles que progressivamente são lançados nesta situação, sobretudo por motivos dos despedimentos — salienta o comunicado da UJC, que aponta mais adiante: São milhares os jovens que subsistem com grandes

dificuldades, enfrentam problemas familiares, adiam os estudos, sentem-se desmotivados para a ocupação sadia dos seus tempos livres, caem na droga e na delinquência, desesperam por não encontrarem rumo para a sua vida. Em vez de serem tomadas medidas sérias para reduzir este grande problema — que é, na verdade, o maior problema da jovem geração portuguesa — o Governo, pelo contrário, dá cobertura à repressão patronal que, denuncia a UJC, por meio dos despedimentos leva centenas de jovens para o desemprego e para a insegurança dos seus postos de trabalho, como sucedeu nas empresas «Real Vínicola», «Cartão D'Ouro», «Barbosa e Machado», «Montagut», «Moliflex», «Ivima», «Somape» e tantas outras.

O «pluralismo» na RTP...

Por muito insignificantes que sejam, as reuniões e as iniciativas das organizações juvenis da direita reaccionária têm sempre a cobertura da RTP.

Os meninos neonazis da Juventude Centrista, de fatinho apurado e sorrisos à Freitas do Amaral, reúnem-se num luxuoso hotel e a RTP lá vai com as suas câmaras. Fazem-se entrevistas, comentários e reportagens.

Sos meninos da Juventude Social-Democrata realizam uma sessão qualquer para o elogio histórico do «associativismo reformista», e a RTP lá está, sempre pronta, sempre «em cima do acontecimento».

Entretanto, no seguimento da prática discriminatória que tem vindo a ser utilizada de forma sistemática em relação às organizações democráticas e progressistas da juventude, a mesma RTP optou pura e simplesmente pelo silêncio face à realização da última reunião alargada da Comissão Central da UJC, a organização

mais representativa da juventude trabalhadora portuguesa e dos trabalhadores-estudantes, uma das organizações mais dinâmicas no seio da juventude em geral, que desde a sua formação tem promovido em todo o país inúmeras iniciativas de carácter político, cultural, desportivo e recreativo.

«Este tratamento» — sublinha uma nota de protesto à RTP, da CC da UJC — «inserem-se num plano mais vasto do Governo Mota Pinto/PPD e, neste caso particular através do seu Ministério da Comunicação Social, na tentativa de limitação do direito de informação, de restrição às liberdades democráticas, de destruição das conquistas de Abril». E diz terminar a nota dos jovens comunistas: «A CC da UJC condena tal política e exige que cessem as discriminações, que seja respeitado o acesso a este importante órgão de Comunicação Social, dando assim cumprimento a um direito consagrado na Constituição da República».

Canção Juvenil em Movimento

Desenvolver e estimular a criatividade dos jovens cantores na perspectiva da expressão cultural e de convívio, é o objectivo fundamental do Movimento Nacional dos Festivais da Canção Juvenil (MNFCJ), importante iniciativa da UJC que está a mobilizar em todo o país milhares de jovens democratas, concorrentes e participantes nos numerosos festivais locais já realizados.

Recordamos, a propósito, que os dois primeiros classificados em cada festival local são apurados para o Festival Nacional, que decorrerá no próximo dia 11 de Março, no Coliseu dos Recreios, em Lisboa.

Conforme sublinha o Regulamento do MNFCJ, para formalizarem a sua presença no Festival a realizar no Coliseu, os concorrentes apurados em cada um dos festivais locais (concelhos, distritais, de empresa, de escola, etc.), organizados por estruturas da UJC, têm de entregar, à entidade promotora local, no prazo de 10 dias após a realização do espectáculo em que foram apurados, uma ficha de identificação idêntica à preenchida para a inscrição no festival local. Os exemplares dactilografados da letra da canção, uma cassetta gravada pelo concorrente interpretando a respectiva canção, a música escrita ou para piano e canto ou simplesmente com a melodia acompanhada da harmonia cifrada e fichas de identificação dos eventuais autores da letra e da música no caso de não se tratar do próprio concorrente.

Até à data do Festival Nacional irão ainda realizar-se mais 15 festivais locais, nomeadamente na zona de Lisboa e no Alentejo, estando também previsto um na Região Autónoma da Madeira.

Entretanto, decorreram até ao passado domingo 26 festivais locais, distribuídos por 12 distritos. No Norte efectuaram-se seis, nas Beiras oito, na região do Oeste e Ribatejo um, em Lisboa dois, em Setúbal sete, no Alentejo um e no Algarve outro. Já foram apurados 52 concorrentes, cujos trabalhos serão apreciados pelo júri nacional, já constituído, do qual fazem parte 25 elementos de reconhecida competência e valor no quadro da actividade artística, cultural e social do país.

Aos festivais já efectuados assistiram, em ambiente de grande entusiasmo, cerca de 9 mil pessoas, tendo ocorrido, no total, 214 grupos e solistas, envolvendo 536 jovens artistas em palco.

Refira-se que podem concorrer ao MNFCJ — cujo lema é «Assim canta a juventude» — todos os jovens portugueses com idade até 30 anos, não inscritos no Sindicato dos Trabalhadores de Espectáculos ou no Sindicato dos Músicos e que não tenham discos editados.



Semana

14 Quarta-feira

Devido ao temporal que assola a costa registam-se importantes prejuízos no porto de Sines. Os prejuízos são avaliados em um milhão de contos. Trabalhadores agrícolas manifestam-se em Portalegre contra as ilegalidades do MAP. Em Lisboa, a falta de água é suprida dentro do possível pelo fomento feito por autarquias das Forças Armadas e dos Bombeiros. Listas de esquerda vencem as eleições para as Associações de Estudantes da Escola Técnica e do Liceu de Bragança. Um cachifeiro afunda-se a menos de cem metros do Terreiro do Paço, sem passageiros a bordo. O Secretário Nacional da CGTP/Intersindical Nacional considera que a requisição civil aplicada aos trabalhadores dos TLP em greve pelo Governo "é ilegal e inconstitucional".

15 Quinta-feira

Reunidos em plenário, no Porto e em Lisboa, os trabalhadores dos TLP decidem suspender a greve devido à "apresentação formal pelo Governo de uma plataforma que permitiu encerrar uma solução negociada, salvaguardando os interesses fundamentais em luta". Milhares de trabalhadores agrícolas manifestam-se em Beja contra as ilegalidades e prepotências do MAP. O Secretário de Estado do Tesouro do Governo Mota Pinto manda descongelar as contas bancárias do último ministro do Interior do regime fascista, Gonçalves Rapazote, e da mulher. O vice-primeiro-ministro Jacinto Nunes defende, durante o primeiro Encontro dos Investidores Estrangeiros do Sul e Ilhas "a necessidade de ser dada confiança total aos investidores privados para viabilizar a recuperação da economia".

16 Sexta-feira

O Governo Mota Pinto envia à Assembleia da República a proposta do Orçamento Geral do Estado (OGE). Nele se prevê um desconto equivalente a 56 por cento do salário de um mês de cada trabalhador e que seria deduzido dos vencimentos dos assalariados, incluindo os subsídios de férias e de Natal. Também os reformados e pensionistas são abrangidos por este imposto. No OGE são várias as contribuições que aumentam suprimindo-se em contrapartida alguns benefícios. A Lei das Finanças Locais é como se não existisse. As águas começam a baixar no Douro, Mondego e Tejo. Inicia-se o 1.º Congresso Nacional das Cooperativas de Habitação. Uma lista de esquerda vence as eleições para a Associação de Estudantes da Escola Secundária de Viana do Castelo. No Grémio Literário, o secretário Bernardo Paulo Guedes da Silva adverte numa conferência proferida que a política imposta pelo FMI só pode conduzir à caelestia, "que numa economia como a portuguesa serão em fadela". Demite-se do PS o director do vespertino estatuado "A Capital", Francisco Sousa Tavares. Trabalhadores agrícolas manifestam-se em Moura e Serpa contra as ilegalidades do MAP. O CDS propõe ao PPD a celebração de um acordo prévio, após o qual as negociações se prolongariam ao PS. Milhares de trabalhadores do comércio manifestam-se frente ao Ministério do Trabalho contra o despacho que repõe o trabalho ao sábado de tarde. Uma lista unitária vence as eleições para o Sindicato dos Telefonistas do Sul e Ilhas.

17 Sábado

Pelo quarto sábado consecutivo os trabalhadores dos supermercados "Pão de Açúcar" voltam a paralisar. Basílio Horta, do CDS, declara que o seu partido não fará da discussão do OGE, na Assembleia, "cavalo de batalha". Começa, no Pavilhão dos Desportos, a 1.ª Conferência Nacional de Organização Sindical que reuniu 1054 delegados em representação de 242 sindicatos. Uma nota do Comité Central do PCP condena a agressão chinesa ao Vietname. Após três dias de greve dos técnicos de manutenção da TAP, a administração promete novo enquadramento salarial e garante negociar um estatuto de carreira profissional.

18 Domingo

Em Vila Real, 1200 representantes dos 330 Conselhos Directivos de Baldios decidem constituir um Conselho da Conferência dos Baldios do Norte e Centro. A CGTP/Intersindical Nacional anuncia no encerramento da Conferência Nacional de Organização Sindical a realização em Janeiro de 1980 do próximo Congresso dos Sindicatos. O Conselho Nacional do PPD, reunido no Vimeiro, considera vantajosa a aprovação pela Assembleia da República do OGE. Salienta-se na mesma reunião que o PPD não pretende inviabilizar a actual equipa governamental.

19 Segunda-feira

Trabalhadores agrícolas voltam a manifestar-se em massa em Portalegre contra as prepotências e ilegalidades do MAP. O Governo requisita um forte dispositivo policial. Reparadas as avarias nas centrais de captação, a água começa a chegar aos lares lisboetas. Uma nota do Ministério dos Negócios Estrangeiros sobre a agressão da China ao Vietname "entende que não deve tomar posição enquanto não tiver oportunidade de serem ouvidos e ponderados os pontos de vista das partes envolvidas nos incidentes". Um cargueiro alemão encalha à entrada da barra de Aveiro. Em conferência de imprensa a Comissão Administrativa da RDP declara que aquela estação emissora deve a terceiros cerca de um milhão e seiscentos mil contos. Dois jornalistas do "Diário Popular", o director-adjunto Abel Perreira e o redactor Rocha Pato, são condenados, com penas suspensas, em seis e três meses de prisão devido a uma notícia considerada ofensiva para Armando Bacejar, ex-ministro dos Assuntos Sociais. O Conselho de Imprensa defende o direito de "sigilo profissional" dos jornalistas ao responder a um pedido de informação formulado pelo Serviço do Provedor de Justiça. É noticiado que a Ford Motor Company poderia instalar em Sines uma gigantesca fábrica de automóveis, cujo investimento rondaria os 60 milhões de contos.

20 Terça-feira

O Presidente da República, general Ramalho Eanes e a sua comitiva chegam a Bissau para uma visita oficial. A partida de Lisboa o Presidente salientou que "hoje a Guiné-Bissau sabe que pode contar com Portugal no seu esforço para constituir um país verdadeiramente senhor do seu destino e capaz de oferecer a todos os seus filhos um futuro de progresso". Após o 25 de Abril é a primeira vez que um Chefe de Estado português visita uma ex-colónia. Protestando contra a supressão de comboios por parte da CP, a população da Póvoa de Santa Rita bloqueia a linha férrea. Chega a Lisboa o secretário-geral do Partido Comunista do Chile, Luis Corvalán, que se desloca ao nosso país a convite do PCP. No aeroporto era aguardado pelo secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal. Termina o período de atifação dos cadernos eleitorais. Portugal e a República Popular de Angola assinam um acordo de cooperação no domínio da energia eléctrica.

Os Comunistas na Assembleia da República

A catástrofe das cheias demonstrou a incapacidade do Governo

A situação com características de catástrofe nacional que o nosso país viveu na passada semana e as alterações à Lei do Arrendamento Rural — sendo esta lei outra espécie de catástrofe desencadeada pelo PPD com o apoio do PS e do CDS — e a translação das vítimas do Tarrafal dominaram os trabalhos das duas últimas sessões na Assembleia da República, onde, entretanto, hoje se desloca o secretário-geral do Partido Comunista do Chile, Luis Corvalán.

Vasco da Gama Fernandes, em nome do PS e na sessão do dia 15, e Octávio Pato, em nome do PCP e na passada terça-feira, proferiram duas declarações políticas totalmente dedicadas às consequências das cheias e inundações que se verificaram nas margens do Douro, do Mondego e do Tejo e na Madeira.

Uma comissão eventual da Assembleia da República criada por proposta de Vasco da Gama Fernandes aprovada por unanimidade. Os trabalhos desta comissão eventual constituirão o contributo solidário da AR para com as vítimas da catástrofe. A solidariedade para com as vítimas das cheias seria,

também, um dos pontos focados na intervenção de Octávio Pato, relacionado aliás com a completa incompetência demonstrada pelo Governo de Mota Pinto nesta emergência grave. Diria a determinado passo da sua intervenção o deputado do PCP:

O lançamento imediato duma grande campanha de solidariedade e apoio era, a todas as títulos, uma exigência objectiva da situação, o cumprimento dum dever cívico patriótico e o reflexo directo da consciência democrática e nacional.

Ainda a propósito da acção governamental, que criticaria veementemente, Octávio Pato sublinharia: Só que, em vez de contribuir para a mobilização que se impunha, certas autoridades públicas e o próprio Governo, afastados do sentir profundo das camadas atingidas, persistiram em utilizar a tragédia dos portugueses para tentativas de manipulação da opinião pública, como a que escandalosamente foi feita com os trabalhadores dos TLP, a quem procurou assacar culpas e responsabilidades, escamoteando a realidade e a incapacidade própria de

resolver os problemas e atender às instantes exigências da situação.

O deputado comunista referiria as vastas campanhas de desinformação e de intoxicação da opinião pública veiculadas sobretudo através da RDP e da RTP em que o Governo se empenhou, em vez de resolver as situações, atendendo a instantes reclamações dos agricultores, particularmente atingidos pelos efeitos desastrosos das cheias. Referindo-se particularmente à equipa do MAP, Octávio Pato sublinhou: Ao mesmo tempo que prossegue e intensifica a ofensiva contra a Reforma Agrária, nada faz para implementar o seguro nacional agro-pecuário, reivindicação há muito expressa pelas organizações de camponeses, fundamental para a sua segurança em situações como a presente (Ver ainda sobre a intervenção de Octávio Pato as páginas centrais).

Entretanto, e uma vez que a sessão do passado dia 15 coincidiu com o 1.º aniversário de translação para Portugal dos resistentes antifascistas mortos no campo de concentração do Tarrafal,

o Grupo Parlamentar do PCP fez uma declaração política acerca desta efeméride, através de uma intervenção do deputado e vice-presidente da AR José Vitoriano.

José Vitoriano sublinhou a importância do acontecimento ocorrido há um ano — no que foi acompanhado pelas palavras do socialista José Luis Nunes e pelos aplausos quase unânimes de toda a Câmara — e, a propósito, afirmou: Hoje, passados que são cinco anos da revolução de Abril e no momento em que recordamos o campo de concentração do Tarrafal, não podemos deixar de chamar a atenção desta Câmara para o que consideramos constituir ameaças sérias ao regime democrático instaurado no nosso país no 25 de Abril.

José Vitoriano aludiu concretamente à instigação à violência, aos louvores ao passado fascista, aos pedidos de ilegalização do PCP, às ameaças de morte dirigidas a patriotas que os meios mais reaccionários já não se colhem de abertamente lançar.

Finalmente, a AR deverá votar na sua sessão de hoje as alterações à Lei do Arrendamento Rural constantes de dois projectos de lei apresentados pelo PS e pelo PCP.

O verniz do CDS estala de vez em quando na Assembleia da República. Por vezes de forma escandalosa, sobretudo quando o seu deputado Cunha Simões perde, como se costuma dizer, as estribeiras e vocifera contra tudo e contra todos, sobretudo contra a democracia. Ultimamente, Cunha Simões tem sido visto amiúde ocupando o lugar de secretário da Mesa da Assembleia da República, substituindo a ocupante efectiva do cargo, uma deputada do CDS. A dúvida pairou na Assembleia: seria castigo para Cunha Simões, ser colocado naquele lugar onde não pode dar largas aos seus comentários? De tal modo que, quando Cunha Simões ocupa o seu lugar na bancada do CDS e insiste nas provocações, ouvem-se vozes que o advertem: «Cala-te, senão vais para o castigo!»...

A bancada do CDS é muitas vezes um deserto, salpicada aqui e ali por alguns deputados. Os olhos dos que costumam estar na Assembleia já se habituaram há muito tempo a ver cadeiras vazias no lugar de deputados. Numa das últimas sessões, as pessoas interrogavam-se legitimamente: o que é que se passa hoje, que a bancada do CDS está tão cheia? Focando o diafragma da vista, o mistério foi descoberto. Na segunda fila sentavam-se Lucas Pires e Basílio Horta e, rodeando-os como quem faz a guarda de honra, permaneciam três deputados, por acaso todos do PPD: Amândio de Azevedo e o casal Roseta, que ali permaneceram algum tempo, ajudando os seus pares da direita a terem a bancada um pouco mais composta. Mesmo assim, o PPD ganhava, estava em maioria, se bem que dos cinco, três constituíssem a grande família daqueles que, quatro anos depois da descolonização, ainda alimentam esperanças de descobrir que o caminho marítimo para Angola passa pelo Norte de África e por encontro com o assassino Jonas Savimbi...

A proposta de Lei do OGE para 1979 significa :

• O desrespeito pela legalidade democrática

A Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 1979, apresentada pelo Governo Mota Pinto/PPD no passado dia 15, é mais um exemplo da prática antidemocrática de tal governo, tentando fugir às leis vigentes (escamoteando a aplicação da Lei das Finanças Locais) e manifestando profundo desrespeito pela Assembleia da República. Como já se vem tomando hábito, o governo MP/PPD apenas pretende apresentar uma roupagem de cumprimento formal do instituído na Constituição da República — no caso das Grandes Opções do Plano nem formalmente cumpriu, pois o Governo aprovou-as antes do parecer do Conselho Nacional do Plano, em flagrante ilegalidade face à Lei 31/77 —, mas sonhando aos deputados todos os elementos necessários para a análise e discussão esclarecidas e fundamentadas. É inadmissível que a AR possa aprovar a proposta de lei do OGE sem conhecer a natureza das despesas previstas. Enquanto sonoga tais elementos à AR, o governo reaccionário MP/PPD fornece-os ao FMI.

• A criação de um novo imposto

Finalmente o aumento de preços será ainda influenciado pelas alterações ao imposto de transacções, nomeadamente pelo alargamento do seu âmbito (agora até as chamadas telefónicas se pretende sujeitar ao imposto de transacções), pelo agravamento do imposto de selo e das taxas sobre o tabaco e os fósforos, etc. Mantém-se um adicional sobre o imposto complementar que incide sobre as pessoas singulares, o que implica a redução do rendimento disponível dos trabalhadores, não sendo tal adicional alargado ao imposto complementar que incide sobre os lucros das empresas.

• O agravamento da situação económica

As despesas previstas na Proposta de Lei para os Serviços Económicos e para além do desconhecido que existe sobre a sua natureza (despesas

correntes ou despesas de investimento), representa uma diminuição real das despesas previstas para 1978. De facto, e admitindo que a taxa de inflação não será superior aos 18% indicados pelo governo, passa-se de um valor (a preços de 1978) de 40,7 milhões de contos em 1978 para 38,4 milhões em 1979 (-5,6%). Na Agricultura, Silvicultura e Pesca a redução é de 500 mil contos. Nas Indústrias e Construção a redução real atinge 31,7% (passando de 4,1 para 2,8 milhões de contos). Nos Transportes reduzem-se 2,7 milhões de contos (-16,4%). Na Segurança e Assistência Social não se prevê alteração no valor real orçamentado. Na Educação e na Habitação e Equipamentos Urbanos as despesas orçamentadas para 1979 são inferiores às orçamentadas para 1977 a preços desse ano.

O valor global de investimentos do Sector Público Administrativo, acreditando na nota oficial já referida, ascenderá a 45 milhões de contos, ou, a preços de 1978, representam 38 milhões de contos,

menos 4 milhões que o orçamentado para 1978. E o governo MP/PPD tem, mesmo assim, o despudor de mentir ao Povo Português ao referir que «o saldo negativo resulta em grande parte de uma maior aplicação dos recursos orçamentais, em programas de investimento do sector público administrativo...» (Ponto n.º 8 da nota oficial).

• O enfundamento cada vez maior do FMI

A Proposta de Lei do Orçamento MP/PPD significa que o governo considera que apenas o FMI compete analisar (ou elaborar) o OGE, devendo a AR apenas dar o seu «amen», como sucedeu durante dezenas de anos na Assembleia Nacional fascista. Os resultados previsíveis da aprovação de uma tal proposta seriam tão só a degradação ainda maior do nível de vida dos trabalhadores e a retracção do nível de desenvolvimento económico do País, tal como exige o Fundo Monetário.

• O agravamento das condições de vida

Do que é possível analisar com os elementos constantes na proposta de lei e na nota oficial (mais uma) de 16 do corrente, ressalta claramente a preocupação em agravar as condições de vida da população. Assim, os subsídios a conceder em 1979 serão restringidos a cerca de 50% do valor nominal concedido em 1978. Em termos reais essa redução será efectivamente maior. Isto significa que irão aumentar os preços dos produtos e serviços integrados no já reduzido cabaz de compras. Mas o aumento de preços abrangerá também os produtos e serviços não incluídos no cabaz de compras. Para além dos aumentos de preços resultantes da inflação (que o Governo prevê de 18%), haverá que contar com os aumentos decorrentes da repercussão do adicional de 15% que incide sobre a contribuição industrial e da incidência do novo imposto sobre os rendimentos sujeitos à contribuição industrial, já que tal repercussão não é proibida pelo governo.

Governo elabora OGE como se não existisse Lei de Finanças Locais

Se dúvidas houvesse sobre o carácter antipopular e anticonstitucional da política do Governo Mota Pinto/PPD, bastaria o simples estudo da proposta de lei do OGE para o corrente ano para as dissipar por completo. O presente diploma, para além de outras questões, ignora, pura e simplesmente, a existência da Lei das Finanças Locais.

Num manifesto desrespeito pela importante lei 1/79 — que o mesmo é dizer pelos princípios consagrados na Constituição da República sobre a descentralização e autonomia do poder local — o Governo propõe, de facto, a manutenção do sistema praticado antes da aprovação da lei pela Assembleia da República.

Na verdade, como faz notar uma nota da SIP do PCP divulgada a propósito, a proposta de lei do OGE apresentada pelo Governo não distribui quaisquer verbas às autarquias locais, ao contrário do que estabelece a Lei das Finanças Locais, que dispõe que tal distribuição seja feita em anexo à lei do OGE; prevê

como receita do Estado central o imposto sobre veículos, que deveria reverter integralmente para os municípios; mantém a possibilidade, durante mais alguns meses, de distribuição dos subsídios e comparticipações que já foram em muitas ocasiões geralmente repudiados; prevê um calendário de transferências de encargos da administração central para as autarquias a que só semanas depois se seguiria a transferência de recursos financeiros.

Argumento do gabinete de Mota Pinto que uma lei com tão vastas implicações como a das Finanças Locais tem de ser apreciada e cuidadosamente estudada a viabilidade da sua

aplicação. Pretende o governo decidir quando e como tal legislação deve entrar, de facto, em concretização.

Estas manobras de diversão não têm no entanto qualquer sustento minimamente legal. Ao contrário de muitas outras — como por exemplo a famigerada Lei Barreto a Lei 1/79 é imperativa, não deixando qualquer margem de manobra ao governo, salvo no caso de calamidades públicas.

Uma vez que a Assembleia da República legislou, cabe ao Governo submeter-se à Lei. E a Lei das Finanças Locais é bem clara (e imperativa, convém não esquecer) no que respeita à extinção dos subsídios e comparticipações e à fixação de um montante mínimo de participação das autarquias nas despesas públicas previstas no OGE.

Ao não incluir no Orçamento Geral do Estado uma única linha sobre a transferência imediata de quaisquer verbas

para as autarquias locais o Governo está a cometer, inequivocamente, uma inconstitucionalidade por omissão!

As promessas do governo de que até 31 de Março apresentará uma proposta de lei sobre a delimitação de competências das autarquias e até 30 de Abril uma proposta de revisão do OGE, não passam de «suportes» para «facilitar» o apoio do PS a mais esta inconstitucionalidade que as forças de direita se propõem levar a cabo.

Tão frágil «tábua de salvação» não deixa no entanto grande campo de manobra ao PS que, a ceder uma vez mais aos interesses da reacção, não iludirá ninguém... nem sequer o seu próprio eleitorado.

Tal como sublinha a nota da SIP a que já nos referimos, o PCP já demonstrou amplamente ter propostas concretas, realistas e viáveis para todas as questões fulcrais que a aplicação da Lei das Finanças Locais suscita.

Não repudiar a inqualificável atitude do Governo, exigindo a total aplicação da Lei 1/79 e a sua inequívoca consagração no OGE, será colaborar e apoiar a política desestabilizadora, de desrespeito pela Constituição e pela legalidade democrática prosseguida pelo actual governo.

O PCP, o único partido que desde o primeiro momento desmascarou as manobras anticonstitucionais do gabinete de Mota Pinto (que já mereceram o apoio discreto do PPD e do CDS), está certo de interpretar os sentimentos da generalidade dos eleitos dos órgãos de poder, das populações e de todos os que estão interessados na resolução dos seus problemas.

É está certo de que, tal como a ampla acção unitária desenvolvida acabou por permitir a aprovação da Lei das Finanças Locais, também ela agora acabará por impor a sua aplicação.

OBRAS ESCOLHIDAS de LÉNINE
2.º Volume em português
Tradução Rigorosa
Este volume contém obras de Lénine escritas entre Março de 1917 e Novembro de 1918.

A venda 800 págs. 250\$00

edições Avante! distribuição

A VENDA militante
BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

DEZ DIAS QUE ABALARAM O MUNDO

ÚNICA EDIÇÃO INTEGRAL em língua portuguesa, incluindo todos os documentos compilados por John Reed para a edição original. Tradução rigorosa da edição americana, que reproduz em fac-símile a primeira edição.

edições Avante! JOHN REED

PREÇO 150\$00 DISTRIBUIÇÃO CDL

Nome _____
Morada _____
Localidade _____
Desejo receber o volume _____
Para o respectivo pagamento envie em 200 em cheques, vale de correio n.º _____ para a CDL, Departamento de Venda Directa - Rua Pedro Nunes, 3-A Lisboa 1.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE ORGANIZAÇÃO SINDICAL

As provas dadas e o futuro do Movimento Sindical unido e forte

Prestígio, evolução e confiança, num clima de permanente participação democrática e de fidelidade aos princípios por que se rege o Movimento Sindical Unitário, caracterizaram a I Conferência Nacional de Organização Sindical que terminou no domingo passado, no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa. Na Resolução, aprovada no final dos trabalhos, que se prolongaram por dois dias, assinala-se que a Conferência «representa, até hoje, o maior e mais sério esforço realizado pelo Movimento Sindical para o levantamento dos problemas existentes no campo organizativo e para o apontar de soluções e medidas a adoptar para a sua resolução, de um ponto de vista global e nacional. A Conferência fez um balanço, o mais completo possível, do estado actual da organização sindical e das transformações realizadas desde o 25 de Abril». Desse balanço e da vasta discussão havida surgiram conclusões que vinham sendo amadurecidas a partir da experiência e do debate. Dinâmico, o Movimento Sindical vai aplicá-las. Do êxito dessa aplicação prática dependerá o êxito futuro da Conferência, que constitui desde já uma arma de alcance extraordinário em poder dos trabalhadores.

A série de novas propostas aprovadas, a partir das teses discutidas durante mais de dois meses por todo o país, resultam da experiência do Movimento Sindical Unitário. Na Resolução final afirma-se muito claramente que «a I Conferência Nacional de Organização Sindical, com vista ao reforço da unidade, aprofundamento da democracia

e aumento da intervenção dos trabalhadores na vida sindical, definiu tarefas fundamentais, prioritárias e imediatas da organização sindical que correspondem à aplicação dos princípios fixados pelo Congresso de Todos os Sindicatos, tendo em conta a evolução verificada desde então e os problemas novos que entretanto surgiram».

Uma política de unidade

Mas nessa luta é mais uma vez a unidade que comanda as operações. A Resolução final aponta contra o divisionismo: «uma política de unidade sem discriminações nos locais de trabalho a partir dos interesses comuns de classe; de crítica fraterna e esclarecimento dos trabalhadores, irmãos de classe, iludidos pelo divisionismo ou que tenham reservas face ao Movimento Sindical Unitário; de abertura, sem sectarismo e com

firmeza nos princípios, por forma a alargar a base de apoio ao Movimento Sindical Unitário e reduzir ainda mais a base de apoio potencial da divisão e da cisão».

A par do combate activo à «dessindicalização, que os divisionistas criminosamente fomentam», e da adopção de «medidas práticas para aumentar o número de trabalhadores sindicalizados», a Resolução

sublinha também a necessidade de «lutar nos Sindicatos controlados por forças divisionistas para manter os princípios e normas democráticas de funcionamento, para derrotar e isolar o divisionismo, pelo reforço da participação sindical e pela defesa efectiva dos interesses dos trabalhadores representados, certos de que este é o caminho para alterar a situação nesses Sindicatos e reforçar o Movimento Sindical Unitário».

Fidelidade aos princípios

Os princípios orientadores da organização e acção do Movimento Sindical são reafirmados nos documentos aprovados na Conferência. A unidade («condição essencial para a completa emancipação dos trabalhadores»), a democracia («quanto maior for o respeito e cumprimento da democracia sindical — que tem um conteúdo de classe — tanto mais profundo e sólida é a unidade»), a independência («no âmbito da actividade sindical, os trabalhadores tomam as suas decisões com total autonomia face

Esta política (a do Governo) é economicamente desastrosa e socialmente injusta. É uma política revoltante e criminosa contra os interesses do povo e do país.

ao patronato, Estado, confissões religiosas, partidos políticos, ou quaisquer agrupamentos de natureza não sindical») e o carácter de massas e de classe (incluindo a «liberdade de sindicalização e a liberdade de desvinculação», e a «expressa exclusão de quaisquer limitações ou entraves resultantes das concepções

político-filosóficas ou crenças religiosas dos trabalhadores») formam, no essencial, esses princípios, que reconhecem expressamente a «solidariedade de interesses existentes entre os trabalhadores de todo o mundo» e o «papel determinante da luta de classes na evolução histórica da humanidade».

Uma resposta ao divisionismo?

A Conferência, realizada por iniciativa da CGTP-IN, corresponde à aplicação prática da orientação traçada pelo Congresso de Todos os Sindicatos, enquadrando-se no desenvolvimento das perspectivas definidas no Programa de Acção aprovado no mesmo Congresso, em fins de Janeiro de 1977. A luta contra o divisionismo faz parte desse Programa de Acção. Mas a Conferência não se realizou para dar uma resposta à UGT. Quando esta organização fantoche apareceu (e sublinhe-se: não dentro mas fora do Movimento Sindical) já a I Conferência Nacional de Organização Sindical estava anunciada. «Combater e derrotar o divisionismo e o cisionismo sindicais» é uma tarefa apontada na Resolução final da Conferência. Mas não é uma tarefa de hoje. Embora seja necessário o reforço dessa tarefa,

é preciso ter em conta que o divisionismo evoluiu apenas no campo qualitativo, designadamente através do conluio partidário das forças de direita. Em quantidade, o divisionismo não cresceu. Antes diminuiu, e diminuirá ainda mais, na sequência do combate que lhe movem as forças da unidade.

Clara nos seus propósitos e sem necessidade de transigir, a luta contra o divisionismo e o cisionismo sindicais deve «desmascarar o seu carácter de traição de classe e de conluio com os inimigos dos trabalhadores e das conquistas populares do 25 de Abril, com o imperialismo e com o grande patronato, que pretende a restauração do poder económico e político monopolista, a intensificação da exploração dos trabalhadores e a destruição dos seus direitos e liberdades».

Institucionalizar a Assembleia Regional de Trabalhadores, para tratar de assuntos específicos da região, e a Assembleia Regional de Delegados.

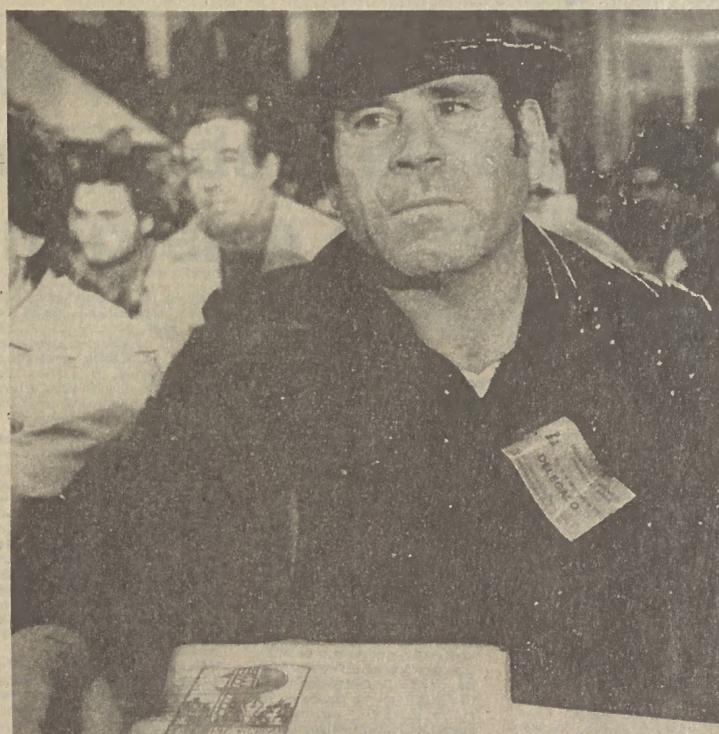
Novos aspectos do funcionamento das associações sindicais

As associações sindicais, seja qual for o seu nível, deverão ter, pelo menos, três órgãos, um deliberativo, um executivo e um fiscalizador. Ao abordar o funcionamento desses órgãos, a Proposta-síntese aprovada na Conferência dá especial atenção à Assembleia Geral dos Sindicatos, nomeadamente no que respeita ao seu funcionamento descentralizado através de «várias sessões simultâneas em locais diferentes, que podem ser os locais de trabalho, ou várias sessões em dias e locais diferentes, sempre com a mesma ordem de trabalhos e de forma a cobrir a área do Sindicato».

Por outro lado, a Proposta aprovada preconiza a «criação de mecanismos de funcionamento que, relativamente às questões mais importantes (por exemplo, alteração de estatutos, eleições), preveja a deliberação por voto secreto», juntamente com a «garantia de que todos os associados poderão apresentar as moções e propostas que entenderem convenientes e de as serem divulgadas em plano de igualdade com todas as demais» e bem assim a «necessidade de assegurar a todos os trabalhadores a possibilidade efectiva de participar na discussão e votação».

A organização na empresa

«É na empresa que se cria o essencial da vida dos trabalhadores, que surgem os conflitos de trabalho, que a acção reivindicativa se desenvolve, que resalta com mais nitidez a necessidade da unidade dos trabalhadores. Terá, assim, que ser na empresa que se têm de criar as estruturas organizativas que permitam aos trabalhadores responder e resolver as questões e os problemas que se lhes colocam no dia-a-dia», refere a Proposta-síntese, sublinhando que uma direcção de trabalho importante e prioritária será, assim, a criação da secção sindical de empresa, entendida como o conjunto dos trabalhadores sindicalizados de



Para defender a Reforma Agrária, as nacionalizações, o controlo operário, a Constituição de Abril

Criar Comissões Técnicas e Profissionais com o objectivo de dar resposta a problemas específicos dos diversos sectores profissionais, particularmente dos quadros e técnicos.

Congresso em 1980

No final dos trabalhos da Conferência, o Secretariado da CGTP-IN anunciou que o próximo Congresso da Central Única dos Trabalhadores Portugueses se efectuará em Janeiro de 1980.

Num ambiente de firmeza e entusiasmo muito caloroso, que foi uma constante no decorrer dos trabalhos, a Conferência foi encerrada com uma intervenção em nome do Secretariado da CGTP-IN. Usando da palavra, Armando Teixeira da Silva

saliou os aspectos mais importantes dos trabalhos e saudou nomeadamente «todos os trabalhadores portugueses que nas fábricas, campos, oficinas, escritórios discutiram os documentos, fazendo chegar a esta Conferência o seu contributo, garantia de que as decisões aqui tomadas merecerão o seu apoio e serão levadas à prática com a firmeza e determinação que caracteriza o nosso Movimento Unitário de massas e de classe».

A CGTP-IN continuará como agora a ser a Única Central Sindical dos Trabalhadores Portugueses.

A extinção judicial da UGT

Antes do encerramento dos trabalhos, foram discutidas e votadas várias moções e propostas. Entre elas salienta-se a que recusa o limite salarial de 18% imposto abusivamente pelo Governo MP/PPD, a de solidariedade para com o povo de Vietnam, a de apoio à Reforma Agrária e a proposta segundo a qual a Conferência delibera, nomeadamente, «promover como uma das formas de combate ao divisionismo a extinção judicial da UGT, mandando o Secretariado da CGTP-IN para promover as acções necessárias à consecução desse projecto». Nos considerandos desta proposta, afirma-se a dado passo

que «a autodenominada Assembleia Constituinte da UGT, realizada em 28 e 29 de Outubro de 1978, não foi convocada nos termos legais, não foi dado conhecimento dela nem aos trabalhadores nem às Associações Sindicais, nem tão-pouco lhes foi dada a possibilidade de nela participarem. A ilegalidade dos Estatutos da UGT, que não respeitam os princípios de gestão democrática das organizações sindicais, e a própria natureza da UGT são aspectos que contrariam a Lei Sindical e que justificam o seu pedido de extinção como meio de defesa da legalidade democrática».

Devemos tomar claro desde já que não pactuamos e repudiamos as gravosas medidas que o Governo propôs à Assembleia da República e que iremos actuar nas fábricas, campos, oficinas, escritórios e na rua, por todas as formas constitucionais, para que elas não sejam aplicadas.

Para aqueles que nos caluniam e difamam, o nosso erro é defender as conquistas de Abril e lutar pelo socialismo.



O combate pela unidade exige o esclarecimento abnegado e não sectário dos trabalhadores menos esclarecidos. Será também esse o papel de uma das maiores assembleias desde sempre realizadas pelos Sindicatos em Portugal

Não devemos alimentar falsas expectativas de que os nossos problemas sejam resolvidos de maneira fácil com uma única forma de luta.

Descentralização e verticalização

Um dos pontos mais discutidos durante a preparação da Conferência foi a verticalização sindical. Objecto de um documento-base, já em números anteriores a ela nos referimos com algum pormenor.

Na Proposta-síntese, que constitui o documento fundamental da Conferência e que temos vindo a referir juntamente com a Resolução final, a descentralização da organização dos sindicatos a nível regional é encarada como «frente de trabalho que abre perspectivas ao reforço do Movimento Sindical Unitário».

a verticalização, «a criação de formas de organização descentralizada tem de ser determinada em função da realidade concreta de cada sindicato, da sua implantação geográfica e da repartição dos trabalhadores sindicalizados». Quanto à verticalização, ela deve realizar-se tendo sempre em atenção os seguintes objectivos: «reforço da influência e capacidade de intervenção do Movimento Sindical Unitário com vista à concretização dos seus objectivos a curto e longo prazo; melhoria das condições de vida e de trabalho de todos os trabalhadores; unidade dos trabalhadores nas empresas e nos sindicatos e unidade orgânica do Movimento Sindical; aumento da participação dos trabalhadores na análise dos problemas, na procura das soluções e nas decisões; aperfeiçoamento das estruturas sindicais e necessidades de acção em todas as frentes de trabalho nomeadamente, na participação e controlo dos trabalhadores na planificação e gestão das actividades económicas».



Para defender o nível de vida dos trabalhadores, combater o desemprego e a repressão patronal nas empresas

A Conferência em números

A Conferência teve quatro sessões de trabalho divididas por dois dias, de acordo com a ordem de trabalhos, que foi cumprida. Participaram 1054 delegados em representação de 242 sindicatos. Destes, 60 não estão filiados na CGTP-IN. Sem direito a voto (este apenas cabia aos delegados eleitos pelos trabalhadores) participaram ainda 15 Federações, 18 Unões distritais e 17 Unões Locais. Nos dois meses de preparação da Conferência, mais de 600 mil trabalhadores discutiram directamente os documentos-base, propondo alterações, adendas e sugestões, em 2494 plenários de empresa. Houve ainda 140 plenários de dirigentes sindicais e 281 plenários e encontros diversos a nível distrital com a participação de cerca de 3 000 representantes de trabalhadores sindicalizados. Foram distribuídos 50 000 exemplares dos documentos-base, 10 000 exemplares da proposta-síntese apresentada à Conferência, 125 000 cartazes, 750 000 autocollantes e 750 000 ilustrações em banda desenhada acerca dos temas principais da Conferência onde estavam representados 1 768 061 trabalhadores sindicalizados — total que excede em cerca de 97 mil os trabalhadores representados há cerca de dois anos no Congresso de Todos os Sindicatos.

A Assembleia de Delegados

Particular realce merece este novo órgão nos documentos da Conferência. Entre as várias alíneas onde se define a sua competência avulta a «possibilidade de a Assembleia de Delegados requerer a convocação da Assembleia Geral» e a de se pronunciar previamente sobre os documentos e propostas a submeter à deliberação da Assembleia Geral, depois de os delegados sindicais que compõem a Assembleia de Delegados Sindicais os terem discutido com os trabalhadores».

Quanto às Federações a Proposta aprovada assinala nomeadamente as «vantagens da institucionalização do Congresso» e prevê a criação dos Congressos como órgãos das Unões Distritais.

Alguns pontos de reforço e renovação

- 1) O reforço sindical na empresa;
2) Formas de organização descentralizada dos Sindicatos;
3) Dinamizar a verticalização sindical;
4) Reforço e desenvolvimento das organizações sindicais de coordenação intermédia: Federações e Unões;
5) Estruturar a organização interna e o funcionamento das associações sindicais;
6) Desenvolver a organização das mulheres, dos jovens, dos reformados e dos desempregados;
7) Aprofundamento da democracia interna e da participação dos trabalhadores no Movimento Sindical;
8) Realizar e aperfeiçoar a formação sindical de dirigentes, a todos os níveis, delegados sindicais e trabalhadores em geral;
9) Combater e derrotar o divisionismo e o cisionismo sindicais.

Lutas e Tarefas

Contra os despedimentos na Molaflex — A solidariedade com os 156 trabalhadores ameaçados de despedimento na Molaflex, e, na generalidade, contra todos os despedimentos, reuniu na última quinta-feira mais de dois mil trabalhadores numa manifestação em S. João da Madeira. Concentrados inicialmente diante da Câmara Municipal, onde entregaram documentos aprovados, os manifestantes dirigiram-se depois para a Subdelegação do Ministério do Trabalho para aí entregarem também as moções. Apesar de avisados, ninguém do MT recebeu os trabalhadores, numa evidente falta de respeito pelas suas reivindicações mais legítimas e urgentes. Um dos documentos aprovados pede a intervenção da autarquia local no sentido de evitar os despedimentos.

concentraram em frente ao Ministério do Trabalho, apoiando a entrega de uma moção aprovada na última Assembleia Geral dos Trabalhadores do sector. «Os trabalhadores do Pão de Açúcar sabem que, estando a defender os seus direitos, estão a defender uma conquista de todos os trabalhadores do comércio», afirmou um trabalhador do Pão de Açúcar ao usar da palavra durante a concentração.

exemplos, contra «o tratamento dispensado pelos órgãos da comunicação social às notícias provenientes da USAM, tendo sido bastante lesivo do direito que a esta Organização Sindical assiste de dispor de um tempo de antena na RTP e RDP para a divulgação das suas posições».

disciplinares que o Governo decretou contra 25 trabalhadores. Se esses actos repressivos e ilegais do Governo se mantiverem, os trabalhadores estão dispostos a retomar a luta.

Continua a luta no Pão de Açúcar — Pelo quarto sábado consecutivo voltaram a registar-se paralisações no Pão de Açúcar. A luta pela semana inglesa, ameaçada naquela cadeia de supermercados, mobilizava, no mesmo dia, mais de um milhar de trabalhadores, que se

semana inglesa, ameaçada naquela cadeia de supermercados, mobilizava, no mesmo dia, mais de um milhar de trabalhadores, que se

Nos TLP contra as sanções — Com o reinício das negociações do ACT com a nova Comissão Directiva, e reparadas as avarias dos telefones, a Comissão Negociadora Sindical reafirma que qualquer solução negociada pela empresa obrigatoriamente pela anulação das sanções

de PRT rural — À semelhança do que se passa no Norte, os Sindicatos Agrícolas do Centro preparam reuniões para discutir processos de luta pela saída da PRT para os assalariados rurais. No distrito de Coimbra foram além disso solicitadas audiências ao governador civil e aos presidentes das Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia.



Campanha de Fundos para Escola Sindical — No prosseguimento da Campanha de Fundos, que decorre sob o lema «10 mil contos para uma escola sindical de unidade e democracia», a CGTP-IN publicou recentemente a lista provisória dos prémios a que os

compradores de cupões ficam habilitados. Partindo de um automóvel (1.º prémio), a lista inclui férias na URSS, Cuba, Jugoslávia, Checoslováquia e Hungria, bem como outros prémios tentadores para os participantes na Campanha.
● Paralisação na AC — Sem salários há quatro meses e sem medidas por parte do Governo que possibilitem a recuperação da empresa, os trabalhadores da AC — Arquitectura e Construções têm paralisado a actividade para apoiar medidas e soluções urgentes. As paralisações têm-se caracterizado por grande adesão.
● Siderurgia paralisa — Em luta pela revisão do Acordo

Colectivo de Trabalho (ACT), os 3000 trabalhadores da Siderurgia (Seixal) e os 750 da Maia (Porto) efectuaram paralisações de trabalho. O ACT em vigor data de 1971 e há quatro anos que os trabalhadores não recebem aumentos de salários.
● Paralisação nos têxteis — Em greve pela terceira vez desde Agosto de 1978, os 280 mil trabalhadores têxteis aderiram em 75 por cento à paralisação de nível nacional, decretada na última quinta-feira pela respectiva Federação sindical. Os trabalhadores lutam por aumentos salariais da ordem dos 28 por cento.

Impõe-se medidas que impeçam

Por proposta da APU Câmara de Lisboa pede ao Governo subsídio de emergência

A Câmara Municipal de Lisboa deliberou solicitar ao Governo, ao abrigo da Lei de Finanças Locais, um subsídio de emergência de 111 000 contos, para fazer face aos estragos causados pelo temporal.

Esta decisão, tomada por unanimidade na sessão da passada segunda-feira, foi proposta pelo vereador Silva Graça, da APU, a quem a edilidade havia encarregado, a 12 do corrente, de propor, com a urgência que o caso requer, um plano de actuações prioritárias a submeter à aprovação da Câmara.

Não obstante ter considerado incorrecta a concentração num único vereador (Silva Graça) do processo de levantamento das situações mais graves ocorridas na capital — sobretudo devido à posição maioritária dos eleitos do PS no município lisboeta, o que por si só constitui razão mais do que suficiente para que assumam as suas responsabilidades — a APU acatou democraticamente a decisão tomada pelos vereadores do PS, PPD e CDS e meteu mãos à obra.

Graças ao excepcional apoio prestado pelos Serviços solicitados e à preciosa ajuda de Comissões de Moradores e algumas Juntas de Freguesia, o vereador do Povo Unido pôde, ao fim de quatro dias, apresentar à edilidade um levantamento, tão exaustivo quanto possível, das situações graves provocadas pelo temporal, bem como as medidas a tomar.

Misérias que o mau tempo acentuou

Embora a situação na cidade de Lisboa não seja tão grave como poderia parecer à primeira vista, sobretudo se comparada às tragédias ocorridas em Santarém, Mondego, Douro, etc., verificam-se casos graves que se torna necessário resolver de imediato, nomeadamente no que se refere a prédios que ruíram ou ameaçam ruir, barracas inabitáveis ou ruidas, barreiras e muros caídos ou em risco de cair, pavimentos destruídos, colectores danificados, etc.

Como se conclui do estudo apresentado pelo vereador Silva Graça, o estado a que a capital chegou ultrapassa em muito a causa próxima do temporal que assolou o país, radicando-se em razões muito mais profundas. Refira-se, a título de exemplo, o facto de, salvo raríssimos casos

pontuais, as ruas de Lisboa não serem reconstruídas desde há vinte anos; de continuarem por construir os grandes colectores pluviais; de existirem cerca de 15 mil barracas em Lisboa; do património habitacional da Câmara (cerca de 23 mil fogos) estar em péssimo estado de conservação.

O estudo apresentado à Câmara detem-se mais pormenorizadamente no que se refere ao sector da habitação, pois, como aí se sublinha, os buracos das nossas ruas, embora sendo um problema muito grave, não se comparam em termos de prejuízos imediatos com as terríveis situações de famílias desalojadas, famílias em perigo constante de ficarem subterrâneas, condições de insalubridade gritantes, promiscuidade, etc., etc.

Recordando que durante décadas a Câmara de Lisboa adquiriu o que havia de pior no parque imobiliário da capital, aumentando-o com bairros camarários construídos sem atender às condições mínimas e habitabilidade, mesmo os mais recentes (o de Carnide foi concluído há dois anos!), o relatório do vereador da APU, a propósito das consequências do temporal colocou na ordem do dia as condições mais que sub-humanas em que vivem centenas de milhares de pessoas — só nas

barracas, designação que não inclui os bairros camarários, vivem cerca de cem mil!!!

Juntado a tudo isto a situação do parque habitacional particular degradado, o relatório deu à edilidade um vasto e sem dúvida preocupante panorama da cidade que tem para gerir.

Que fazer?

Para enfrentar esta situação há que fazer opções muito claras. Num estudo sumário da situação considera-se necessário, numa estimativa, por certo deficiente:

Para a conservação dos fogos municipais em prédios, calculando-se as necessidades actuais em cerca de quatro mil, oitocentos mil contos (escalonados no tempo, obviamente); conservação em bairros municipais degradados (cerca de três mil casas), a «módica» quantia de duzentos e quarenta mil contos; com a legislação existente, para acorrer aos cinco mil processos referentes à recuperação de prédios particulares degradados, seriam necessários oitocentos mil contos.

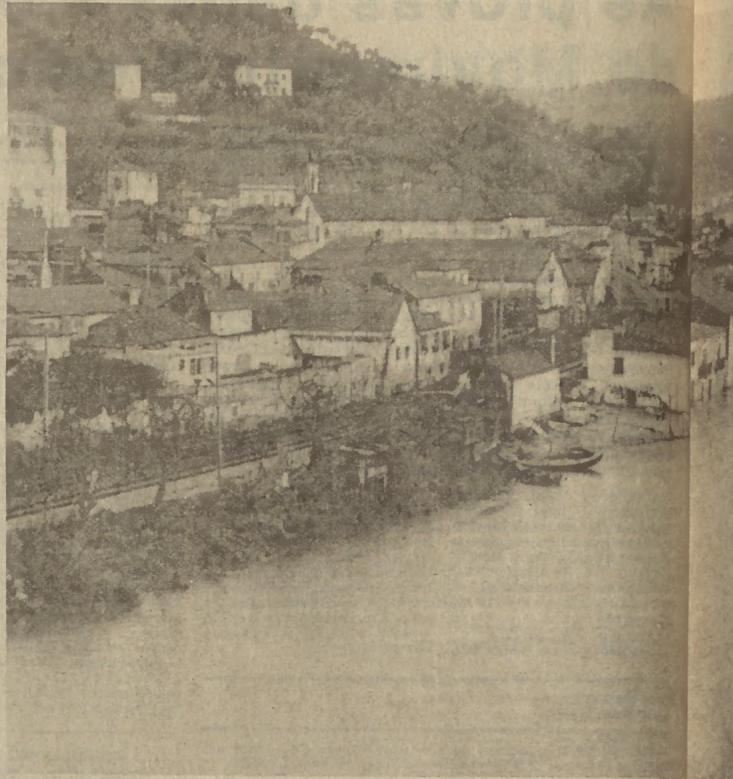
Quanto às cerca de cem famílias desalojadas que vivem em barracas, o problema está em saber — e Silva Graça deixou a pergunta no seu relatório — se a Câmara vai realojar as pessoas construindo novas barracas, ou

se antes se propõe procurar uma alternativa às barracas, aos prédios em ruínas.

Como a propósito se faz notar, é preciso vontade política e consequente projecto global para que a Direcção dos Serviços de Urbanização da Câmara funcione defendendo os interesses das populações mais carenciadas, insolventes, desalojadas, enfim, a grande maioria da população da cidade de Lisboa.

A crueza da realidade exposta pelo vereador da APU não pôde deixar de impressionar os vereadores da Câmara Municipal de Lisboa — nem uma só voz se levantou para fazer objecções! O que prova, sem dúvida, que apesar da incorrecção da metodologia aplicada (entregando todo o trabalho a um único eleito) para o estudo da situação, a vereação pode confiar na eficiência do trabalho dos vereadores do Povo Unido.

A proposta aprovada por unanimidade, que solicita cento e onze mil contos ao governo para atacar de imediato as situações mais preocupantes, permitirá (através dos meios técnicos e humanos apontados como indispensáveis) uma resposta imediata, planeada e controlada que se impõe, para fazer face às ocorrências provocadas pelo temporal.



Organizar a solidariedade

Muito se tem escrito e muito ainda se há-de escrever e dizer em Portugal a respeito do temporal que assolou o país, das cheias que destruíram casas e culturas, que arruinaram estradas e cortaram vias férreas, que privaram de água uma cidade inteira e os vastos subúrbios.

Já no auge da catástrofe mas sobretudo agora, que as águas abandonam os campos e retornam ao leito dos rios, que a chuva deixa de empurrar terras, ficam mais à vista os prejuízos causados. E também fica à vista a incompetência do poder central. Fica à vista, como traço mais nítido no desenho do que aconteceu e do que acontece, a solidariedade popular que imediatamente se organizou. Comissões de moradores e de trabalhadores, autarquias progressistas, colectividades, bombeiros, Centros de Trabalho do PCP foram os pólos de atracção e de organização dessa solidariedade na qual os comunistas se destacaram, acorrendo às populações e às zonas mais atingidas, angariando e distribuindo dadas, roupas, géneros, confeccionando e distribuindo refeições e água albergando pessoas privadas de habitação.

Entre os muitos folhetos e documentos que chegam à redacção do "Avante!" e dão uma

ideia da solidariedade que mobiliza em muitos pontos do país, respigamos uma carta que veio de Alcanena: ... constituíram-se várias brigadas que, para além de militantes comunistas integravam também elementos da APU e outros democratas. Essas brigadas realizaram um porta-a-porta na 2.ª e 3.ª feira, tendo recolhido milhares de peças de vestuário, géneros alimentícios e também dinheiro.

No Centro de Trabalho do Partido procedeu-se à selecção, classificação, inventariação e embalagem dos diversos produtos. A Câmara Municipal colocou uma viatura à disposição e uma primeira remessa já foi entregue no Pavilhão da Agricultura, em Santarém. Nesta primeira semana foram entregues cerca de 2500 unidades, entre vestuário, abafos, calçado e géneros alimentícios. (...) Irá também lançar-se um apelo para a constituição de brigadas de trabalho que irão auxiliar as populações nas tarefas de reconstrução (...)

As mil maneiras de ajudar

Por todo o lado, nos lugares não atingidos pelo grande tempo mas especialmente como na região de Alentejo, os comunistas começaram cedo a tomar medidas e a coordenar esforços para a população.

Em Abrantes, em alargada da Comissão de moradores e das CT's da Somapre e das freg. A Com tomaram-se várias decisões para a prestação de socorro às populações atingidas, uma recolha de imortalizantes na MDF e na S para se m e a preparação de um espólio de solidariedade.

Em Alpiarça realizou-se um porta-a-porta no fim-de-semana, passado, que previa a participação das camaradas da Comissão principal das mulheres por Difusão. "Avante!", alargada a camaradas. Grupos de T de ajuda às populações atingidas, em concelho, enquadram-se também a prestação pelos trabalhadores Cooperativa Goux e Alentejo pós à disposição uma mota do



Até em plena baixa lisboeta se fez sentir o volume das chuvas torrenciais que assolaram todo o país, fazendo sentir mais uma vez a necessidade de prevenir a tempo



Este é o interior da central de captação de água, em Valada do Ribatejo, quando ainda não se encontrava reparado não assegurando por isso, o abastecimento de grande parte da água que a cidade de Lisboa consome



«Se não fossem os comunistas a dar uma ajuda, juntamente com os bombeiros e a Câmara...» No bairro dos avieiros, em Vila Franca de Xira o ambiente era ainda de grande preocupação, as casas de madeira empenadas, roupas deterioradas, falta de água

Como em muitos outros lugares, em Vila Franca os comunistas foram dar uma ajuda à população

A água desce com força mas ainda cobre a planície e estende-se, baça, sobre os muitos hectares de devastação. Em Vila Franca, onde estivemos, não chovia, as ruas tinham secado, tratava-se de deltar contas aos prejuízos, de continuar a organizar a solidariedade que imediatamente aparecera e que os comunistas foram os primeiros a canalizar e a promover.

Dirigimo-nos ao Centro de Trabalho, onde falámos com o camarada José Manuel Rodrigues, da Comissão de Freguesia de Vila Franca de Xira, do PCP no meio da animação que reinava na sala, onde muitas crianças brincavam e faziam desenhos à volta de uma mesa. São os filhos dos avieiros. Moram provisoriamente no Centro, onde foram albergadas quando a cheia invadiu as casas dos seus pais. Daí fomos ao bairro da vila que mais sofreu com a cheia, precisa-

mente o bairro dos avieiros, que esperam um dia vir a morar num verdadeiro bairro, com verdadeiras casas, para o qual existe projecto e terreno mas não o financiamento... Mas isto é outra história! Agora o camarada José Manuel fala-nos de como se processa a ajuda às populações: — Quando a cheia começou já aqui nos começávamos a organizar para uma eventualidade destas, correspondendo ao apelo do Secretariado do Partido. Na noite de domingo, as

águas subiram muito e viemos aqui avisar os avieiros. Mas é gente muito habituada a isto e não pensavam que a cheia ia atingir estas proporções. De madrugada viemos cá com os bombeiros retirá-los das casas, algumas das quais tinham água até ao tecto.

— Para onde foram as pessoas? — A maioria já voltaram às suas casas, desde que a água baixou. Mas algumas casas ficaram bastante arruinadas. Nessa noite o Centro de Trabalho albergou cerca de 70 pessoas, entre adultos e crianças. Nesse momento ainda lá temos 30 crianças.

— É de destacar a acção dos bombeiros. E também dos marinheiros. A solidariedade é agora coordenada pela

Câmara Municipal, enquanto que a Junta de Freguesia, do PS, ainda não apareceu em lado nenhum, nem sequer a procurar saber como as coisas estão correndo...

A simpatia das pessoas rodeou-nos quando fomos apresentados como jornalistas do "Avante!".

— Se não fossem os comunistas... Olhe, aquela tem lá os filhos na sede do Partido. Já nos deram roupa e eu também lá fiquei na primeira noite. Depois arranhei-me casa de uma pessoa de família. Agora os miúdos sentem-se lá bem, nem querem voltar a casa... E isto ainda está muito húmido.

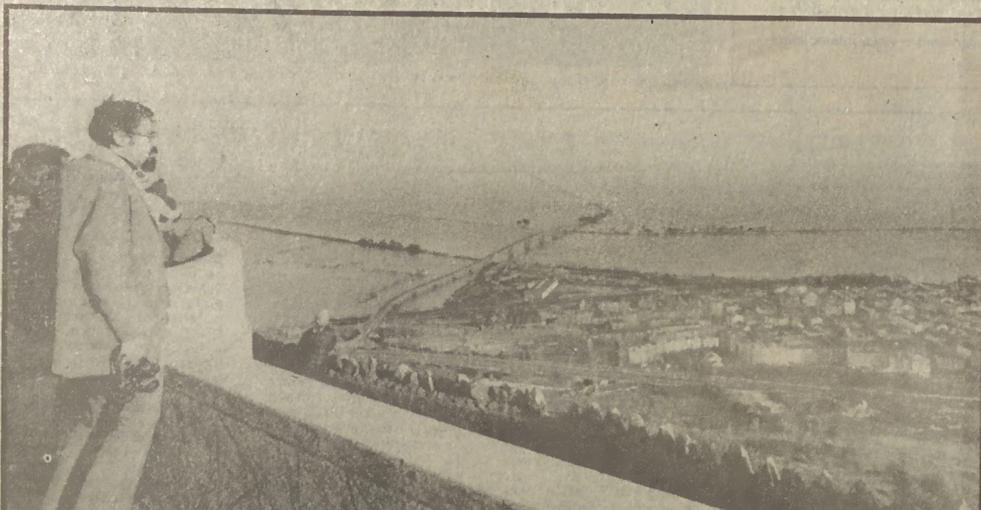
— Tiveram muitos prejuízos?, quisemos saber. — Eu, foram mais de cem redes que perdi — disse um homem. Não

era uma queixa, era a constatação de uma desgraça.

Quando às casas, que se madeira, encontravam empenadas. Mas o pior foram as roupas, os parques móveis.

— Eu queria era perguntar onde está a "pirâmide"?

Esta frase ouviu-se muitas vezes em Vila Franca, quando visitámos as instalações do "patriarcado", uma cidade popular que cobrou socorro às vítimas da cheia. Centenas de pessoas não a Cruz Vermelha passou houve quem nos dissesse que apareceu uma pessoa a fazer da Cruz Vermelha depois da primeira cheia. A uma tenda, distribuiu escovas de dentes e higiénico — e foram-se em



António Barreto, do da contra-Reforma Agrária, foi ver as cheias, dar uma volta turística em jeito de férias repartidas e nem se esqueceu do aparelho fotográfico. Político reformador ou reformado da política, agora deve entristecer-se por não ter sido ele a ordenar a destruição de uns vastos hectares. É decerto uma paisagem que lhe agrada



Diques abatidos, a forte enxurrada invadindo terras e destruindo culturas, durante dias e dias, a desolação ganhou os campos do vale do Tejo. Que medidas serão tomadas para que isto não se repita?

Para que a tragédia se constitua para que se constum



Na passada terça-feira, o camarada Octávio Pato, proferindo na Assembleia da República uma declaração política em nome do Grupo Parlamentar do PCP e referindo-se às cheias que assolaram o nosso país, teve oportunidade de afirmar: A persistência e volume das chuvas, a força do mar e dos ventos e a impetuosidade e grandeza dos caudais dos rios explicam em boa parte as múltiplas pequenas e grandes tragédias vividas por milhares e milhares de portugueses. Mas importa acentuar que não se explicam tudo, como não justificam uma grande parte dos prejuízos ocorridos. E mais adiante: Nenhuma justificação pode ser dada para que a burocracia e a inércia impeçam a tomada de medidas necessárias para a médio ou a longo prazo evitar a repetição de tragédias como a que nos suceda impõe-se que uma situação como esta seja caracterizada de catástrofe nacional, repara completamente na consciência nacional.

repetição da tragédia das cheias

Chegou a bonança ao Douro?

Amainou o mau tempo. Agora já é possível avaliar a amplitude dos prejuízos provocados pelo temporal e cheias na bacia hidrográfica do Douro e na costa Norte.

Quando a tendência das águas do rio Douro apontava para o seu regresso ao leito habitual, estalou uma enorme borrasca no mar, que galgou inúmeros pontos em Espinho, foz do Douro, Leixões, Póvoa do Varzim, Esposende e Viana do Castelo.

Registou-se uma nova subida das águas do Douro, enquanto vagas enormes destruíram cerca de setenta metros do molhe de acostagem dos petroleiros no porto de Leixões; atingiram residências em Espinho obrigando a evacuação de mais de 200 pessoas; deixaram marcas bem visíveis da sua passagem noutros pontos.

Chegou a bonança, a incúria continua? Esta uma das perguntas que anda em muitas bocas. As pessoas interrogam-se se não será possível, uma vez por todas, tomar medidas preventivas que minimizem os sacrifícios e prejuízos causados anualmente às populações das zonas ribeirinhas e da região costeira.

Por outro lado, perante a ameaça de carência de combustíveis na zona norte, é necessário que se saiba das enormes responsabilidades da administração da Petrogal que impôs a paralisação da refinação de ramos desde meados de Dezembro, ainda antes do naufrágio do Tenogra e do mau tempo...

Câmara do Porto tem culpas no 'cartório'

Como noticiámos oportunamente, o Executivo das Organizações das zonas ribeirinhas do Porto do PCP tomou posição face às inundações. A dado passo o documento denuncia o descarado desprezo da Câmara pelos habitantes das zonas ribeirinhas pois, apesar da gravidade das cheias do ano passado, durante todo este ano não tomou medidas para evitar esta situação,

nem para preparar qualquer esquema de auxílio.

Há verdades que custam a engolir e a aceitar. A edilidade portuense, onde dita leis uma aliança PPD/CDS/PS, não gostou que o documento do Partido pusesse o dedo na ferida e a responsabilizasse publicamente o que fará enquanto persistir numa orientação contrária aos interesses da população da cidade.

«Que fez a Câmara para criar, antes de as águas subirem (o que se sabia que ia acontecer) um sistema de auxílio de emergência quanto a transportes, alojamento e assistência? Que medidas tomou para que, na eventual repetição das cheias, não se viessem a registar os prejuízos que, este ano de novo, se verificaram? Que fez a Câmara para, juntamente com outras estruturas oficiais e o Governo, estudar e trabalhar para o controlo das cheias do Douro?»

As respostas, e a melhor resposta comum a estas três perguntas candentes podem dá-las as dezenas de vendeleiras do mercado da Ribeira, as inúmeras famílias desalojadas, os pequenos comerciantes que, anualmente,

sofrem prejuízos elevados, assim como os portuenses que não deixam de ir à marginal ver e lamentar os incómodos e prejuízos sofridos por aquela gente, com quem as cheias têm vivido paredes-meias, desde o berço até à tumba.

«Não fez nada». Três palavras bastam para caracterizar a incúria camarária. Como recorda a resposta do PCP à nota subscrita pela maioria da vereação da CMP, isto, «apesar de, no dia em que começaram as cheias, a Assembleia Municipal lhe ter recomendado a prestação de todo o auxílio necessário». Entretanto, «dois dias depois ainda não estava montado nenhum esquema e, na madrugada seguinte, ainda havia famílias desalojadas à chuva, nos portais, desconhecendo como e onde podiam ser acolhidas».

Reiterando posições e acusações formuladas pelo Partido, pela APU e pela população da cidade, o Executivo das Organizações Ribeirinhas do Porto do PCP devolve à procedência a acusação de objectivos eleitoralistas e denuncia a Câmara por continuar a não atender «aos problemas da limpeza e manutenção, dos pavimentos das ruas, do abastecimento e qualidade da água, dos transportes, da habitação, etc. apesar de, no fim do ano, sobrerem centenas de milhares de contos que a Câmara não soube aplicar».

Má gestão e incompetência dos gestores da Petrogal

Ainda há dias se viu como o temporal que assolou o país foi usado como biombo para esconder o atraso do pagamento dos subsí-

dios governamentais atribuídos às vítimas das cheias, no ano transacto. A propósito foi citado o facto de Mirandela não ter estado isolada pelas águas e de ainda lá não haver notícias nem cheiro do dinheiro... Com o abastecimento de combustíveis ao Norte do país passa-se algo de semelhante. Pensando ser curta a memória das pessoas, não faltará quem pretenda atribuir as carências de gás, gasolina, nafta e gasóleo ao mau tempo ou (e) aos trabalhadores da Petrogal...

Como a CT da refinaria do Porto da Petrogal denunciou em conferência de imprensa, a destilação de ramos foi interrompida em 17 de Dezembro último, devido à falta de «stockagem», originada por uma deficiente planificação do abastecimento petrolífero, da inteira responsabilidade da administração, que não só se tem «fechado em copas» como mantido um mutismo estranho e culposos.

É conhecida a dificuldade de atracagem dos petroleiros ao terminal A do porto de Leixões, agora danificado. No entanto, até porque tal limitação é sobejamente sabida, a escassez de produtos combustíveis poderia ter sido minimizada caso tivessem sido tomadas decisões adequadas. Enquanto a capacidade de armazenagem da refinaria do Porto é de 750 mil toneladas de petróleo bruto, os níveis de «stockagem» foram muito inferiores aquele índice no período anterior. Em Outubro atingiram as 234 665 toneladas; em Novembro 514 195; em Dezembro não entrou qualquer quantidade de ramos.

Nesse mês o mau tempo impediu a atracagem de quatro navios — tanques nos primeiros dez

dias, com cerca de 280 mil toneladas. «Por que razão — perguntava a CT na conferência de imprensa — sendo previsível que as condições se agravassem, não se procurou que a chegada desses barcos se verificasse mais cedo?»

Entretanto, em 28 de Dezembro, nova dificuldade é levantada à acostagem de petroleiros com o naufrágio do «Tenogra», cujos destroços dificultam aquela manobra. Finalmente a Invesitida das ondas do mar tornou inoperativo o terminal A, precisamente aquele onde se faz a acostagem dos petroleiros e a bombagem das ramos.

Actualmente está a funcionar apenas uma unidade de destilação, com paragens e fraco rendimento. O transporte de combustíveis para a indústria está a ser feito a partir de Sines, sobretudo em camiões-cisternas, com elevados custos e em pouca quantidade. Embora estejam a ser desenvolvidos esforços para reparar, num prazo de duas semanas, o terminal A, o certo é que as reservas podem vir a aproximar-se de níveis próximos da rotura, sobretudo quanto à nafta.

Os prejuízos são por agora, incalculáveis, mas sem dúvida muito significativos. Sem recesso podem e devem assacar-se responsabilidades à falta de planeamento da administração da Petrogal que poderia e deveria ter tomado medidas para obviar aos conhecidos inconvenientes do mau tempo. Como o não faz, convergiram simultaneamente vários factores que criaram uma perigosa situação para os pequenos e médios industriais e até para a própria empresa.



ieade

para escoar as bolsas de água na altura ainda existentes na Tapada, Almeirim. No concelho de Alpiarça os prejuízos conhecidos são da grande monta, tanto na agricultura como na pecuária.

Diques foram destruídos na Lezíria, em Benavente, e os desalojados do Bairro 1.º de Maio perderam roupas, equipamento doméstico, mobílias. Para muitas das pessoas afectadas o Partido surgiu como a única organização que os apoiou e os ajudou nas questões práticas.

A Comissão Concelhia de Salvaterra de Magos publicava no dia 15 um comunicado onde apelava aos militantes e aos simpatizantes e ao povo em geral para se mobilizarem na recolha de géneros e para se inscreverem nas Brigadas de Trabalho, enquanto no Centro do PCP funcionava um posto de recolha de dádivas. Neste concelho, além de pescadores de rio, foram os pequenos agricultores os principais prejudicados pelas cheias.

Na Chamusca, um grupo de camaradas, principalmente mulheres, encarregaram-se de um porta-a-porta.

Exemplares do comunicado da Comissão Concelhia de Coruche, do PCP, foram colocados nas

montras por muitos comerciantes, enquanto 4 motobombas das Cooperativas de Pavões, Monte Couço, Águas Belas foram postas à disposição pelos trabalhadores para esgotamento de águas. Neste concelho formou-se uma Comissão Unitária para recolha de solidariedade e levantamento das necessidades.

Prejuízos a quanto montam?

De um relato de uma camarada de Valada do Ribatejo, Cartaxo: «Esta feita perderam-se os haveres de uma grande parte desta população. E o mais grave é que algumas das habitações ruíram. Perdeu-se uma incalculável porção de animais de capoeira e centenas e centenas de cabeças de gado bovino e suíno. Só numa quinta morreram afogados 396 bois de 700 quilos e 700 porcos. Contribuíram para tal não só as chuvas torrenciais como ainda o ruir do dique carcomido e estragado pelo tempo.

Segundo a população, nesta situação tem grande responsabilidade a Hidráulica que nesta região apenas tem a preocupação da cobrança, nada tendo feito para criar

condições de defesa para as populações.

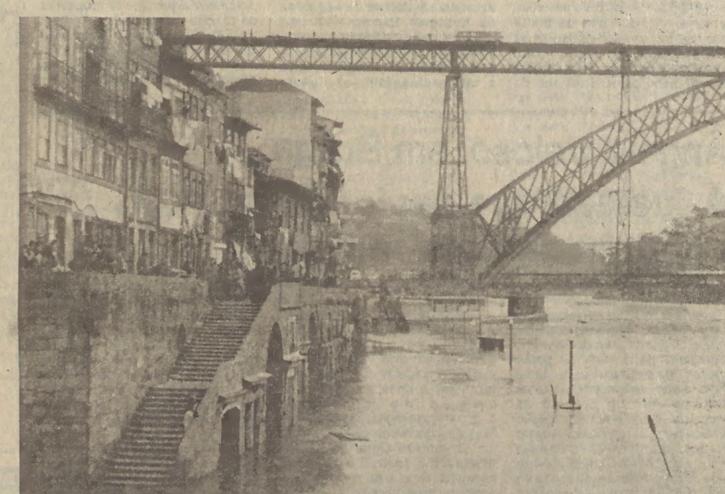
As velhas bombas de esgoto não mais apareceram; os barcos motorizados deixaram de existir; as árvores que circundam o dique não são limpas há anos, tornando-o intransitável, sabendo-se que em altura das cheias é esta a única via de acesso existente (...)

No concelho de Coruche, para além de estradas, barreiras e pontões destruídos ou danificados, de condutas de abastecimento e de esgotos fora de operatividade, de aterros quebrados e de manilhas deslocadas, foram muitas as povoações completamente isoladas e algumas privadas de abastecimento de água. Milhares de contos de prejuízos vão sendo contabilizados.

O distrito de Santarém, um dos mais atingidos, e também para onde convergem os resultados de uma solidariedade que em todo o país encontra eco, soube reagir e organizar-se para minimizar os prejuízos. Organizações populares, sindicatos, comissões unitárias formadas expressamente, puseram mãos à obra. Mas também exigem do Governo que assuma as responsabilidades que lhe incumbem.



Quem mora perto do Douro não esquecerá facilmente este Inverno e os dramas que trouxe a tantas famílias cuja vida, mesmo sem cheias, é uma luta permanente



Na zona ribeirinha do Porto, a Câmara não atendeu às necessidades, cuja solução há muito é reclamada pela população. Apesar da experiência do ano passado, nada foi feito pela edilidade portuense a fim de reduzir, pelo menos, os prejuízos que acabam de verificar-se



Durante o jantar, as crianças trocaram impressões com o repórter do «Avante!». O dia passado na brincadeira chegava ao fim. Não estavam em suas casas, mas estavam em casa sua, rodeadas de cuidados e simpatia. «Isto aqui é bom» disseram

Para os camaradas apenas a recompensa de ter cumprido uma tarefa

«Também vens cá ao baile? — perguntou-me a Maria de Fátima, de 10 anos, durante o jantar que reúne 30 crianças no Centro de Trabalho de Vila Franca de Xira. Tinha anoteicido e era uma algazarra à volta da mesa. Peixe frito com arroz. Estava bom, garantiram os miúdos. Mas afinal que baile era esse? Tratava-se de um baile de despedida, ao que parecia. Foram as crianças que propuseram uma festa assim. A Maria João, de 12 anos, disse que o melhor era voltar a casa para o ano... — Isto aqui é muito bom! — comentou o Fernando Manuel, de 13 anos. O que têm feito as três dezenas de crianças durante os dias

passados ali no Centro? A maior parte delas nunca tinham entrado naquela casa que agora as recebe. — A gente come, dorme, brinca, faz desenhos, vê o «Astro» na televisão... Antes de nos despedirmos estivemos com camaradas que não têm poupadou esforços na verdadeira operação de solidariedade que tem mobilizado os comunistas, unindo-os à população em dificuldades. Dias e noites de trabalho. E cuidar das crianças, fazer a comida, receber os inúmeros donativos que muita gente vem depositar no Centro, preferindo entregar ali roupas, leite e outros géneros, com a certeza de que os comunistas os fazem

chegar a quem mais necessita nestes momentos de catástrofe. — Há muita gente que aqui vem e que nunca tinha posto os pés no Centro de Trabalho. Podiam ir mesmo à Câmara, onde está montado uma espécie de quartel-general para apoiar a população. Mas fazem questão de vir aqui. Depois nós entregamos as coisas na Câmara. Visitámos uma dependência, cheia quase até ao tecto com roupas, produtos de dádivas. Já estivera cheia e fora esvaziada. Mas agora trata-se de organizar melhor a distribuição, de fazer listas com os que já receberam roupa para não haver os abusos

que nestas alturas sempre acontecem. Visitámos ainda o bar. Há pacotes de leite, há margarina, há outros géneros. E, no meio do cansaço dos camaradas, os sorrisos de se levar a bom termo mais uma tarefa. São sobretudo mulheres. O camarada Pinho e o camarada Fernandes falam-nos das mais activas nestes dias. A Manuela da Assunção, a Maria Luísa, a Angélica da Conceição, a Flávia, a Isabel, a Francisca, a Maria José, a Angélica Pinho, a Mercedes, a Maria do Rosário, a Maria Henriqueta, a Eduarda. Para os camaradas empenhados, apenas uma satisfação e uma recompensa: a de verem a confiança com que a população encara os comunistas.

A saída dizem-me: — Até uma senhora que mora aqui em frente e que nunca cá veio antes, quando recebemos aquelas pessoas todas e muitas crianças, ela veio cá emprestar o colchão da cama das filhas. As filhas foram dormir para a cama dela e depois a gente devolve o colchão quando não for preciso. São duas certezas desta solidariedade aqui organizada: quem dá, sabe que o destino da sua dádiva vai chegar aos que precisam e quem empresta tem a certeza da devolução; por outro lado todos os que precisam têm a certeza de que encontram nos comunistas, homens e mulheres, o gesto fraternal e pronto na ajuda.

edição se repita strum País melhor!

Depois de ter criticado o Governo de Mota Pinto por se ter aproveitado da situação para lançar uma campanha de manipulação da opinião pública, o camarada Octávio Pato referiu o resultado de visitas que deputados do PCP efectuaram a algumas das zonas mais atingidas, citando exemplos concretos e concluiu: **Como sempre, foram os que menos têm os mais atingidos e os que mais duramente sentem a perda dos seus já poucos haveres.**

E a finalizar a sua intervenção, Octávio Pato acentuou: **Através da constituição e da acção da Comissão Eventual de Solidariedade para com as vítimas das cheias e temporais, proposta na última reunião da Assembleia por deputados socialistas, deu-se um importante passo não só para definir os meios de acção da Assembleia como para alertar a consciência nacional:**

Este é o rumo certo para responder à tragédia. Na Assembleia da República, como fora dela, os comunistas cumprirão o seu dever e estamos certos de que o País pode contar com o empenhamento de todas as forças democráticas. Para que a tragédia não se repita, para que se construa um País melhor!



Foi há dias, em Castanheira do Ribatejo, O Centro de Trabalho do Partido, onde poucas horas antes houvera uma reunião, ficou sem frontaria. A parede ruíu completamente mas ainda permitiu que os comunistas, que ali acorreram logo, salvassem o mobiliário e o equipamento. Agora trata-se de arranjar um novo Centro, que o trabalho do PCP não pode parar. Nova Campanha?



Foram sempre os trabalhadores e entre eles os de menores recursos os mais afectados pelas cheias nas suas habitações e haveres. Justo é que a solidariedade para eles se dirija



O reforço do papel do «Avante!» consegue-se também contribuindo para que este órgão informe melhor — disse o camarada Carlos Brito

Carlos Brito, em Almada: destacada a importância do papel do «Avante!»

O motivo que nos reuniu esta noite — a comemoração dos 48 anos do «Avante!» — é por si mesmo muito significativo do papel dos comunistas na sociedade portuguesa — começou por afirmar o camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do Comité Central durante o comício efectuado, na sexta-feira passada, na Inovel Almada.

Organizado pela Comissão Concelhia de Almada do PCP o comício reuniu muitos habitantes daquela cidade. O primeiro orador da noite, o camarada Fernando Bernardo, da Comissão Concelhia de Almada do PCP, que começou por homenagear os que, incansáveis, deram vida ao nosso jornal, recordou que «Almada é um dos centros de luta pela defesa dos postos de trabalho nas empresas e pela reivindicação de salários mais justos», sublinhou o papel que nessa luta, na luta política em defesa das conquistas de Abril, na batalha pela melhoria das condições de vida das populações, na animação cultural têm tido os trabalhadores e, de forma particular, os comunistas do concelho.

Recordando que com as liberdades reconquistadas no glorioso 25 de Abril, é também ímpar a situação do «Avante!» o camarada Carlos Brito salientou a seguir que ele não se limita a assegurar a maior audiência de entre todos os órgãos dos partidos e a grande distância dos demais, como é mesmo de

entre todos os semanários que se publicam em Portugal o de maior tiragem.

Mais adiante acrescentou: O reforço do papel do órgão central do PCP não se consegue apenas através da sua ampla difusão, consegue-se, também, contribuindo para que o «Avante!» informe melhor e comente melhor tudo aquilo que preocupa e afecta os trabalhadores, tudo que aflige o povo, tudo que prejudica a democracia e as conquistas da Revolução. O «Avante!» precisa de muitos correspondentes, de correspondentes prontos e dedicados. Dar um grande passo nessa direcção é sem dúvida um dos imperativos do nosso jornal nestes dias em que se comemoram 48 anos da sua existência.

A Festa do «Avante!»

Referindo-se seguidamente à Festa do «Avante!» no corrente ano o camarada Carlos Brito afirmou:

Uma vez mais se acumulam as dificuldades quanto a terrenos para a realização da Festa. Foi preciso que os comunistas desbravassem os matagais do Jambor e em dois anos seguidos os tivessem transformado em maravilhosas cidades de afirmação de confiança patriótica, de confraternização proletária e internacionalista, de cultura

e arte progressista para as autoridades se lembrassem de encetar obras para os obscuros projectos que de momento têm só uma tradução objectiva — obstaculizar a utilização desses terrenos para a Festa do «Avante!». As dificuldades serão, com certeza, muitas. Mas não haja dúvidas. A Festa do «Avante!» de 1979 vai-se fazer! O «Avante!» terá uma festa condigna no 48.º aniversário.

Outras sessões

Entretanto, nas iniciativas programadas para assinalar o 48.º aniversário do «Avante!», o camarada Ruben de Carvalho, chefe de redacção do jornal, participou em sessões realizadas na Cova da Piedade, na quinta-feira, e na Costa da Caparica, no sábado e no qual esteve também presente Carlos Paulo que, no final, cantou para uma assistência que calorosamente aplaudiu. Neste último dia também o camarada Fernando Correia, subchefe de redacção participou numa sessão efectuada no Laranjeiro.

Nestas sessões a que compareceram dezenas de pessoas, registou-se um debate animado sobre os problemas que afectam o «Avante!», sendo discutidas algumas das propostas de solução apresentadas. A actual situação política e a prática do Governo PPD/Mota Pinto foi igualmente tema de debate e de repúdio por parte dos presentes.

António Gervásio, na Covilhã: Este Governo apenas agravou os grandes problemas nacionais

O que é a Reforma Agrária, o que foi feito pelos trabalhadores nos campos do Alentejo e do Ribatejo antes votados ao abandono pelos latifundiários, como se tem processado a repressão destruidora do Governo PPD/Mota Pinto e qual tem sido a posição de luta dos trabalhadores agrícolas na defesa dos seus interesses e dos interesses de todo o povo, foram alguns dos temas abordados pelo camarada António Gervásio, membro da Comissão Política do Comité Central, nas sessões de esclarecimento realizadas na noite de sexta-feira última, em Vila Velha do Ródão, e na tarde do dia seguinte, na Covilhã.

Mas a actual situação política a um nível mais geral seria preocupação, nomeadamente na Covilhã, que se traduziu nas perguntas feitas.

A falar sobre este tema que a viragem da política portuguesa à direita está muito ligada à política do PS, às suas alianças com partidos da direita. Sem essa posição do PS, a direita não teria tido os êxitos que se arroga.

E acrescentou que qualquer socialista honesto deve perguntar a si próprio: para onde vai o PS, salientando, por último, a importância da acção das massas organizadas, pois existem forças crescentes capazes de defender a Revolução de Abril e impor uma saída democrática para a crise que o País atravessa.

O que se passa na Reforma Agrária

Mas o tema principal da intervenção do camarada António Gervásio, tanto em Vila Velha do Ródão, como na Covilhã, seria a Reforma Agrária.

Referindo a existência de 550 UCP's e Cooperativas, nas quais trabalham mais de 80 000 homens e mulheres, falou da grande solidariedade da classe operária e da população em geral de outros pontos do país, solidariedade que se traduziu em jornadas de trabalho, ofertas de máquinas e dinheiro, e participação nas jornadas de luta em defesa da R.A.

Nas suas intervenções explicou que os trabalhadores, uma vez na posse da terra, a sua grande preocupação é aumentar a produção, acabar com o desemprego, melhorar as condições de vida.

E que faz o Governo PPD/Mota Pinto? Na sua campanha repressiva e de destruição já foram tiradas às UCP's e Cooperativas Agrícolas cerca de 100 000 hectares de terras, mais de 200 000 cabeças de gado, mais de 1 200 máquinas e alfaias, mais de 600 trabalhadores espanhóis; há cerca de 200 UCP's com o crédito agrícola de emergência cortado e 31 cooperativas já foram destruídas; o Governo não assegura o escoamento da produção, nem preços compensadores.

António Gervásio sublinhou ainda a luta cada vez mais ampla e mais combativa dos trabalhadores, não só do campo mas também doutros sectores, contra a ofensiva repressiva do Governo. Por último, afastou qualquer idêia derrotista, ao afirmar:

Não devemos pensar que, pronto, a Reforma Agrária está liquidada. Nada disso! O Governo pode roubar ainda milhares de hectares, pode destruir várias cooperativas, mas a luta sobe, radicaliza-se e engrossa cada vez mais contra o Governo. A vitória pertence aos trabalhadores!

Comícios de Dias Lourenço em Barca d'Alva, S. Romão e Águeda

Águeda, S. Romão e Barca d'Alva foram as localidades onde no último fim-de-semana o camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central, participou em comícios promovidos pelas organizações locais do PCP.

A «Festa das Amendoeiras», no domingo, em Barca d'Alva, iniciativa comunista constituiu uma grande manifestação de massas na qual a terra ralou.

Os festejos, realizados ao ar livre, contaram com a presença de cerca de mil e quinhentas pessoas da zona e muitos foram as que participaram nas iniciativas programadas, nomeadamente corridas e jogos do galo e do pau ensebado.

O canto livre, que foi um êxito, contou com a participação de Adriano Correia de Oliveira, Rancho Folclórico de Almendra, Mário Pinto e Conceição Quaresma.

Na intervenção que ali fez, o camarada Dias Lourenço recordaria que, há cerca de cinco anos,

Barca d'Alva tinha de um lado o fascismo espanhol e do outro o fascismo português, sendo hoje o panorama bem diferente.

Em S. Romão, concelho de Seia, mais de 400 pessoas encheram a Casa do Povo no sábado à noite. Também aqui se realizou uma sessão de canto livre em que actuaram Correia de Oliveira e a Brigada Vitor Jara. Em Águeda o comício realizou-se sexta-feira à noite, nas instalações do ginásio.

A política do Governo PPD/Mota Pinto, o aumento do custo de vida, a defesa das conquistas da Revolução foram alguns dos temas abordados pelo camarada Dias Lourenço no decorrer dos comícios efectuados nas três localidades, durante os quais não deixou de desmascarar a campanha de calúnias contra os comunistas.

A situação dos agricultores e os seus problemas, nomeadamente os relacionados com o escoamento da produção de batata e o vinho, foram outros pontos abordados.

Ângelo Veloso, em Braga: A justeza das posições do PCP confirmada pela realidade

As linhas fundamentais que, partindo de um plano global de ataque ao regime democrático, caracterizam a actuação neste momento das forças reacionárias, representadas a nível de poder central pelo Governo de Mota Pinto, foram circunstanciadamente denunciadas no decurso da exposição sobre a actual situação política feita pelo camarada Ângelo Veloso, membro da Comissão Política do Comité Central, durante uma sessão de esclarecimento realizada no último sábado por iniciativa da Comissão Concelhia de Braga do PCP, no teatro do Liceu Sá de Miranda, desta cidade.

Perante algumas centenas de pessoas que, durante um período de perguntas e respostas, mostraram claramente o seu empenhamento na discussão dos problemas que mais fundamentalmente afligem os portugueses, aquele camarada responsável da DORN, comparando o desenvolvimento da política de ataque às conquistas de Abril que integra os planos da reacção (agora uma vez mais patenteados na proposta do monárquico pacote que é a proposta do OGE) com a análise da situação, feita há algum tempo pelo Comité Central, salientou a evidência da justeza das posições do PCP, tão

flagrantemente confirmada pela realidade.

Como direcção fundamental da estratégia de reacção, destaca-se o aumento da exploração dos trabalhadores — frisou o dirigente comunista, que fez notar o desaparecimento do cabaz de compras e a ultrapassagem da Lei das Finanças Locais na elaboração de um Orçamento Geral do Estado destinado a destruir o poder de compra dos trabalhadores, a agravar brutalmente — e mais uma vez — o custo de vida do povo português é a reconstruir o monopólio e latifúndio, dentro, de resto, das normas impostas pelo imperialismo. O FMI é quem dá os ordens, é quem estabelece o que deve fazer-se e para tal instala-se descaradamente no nosso país pela mão dos governantes de direita e depois de múltiplas cédências e capitulações da direcção do PS.

Durante a sessão de esclarecimento, em cuja mesa se viam ainda os camaradas António Lopes, membro do Comité Central, Branco, da Comissão Distrital de Braga, Fernandes, da Comissão Concelhia, Lemos Maia, eleito pela APU para a Assembleia Municipal,

Trabalhadores debatem crise da indústria naval

Para tratar dos problemas relacionados com o seu sector, reuniram-se em Almada, no Centro de Trabalho Alberto de Araújo, os trabalhadores comunistas da indústria naval, que se debruçaram sobre a crise do sector e as perspectivas para a sua solução.

Das conclusões aprovadas ressaltava a necessidade de exigir junto dos Ministérios solução para os graves problemas que a indústria atravessa, provocados por inábeis gestões que podem ser consideradas como nítida sabotagem, e ainda uma política contra os trabalhadores, de recuperação capitalista, virada para a reactivação do sector privado.

O espectro da fome e da miséria ronda os trabalhadores deste sector importante da economia nacional. Muitos trabalhadores, sobretudo da Parry & Son e da CPP, não recebem salários há muitos meses, sendo o sector das pescas o mais afectado. Dadas as dificuldades que os trabalhadores atravessam e a perspectiva negra das falências que se avizinharam, ficou decidido realizar-se uma conferência de imprensa em Abril, após conclusão dos documentos que se estão a elaborar, focando essencialmente a crise do sector, a questão salarial e a diversifica-

ção do mercado, para conhecimento das soluções que os comunistas apontam; procurar a aplicação do controlo operário em cada empresa, que leve os trabalhadores a um conhecimento profundo das mesmas e a divulgação das propostas dos



A crise na indústria naval e respectivas soluções foram tema de debate por parte dos trabalhadores do sector

Na Lisnave Plano de reabilitação faz o jogo dos Mellos

A célula da Lisnave reuniu em assembleia, alargada aos camaradas das células de empresas que laboram directamente com esta, no passado domingo, nas instalações do pavilhão da Romeira, na Cova da Piedade. Assitiu o camarada Gorjão Duarte, membro do CC.

Os camaradas tiveram oportunidade de debater o plano de reabilitação para a empresa, apresentado pela administração ao Governo (MIT). Este plano contou com a colaboração do eng.º Álvaro Barreto,



A discussão do plano de reabilitação da Lisnave congregou a atenção de muitos trabalhadores comunistas daquela empresa

actualmente ministro da Indústria e Tecnologia e anteriormente ligado à administração da empresa.

No plano de reabilitação os Mellos pretendem os benefícios previstos nos contratos de viabilização sem as obrigações inerentes estabelecidas, designadamente: parecer geral do conselho-geral de trabalhadores, e controlo da sua execução; direitos das instituições de crédito acompanharem a execução do contrato; proibição da distribuição de dividendos no período de execução. Os

Mellos, com este plano, que na realidade é um plano de intenções, pretendem obter cerca de 600 000 contos da parte do Governo para ser aplicado, não se sabe bem onde e como, e ainda reduzir o salário real dos trabalhadores em cerca de 700 000 contos.

Foi salientado, por último, que «este plano, tanto pela forma de elaboração, como por grande parte do seu conteúdo e acções já iniciadas para a sua aplicação não vem resolver os graves problemas que a em-

pressa atravessa, antes pelo contrário, vem agravá-los cada vez mais, e contribuir para sobrecarregar as condições de trabalho e vida dos trabalhadores da Lisnave.»

Agenda

- Dia 22, Quinta-feira**
Lisboa, às 21 e 30 horas, comício de amizade PCP — PC Chileno, no Campo Pequeno, com os camaradas Luís Corvalán e Álvaro Cunhal.
- Dia 24, Sábado**
Faro, às 15 e 30 horas reunião distrital de Quadros Técnicos do Centro de Trabalho. Portalegre, sessão de esclarecimento com o camarada Carlos Brito membro da Comissão Política do Comité Central. © Setúbal, convívio no CT de Prais-Sado, com José Viana e Dora Leal. © Montijo, colóquio sobre desporto e projecção de um filme, 16 horas, no CT.
- Dia 25, Domingo**
Canha (Montijo), colóquio sobre desporto, às 16 horas, e projecção de um filme.

Faltam apenas oito dias para o Encontro sobre desporto!

Entraram já na recta final os trabalhos preparatórios do Encontro Nacional das Organizações do PCP sobre Cultura Física e desporto, que se realizará no primeiro, fim-de-semana de Março nas instalações da Voz do Operário, em Lisboa.

Tal como temos vindo a referir nas últimas edições do «Avante!», termina amanhã o prazo para a chegada ao executivo da Comissão Organizadora Nacional do Encontro das propostas de alteração ao documento base, que, saliente-se, tem desempenhado um importante papel na dinamização e orientação do amplo debate preparatório promovido em praticamente todo o país pelas organizações do Partido, comissões de apoio ao Encontro, grupos de camaradas e amigos e muitos outros democratas que por qualquer motivo estão ligados à actividade desportiva e à cultura física no nosso país.

A elaboração das propostas de alteração ao documento base, muitas das quais contribuíram de forma decisiva para o enriquecimento do texto e para a concretização dos objectivos do Encontro; a realização de numerosas iniciativas práticas abertas à população; e o prosseguimento do trabalho de propagação — são neste momento as grandes frentes da actividade preparatória do Encontro, acções que, sublinhamos uma vez mais, têm realizado uma ampla e activa participação unitária.

Os trabalhos do Encontro decorrerão em plenário (abertura e encerramento) e em secções, as quais dirão respeito aos seguintes temas, relacionados com a altura física e o desporto:

trabalhadores; ensino; associativismo e desporto popular; autarquias, planeamento e política orientamental; saúde; infância; juventude; mulher; construção social; desporto de alta competição; construções e equipamento; Ideologia; legislação; formação e investigação científica; reformados; deficientes.

Iniciativas

No âmbito da actividade preparatória e da promoção do Encontro, estão marcadas para os próximos dias numerosas iniciativas em todas as zonas do país. Eis algumas:

DORN — amanhã, à noite, colóquio em Braga. **DORB** — colóquio-debate, amanhã à noite, no salão das piscinas municipais de Coimbra. **DORLEI** — no domingo, futebol no Bombarral. **DORSA** — torneio de futebol em S. Vicente do Paul (Santarém), no sábado. **DORL** — termina no sábado o Torneio de Xadrez, no CT Vitória, em Lisboa, com a realização da «finalíssima» às 15 e 30. **DORS** — Na Fisppe e na CP (Barreiro) decorrerão nos próximos dias torneios desportivos abertos, e na Siderurgia e na Mundet (Seixal) haverá torneios de futebol. **DORA** — amanhã, sessão pública na Joaquim António de Aguiar (Évora), com passagem de filmes e colóquio. No sábado há atletismo em Vendas Novas. **DORAL** — torneios de futebol nos próximos dias, em V. Real de S. António. **JUVENTUDE** — Nos dias 1 e 2 de Março realiza-se no Porto uma iniciativa conjunta da UEC/UJC e especialmente destinada à juventude estudantil universitária.

Odivelas Uma Festa na Campanha

Mais de quatrocentas pessoas participaram na festa organizada no âmbito da Campanha dos 1200 contos, realizada na noite de sábado passado na Sociedade Musical Odivelense.

O camarada José Moreira, membro da Comissão de Freguesia de Odivelas e da Concelhia de Loures, abriu a festa com uma saudação, tendo subido ao palco os Pioneiros que lembraram numa intervenção o Ano Internacional da Criança e leram os Direitos das Crianças, antes de tocarem e cantarem. Fado e Canto Livre preencheram toda a festa, com as actuações de Quim Valente, Abílio Duarte, Ana Pinto, Guida Oliveira, João de Alter, César Jesus, Natércia de Aguiar e Fernando Farinha.

Houve um intervalo em que se realizou um leilão. Actuaram ainda o grupo «Enigma» e Vitor Manuel e Júlio Costa, em Canto Livre.

Na sala completamente cheia, superlotada mesmo, a atenção dos

Festas de Carnaval

No Porto vão ser duas grandes festas populares, organizadas por iniciativa da SIP da DORN, no sábado e na segunda-feira, a partir das 22 horas, no Pavilhão do Académico, Rua Costa Cabral. No sábado actuarão Fernando Tordo, Fernando Farinha, José Jorge Letria, o grupo «Abril» e o conjunto de Humberto Oliveira. Na segunda-feira, além dos dois primeiros, estarão presentes Luís Viegas e o conjunto «Resistência».

Os dias 24, 25, 26 e 27 serão de festa de carnaval no Barreiro. O conjunto «Forum» actuará no «Nicola», onde haverá serviço de bar. As festas são organizadas pela Comissão Concelhia do Barreiro, e integradas na Campanha dos 1500 contos.

Também se integram numa campanha — a dos sete mil contos — as festas, de nos meses dias de organização em Setúbal, nas instalações da antiga fábrica Setubalense. Vai lá estar o conjunto «Os Galés».

No Centro de Trabalho de Leiria a festa é no dia 24.

Em Alcobaca, os comunistas organizam a sua no dia 23, com um baile que terá lugar no armazém do Bairro da Quinta Nova, abrandado pelo conjunto «Stok».

Dias 24 e 26, festas de Carnaval no Centro de Trabalho das Caldas da Rainha.

Em Faro a festa começa às 21,30 horas do dia 24.

Coimbra: bailes de carnaval a começar às 21,30 horas dos dias 24 e 26, no Pavilhão do «Palmeira».

A Organização local do Partido em Mora, também nos próximos domingo e terça-feira, realiza festas com baile e canto livre.

No Pavilhão da Romeira, na Cova da Piedade, nos dias 24, 25 e 27, com o conjunto «Os Vermelhos».

Camaradas falecidos

ARTURO PAULO CORREIA
Com 68 anos de idade faleceu no passado dia 3 de Dezembro o camarada Arturo Paulo Correia, que era natural de Faro a militava na organização do Partido no Cacém, onde residia.

JOSÉ FRANCISCO FRAGOSO
Faleceu no passado

Sábado: jornada desportiva em S. Iria de Azóia

Vai realizar-se no próximo sábado uma das mais importantes iniciativas integradas na divulgação do Encontro do POP sobre desporto e cultura física. Falamos da jornada ginnodesportiva promovida por camaradas, amigos e outros democratas de S. Iria de Azóia (concelho de Loures). A parte da manhã será dedicada ao Ano Internacional da Criança (como noticiámos na página 10).

A tarde será este o programa: 14 e 30 — actuação de uma banda de música; 15 horas — actuação das classes de ginástica do Centro Republicano Magalhães Lima; 16 horas — futebol para veteranos: jogo entre as equipas do Clube de S. Iria e o Sport Lisboa e Benfica.

Este festival desportivo, que terá ainda outros atractivos, decorrerá no campo do Clube de Futebol de S. Iria de Azóia. O camarada leitor está convidado.

À ofensiva diária do MAP os trabalhadores respondem com firmeza e unidade

A ofensiva do MAP de Vaz Portugal/Ferreira do Amaral contra a Reforma Agrária, contra as UCPs e Cooperativas da Reforma Agrária, que nem em tempo de catástrofe para a agricultura portuguesa abrandou, encontra cada vez mais amplo repúdio por parte dos trabalhadores alentejanos e ribatejanos, que em plenários e manifestações reunindo muitos milhares de pessoas em vários pontos do Alentejo, denunciam a agressão inqualificável de que está a ser alvo uma das principais conquistas de Abril, praticada por um organismo do Estado que, na grave situação de emergência que o país viveu, revelou a sua incompetência em tomar medidas para prover aos prejuízos.

Desde o início da semana que, nos três distritos do Alentejo, o MAP procedeu à entrega de reservas, algumas delas acompanhadas de violência contra os trabalhadores; porém, nesses três distritos, concentrações de trabalhadores desmascararam o carácter antipopular e antinacional dos ataques que o Governo de Mota Pinto tem vindo a desferir contra a Reforma Agrária.

Foi assim, por exemplo, no concelho de Elvas onde o MAP, no início da semana passada, procedeu à entrega de duas reservas na UCP «Pão para Todos», acto acompanhado de roubo de gado aos trabalhadores; no concelho de Mértola, nesse dia de 2.ª-feira, onde o MAP entregou uma reserva na UCP «Estrela do Guadiana».

Entretanto, na sequência de uma reunião havida na véspera entre o Secretariado Distrital de

Portalegre das UCPs e Cooperativas e comissões directivas de 24 unidades de produção do distrito afectadas pela ofensiva do MAP, os trabalhadores decidiram encontrar-se na terça-feira com o governador civil de Portalegre, a quem expuseram as suas reivindicações, que coincidem com as exigências da grande maioria do povo português. Daí, aliás, o acolhimento solidário que a população de Portalegre dispensou aos milhares de trabalhadores agrícolas das 24 UCPs que nesse mesmo dia e empunhando dezenas de bandeiras negras se concentraram, como forma de protesto, naquela cidade do Alto Alentejo.

Também em Évora e em Beja

Também em Évora, ao mesmo tempo que as forças a mando do MAP, invariavelmente

acompanhadas de efectivos da GNR, procediam à demarcação e entrega de reservas, cerca de 1500 trabalhadores da UCP «Salvador Joaquim do Pomar», de Santiago do Escoural, se concentraram, primeiro em Montemor e posteriormente em Évora, protestando contra a entrega de duas reservas.

Na concentração junto aos serviços do MAP daquela cidade, forças da PSP recorreram a disparos para o ar, como forma de intimidação dos trabalhadores, o que aliás, não alcançou os objectivos desejados.

Por seu turno, no distrito de Beja, o MAP entregou todas as terras da Cooperativa «Para a Frente sem Medo» e fez uma reserva na UCP «Vida Nova» de Mombaja.

O protesto dos trabalhadores perante estes ataques do MAP baseia-se sempre no laço de ilegalidades e arbitrariedades que os caracteriza, constituindo actos que pela sua natureza, ofendem o regime democrático-constitucional e a consciência de todos os democratas e patriotas.

Mais de 25 mil trabalhadores concentrados em Beja

Na tarde da passada quinta-feira, uma das maiores manifestações de sempre em defesa da Reforma Agrária provou,

na cidade de Beja, que os trabalhadores alentejanos que fizeram a Reforma Agrária não estão dispostos a que o Governo de Mota Pinto destrua a Reforma Agrária e transforme o Alentejo num novo campo de fome, de desemprego e de miséria, que foram as únicas sementes de joio que o fascismo lançou naquela terra durante dezenas de anos.

Trabalhadores de todos os concelhos do distrito, respondendo ao apelo do Secretariado Distrital das UCPs e Cooperativas e empunhando, como em Portalegre, inúmeras bandeiras negras — que é a cor da fome que o Governo de Mota Pinto pretende reinstalar nos campos da Reforma Agrária — desfilarão pela capital do Baixo Alentejo, ao mesmo tempo que nos cinco concelhos mais atingidos do distrito, paralizações demonstravam a firme vontade dos trabalhadores em continuarem a sua justa luta.

Entretanto, o MAP desencadeava, à mesma hora, uma onda de violência na UCP «Esquerda Vencerá», de Plas, a pretexto da entrega ilegal de 485 cabeças de gado e máquinas diversas a um agrário que no final do ano passado tinha sido apresentado com uma reserva. Protestando contra mais este flagrante roubo, os trabalhadores viriam a ser agredidos por forças da GNR a mando do MAP...

Em Serpa, Plas e Moura: mais reservas, mais protestos

Enquanto o MAP entregava, nos concelhos de Serpa e de Moura mais três reservas, milhares de trabalhadores concentraram-se naquelas três localidades, demonstrando que a amplitude dos ataques do Governo contra a Reforma Agrária encontra pela frente os trabalhadores sempre unidos e dispostos a defender o que tão duramente conquistaram.

Em Moura, mais de mil trabalhadores protestaram contra a entrega da herdade da Poupana, da UCP «A Hora é de Unidade», a um indivíduo já contemplado com outra oferta do MAP na UCP «É Difícil mas é Nossa».

Também em Serpa, os trabalhadores agrícolas se manifestaram contra a entrega de reservas a falsos rendelões, que nem sequer comparecem aos actos ilegais do MAP.

Entretanto, é de salientar que, a par do apoio expresso das populações do Alentejo, os trabalhadores agrícolas atingidos pela ofensiva do MAP têm encontrado a solidariedade activa por parte dos órgãos do poder local que, nas concentrações e manifestações, têm manifestado, através dos eleitos do povo, o seu apoio à luta dos trabalhadores da Reforma Agrária.



Em Portalegre, grande concentração popular

O distrito de Portalegre tem sido das zonas mais atingidas pelos ataques do MAP. A concentração realizada na tarde da passada segunda-feira, convocada pelo Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas e pelo Secretariado Distrital das UCPs e Cooperativas, reunindo dezenas de milhares de trabalhadores das 62 UCPs e Cooperativas do distrito, mostrou que os trabalhadores, perante o agravamento da ofensiva do

Governo Mota Pinto, estão dispostos a intensificar as suas formas de luta, apesar das constantes manobras de intimidação que as autoridades lhes dirigem.

Manobras de intimidação bem patentes no fortíssimo dispositivo policial que Portalegre mostrou na passada segunda-feira: a cidade estava literalmente ocupada por uma força do Corpo de Intervenção e todas as entradas da cidade estavam guardadas por brigadas reforçadas da GNR e da PSP. Apesar de todo este aparato, não se registaram incidentes, o que

aliás demonstra o elevado espírito democrático com que os trabalhadores têm vindo a conduzir as suas formas de luta.

Na sequência da concentração de segunda-feira, uma delegação esteve ontem em Lisboa a fim de fazer chegar o seu protesto às autoridades centrais, ao mesmo tempo que, por todas as estradas do distrito, trabalhadores das UCPs e Cooperativas informavam a população acerca da luta que travam em defesa da Reforma Agrária e, consequentemente, da democracia portuguesa.



A «Unidade Camponesa» contra as pretensões do MAP

Chovia a potes. Mas era uma festa. Jornada de luta e de apelo à Reforma Agrária, era ao mesmo tempo uma festa, que reuniu muitas centenas, mesmo milhares de pessoas que vieram de todo o distrito e para além dele. Os autocarros das excursões formavam uma longa fila na estrada que entra na Cooperativa 1.ª de Mato, na Gâmbia, Setúbal, a Cooperativa que o MAP se prepara para atacar para entregar a um seu secretário de Estado, o engenheiro Borba, uma reserva que, a concretizar-se, destruiria o trabalho esforçado de anos.

Enquanto se preparava o almoço e se abriam alguns farrés e os operários fabris e empregados se chegavam às vozes alentejanas que cantavam debaixo dos telheiros, ainda passavam a correr alguns jovens que participavam no corta-mato organizado. Mais de cento e cinquenta pessoas, homens, mulheres e crianças representando uma dúzia de grupos desportivos amadores e de colectividades, corriam à chuva. Depois foi a distribuição dos prémios.

Antes do almoço tivemos uma conversa com alguns dirigentes, os camaradas Feliciano Raposo, da Unidade Camponesa, Arlequim Oliveira e Joaquim Mendonça, da Cooperativa 1.ª de Maio. Recordámos uma data — 14 de Julho de 1975 — em que se dera a ocupação das terras. Nessa altura apenas havia 15 hectares semeados e mesmo assim por imposição do sindicato. A Cooperativa, desde a sua formação que é uma espinha na garganta do engenheiro Borba, um homem que sempre foi do MAP. Os ataques não se fizeram espe-

rar. Primeiro foram os assaltos perpetrados por gitanos manobrados, depois a manipulação de alguns elementos da população da localidade vizinha e, quando foi possível à reacção, foi o crédito cortado desde há 3 anos.

«Mas não nos desmoralizaram — afirmou Feliciano Raposo. — Logo no primeiro ano aumentámos em 20% a área cultivável, englobando praticamente toda a terra arável, visto que há muita terra sob o pinho. De 8 trabalhadores passámos para 50. Comprámos máquinas com o sacrifício de salários. E recebemos muitas dádilas, muitas alfaias, muitas jornadas de trabalho.»

O primeiro sal que apanhámos nas marlinhas — lembrou — atingiu as 2500 toneladas. Emil dessas toneladas foram obtidas em jornadas de trabalho oferecidas por muitos trabalhadores da cidade e mesmo de outros países que nos ajudaram.

Também aumentámos consideravelmente a pecuária. Comprámos as vacas ao agrário Borba por 620 contos e duplicámos já o efectivo. Agora resta saber se, com a reserva, o engenheiro Borba quer também levar as vacas que comprámos...

— Qual é o moral dos trabalhadores?

— Pode resumir-se nisto, disse Joaquim Mendonça: — a Assembleia Geral de Trabalhadores realizada no passado dia 30 de Janeiro votou por unanimidade contra a entrega da reserva!

Mais tarde, já depois do almoço que foi um grande convívio, num amplo barracão, centenas de pessoas, e muitas centenas de outras cá fora, ouviram a intervenção de Feliciano Raposo e também do deputado comunista Carreira Marques. O grupo parlamentar do PS fora convidado, mas não apareceu.

— Desiludam-se os latifundiários — disse o dirigente da

UCP — desiluda-se o MAP e todo o Governo MP/PP/CD/PS, desiluda-se a CAP, a CIP, a CDP, enfim, desiludam-se todos aqueles que sonham ser possível voltar ao 24 de Abril, pois não terão a vontade feita. Nós, trabalhadores agrícolas, não estamos mais na disposição de trabalhar escassos dias por ano e, mesmo para trabalhar esses escassos dias, temos que ser vendidos, como se de gado se tratasse, nas então tão tristes praças de jorna. E, se no tempo do fascismo, lutando contra a odiosa PIDE, nós conseguimos ganhar a histórica luta das 8 horas de trabalho e outras lutas para aumento salarial, hoje, com o apoio e a solidariedade de todos aqueles que lutam por uma sociedade mais justa, nada nos fará recuar até que a Reforma Agrária esteja de facto consolidada e tenhamos garantidos os nossos mais elementares direitos.

Conferência dos Baldios do Norte e Centro A lei dos baldios é justa, necessária e um importante factor de progresso

O integral cumprimento da Lei dos Baldios e do Decreto-Lei 40/76, que proíbe a apropriação dos baldios por particulares; a passagem para as mãos dos Conselhos Directivos dos Baldios (CDB) da gestão, administração e receitas dos mesmos; e o apelo aos compartes para exigirem das Juntas de Freguesia o recenseamento urgente de todos e que tomem nas suas mãos a convocação da primeira Assembleia de Compartes; são as principais decisões da Conferência de Baldios do Norte e Centro, realizada no passado domingo em Vila Real, com a participação de 1 200 representantes de 331 CDB's dos distritos de Viana do Castelo, Braga, Porto, Vila Real, Bragança, Aveiro, Viseu, Guarda, Castelo Branco, Coimbra e de Leiria.

Como uma vez mais se confirma, o conjunto das grandes movimentações camponesas do Norte e Centro do país revela uma dinâmica própria, sintonizada com os anseios progressistas dos trabalhadores e de todos os que querem prosseguir na via aberta pelo 25 de Abril. Massas de camponeses, unidas por objectivos específicos da sua classe, revelam forças que entram em choque com os partidos reaccionários, contrariam no terreno concreto as soluções que a direita apresenta e avançam com propostas e conclusões, que se opõem frontalmente às camadas socialmente retrógradas daquelas regiões (grandes proprietários, absentistas, caciques, etc.), mesmo se — transitoriamente mas ainda — continuam em grande parte sob a influência ideológica da direita.

O ponto de encontro

A cidade de Vila Real foi o ponto de encontro de compartes do Norte e Centro do país que, ao longo de quase seis horas, se reuniram na Conferência, justamente considerada como «um marco histórico na vida dos baldios». Ainda não eram dez horas, quando chegou o primeiro grande grupo de

Foram-se os baldios ficou a miséria

Perde-se na memória dos baldios a origem dos baldios. Ali, as populações apascentavam gados, obtinham lenha e cultivavam. Os que exploravam o povo e viviam à sua custa, foram abocanhando parcelas enormes, reduzindo as dimensões dos maninhos colectivos. Com o fascismo aumentaram os desmandos, os roubos, as ilegalidades e os compadrios. A miséria e o empobrecimento arrancaram das terras multidões de pessoas, que buscaram outras paragens uma situação mais digna do que o progressivo empobrecimento, a ruína e a miséria a que queriam condená-las.

Lutando e resistindo, foram espancados, perseguidos e presos. Da tribuna da Conferência muita gente falou das gigantescas lutas dos povos, no último meio século. Há cerca de 18 anos morreu um escritor que foi buscar personagens a essa luta anónima, colectiva, sem quartel e desigual. Seu nome, Aquilino Ribeiro. Foi preso e julgado quando saiu do prelo essa obra notável que tem por título «Quando os lobos uivam». O povo não o esqueceu. Por isso, «uma das maiores ovações escutadas no Gínásio da Vila Real saudou a proposta de moção do Conselho Directivo de S. João de Tarouca. Um impressionante silêncio foi guardado, durante um minuto, em memória de Aquilino Ribeiro.

Abril abriu o caminho à concretização da aspiração dos povos de serem donos e senhores dos baldios, como está consignado no Artigo 89.º c) da Constituição. Posteriormente, foram promulgados os Decretos-

Leis 39/76 (lei dos Baldios) e 40/76. Na Assembleia da República foi derrotada, em finais de 77, por proposta do Grupo Parlamentar do PCP, uma golpada do PPD e CDS, dada aquando da aprovação da Lei das Autarquias Locais. Assim ficou enterrado, para sempre, o roubo feito pelo fascismo e consagrado pelo Código Administrativo do Marcelo, cujos alunos do PPD e CDS pretendem reeditar, contrariando claramente a vontade dos povos, como uma vez mais ficou demonstrado.

O primeiro orador da Conferência, chamado a intervir depois de terem sido chamados para a mesa representantes de cada um dos CDB membros da Comissão Organizadora, foi Américo Soares, da CDB da Felgueira, Arão, Vale de Cambra. Como recordou, foi naquela povoação que germinou a ideia da promoção da histórica reunião de Vila Real. O cumprimento da Lei dos Baldios e os benefícios que trará aos povos, assim como a evocação dos tempos em que a repressão atingia quem fosse aos montes buscar lenha, foram as tónicas das suas palavras.

Os baldios são dos povos

Do cortejo de ilegalidades que acompanharam a apropriação ilícita dos baldios por particulares, pelos fascistas, foram divulgados inúmeros testemunhos. Falaram vozes provenientes de lugares isolados, existentes nos 12 distritos do Norte e Centro do país. Vieram de Fomelo, Oliveira de Frades; de Atei, Celorico de Basto; de Cerdeira, Jales-Vila Pouca de Aguiar, vieram de muitos outras povoações para narrar imensos casos de usurpação, com graves prejuízos para a respectiva população.

Manifestando o seu apoio às passagens mais significativas dos testemunhos, os participantes na Conferência já enchiam completamente o ginásio quando aprovaram a primeira moção, cerca das 11.30 horas. Por unanimidade foi ratificada uma proposta que apelava para o MAP e Ministério da Justiça no sentido de regulamentarem o Decreto-Lei 40/76, que proíbe a apropriação dos baldios; para que sejam exigida que sejam acelerados os processos de devolução dos baldios e exprima a solidariedade da Conferência aos CDB's que travam luta pela devolução das áreas usurpadas.

Num âmbito mais geral este mesmo tema seria retomado na Declaração dos Povos dos Baldios: **As leis dos baldios 39/76 e 40/76 vieram responder aos direitos e aspirações das populações e repor a verdade e a justiça. (...) e e v e m s e r e s c r u p u l o s a m e n t e r e s p e t a d a s e c u m p r i d a s p o r t o d o s.** Mais adiante, a Conferência reclama que os CDB's devem ser reconhecidos como os únicos representantes dos baldios, como o estipula a Lei. Além disso, nos locais em que, por incuria, desleixo, desconhecimento ou desrespeito pela Lei, as Juntas de Freguesia, Câmaras Municipais e serviços responsáveis não promoveram as Assembleias de Compartes, devem fazê-lo imediatamente.

Como sublinhou um participante, ao lutarem pelo cumprimento e respeito pela lei, os compartes não estão a defender interesses particulares. Estamos, friso, a zelar pelo bem estar dos povos e das suas terras. Daí a importância do incitamento da Conferência, dirigido aos compartes, para que exijam na JF o recenseamento urgente de todos para ser convocada a primeira Assembleia e também no sentido de, lá onde não há CDB's eleitos, tomarem nas suas mãos a iniciativa e, em número de pelo menos dez, convocarem, com arrojo e na amplitude, a sua primeira Assembleia.

Para uma vida melhor

Os primeiros aplausos da segunda parte da reunião foram dirigidos ao membro do CDB de Vila Verde, Alijó. Em palavras simples caracterizou a sua freguesia como a de maior área do concelho e a mais pobre. Em 1954, o baldio foi entregue aos Serviços Florestais. Não fazem nada, mesmo assim, ainda hoje é precisa uma autorização para um pobre lá ir cortar um bocado de lenha. Não disse se eram utilizadas ou existiam estradas florestais. Das que normalmente são utilizadas nos «troços cronometrados».

O pitoresco muitas vezes não só dói, como deixa mossas. Que o digam as populações de Miranda do Corvo, Coimbra. Os ralis são muitos bonitos. O pior é depois. Naquela localidade, as estradas ficam verdadeiramente intrasitáveis no fim das provas. A avaliar pela reacção dos participantes o problema existe noutros sítios. Não seria possível obrigar os promotores das corridas, ou outra entidade, a arranjar os troços no fim das provas? Esta a interrogação deixada no ar.

Entretanto, falou-se, e muito, das enormes transformações verificadas nos lugares onde os CDB's administram os baldios e aplicam as verbas arrecadadas para beneficiarem os respectivos lugares. A água chegou com fartura onde faltava ou rareava: foram abertos e reparados caminhos públicos e instalados saneamentos. Em muitos locais, a vida já mudou bastante. Antes do 25 de Abril, recordou o membro do CDB de Aboadela, Amarante, era o que se sabe. Agora, estamos a melhorar de dia para dia. Com entusiasmo, falou do abastecimento público da água, dos sete mil e tal metros de estrada calcetada e de outros melhoramentos. Como ele, muitos dos que subiram à tribuna da Conferência sabem que, através da aplicação das leis dos baldios, a vida deixará de ser penosa para muitos milhares de pessoas.

«Os técnicos são para ficar nos gabinetes? As novas técnicas são para guardar nas gavetas? Quando é que o Governo nos apoia com financiamentos, com juristas e nos ajuda a concretizar os planos de exploração e a aplicação das receitas? «Eis algumas das interrogações levantadas ao longo do debate. Mostrando a «fome» de apoio e ajuda dos participantes, muitos foram aqueles que se dirigiram às salas onde advogados e técnicos se encontravam para lhes prestar esclarecimentos,

com pedidos, que surgiam em catadupa. Houve quem levantasse, com pertinência, duas reivindicações: a concessão de assistência judiciária aos CDB's e a isenção fiscal.

Um tema também discutido foi o da relação entre os CDB's e as autarquias locais e os serviços oficiais, florestais em particular. Defendendo a autonomia que a lei lhes consagra, relativamente às autarquias, depois de ter sido aprovado na AR o D-L 91/77, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, a Conferência dos Baldios do Norte e Centro manifestou o seu apoio ao desenvolvimento de boas relações de cooperação entre os CDB's com as Autarquias Locais, com os Serviços Oficiais. (...) Cada uma destas entidades, irisa a declaração, têm o seu papel próprio e definido na Lei. Há que respeitá-lo. O interesse das populações exige esse respeito e a colaboração entre todos. Por outro lado, foi considerada a vantagem e importância para a melhoria desta colaboração e da participação de CDB's nos órgãos autárquicos próprios e de consulta económica adequada, designadamente nos Conselhos Municipais e nos Conselhos Regionais de Agricultura.



Vietnam: a reconstrução do país exige paz

Partindo duma base extremamente precária — cidades e aldeias varridas do mapa, instalações industriais destruídas, campos queimados e minados — o Vietname contról hoje um futuro em que virá a ser um grande exportador de frutas, legumes e peixe para o mercado socialista, desenvolvendo a indústria, a exploração dos seus importantes recursos energéticos (na província de Quang Ninh localiza-se o maior jazigo de carvão do Sueste asiático e a prospeção de petróleo e gás prossegue no Sul do país).

O IV Congresso do Partido Comunista do Vietname, realizado em Dezembro de 1976, estabeleceu que a tarefa principal do período de transição para o socialismo seria a industrialização, inserida em todo um complexo projecto de desenvolvimento geral da economia. O primeiro plano quinquenal que engloba todo o país, elaborado na sequência do Congresso, determina que a solução dos problemas da agricultura é o problema central do quinquénio.

1977, o primeiro ano da aplicação do Programa de construção do socialismo em todo o Vietname, marca uma nova etapa no processo de reconstrução de todo o país, que se traduz já em resultados positivos nos diferentes domínios da economia nacional.

No fim do quinquénio todas as terras do Norte deverão estar cultivadas, enquanto no Sul a superfície dos arrozais deverá atingir os 3,5 milhões de hectares em 1980, contra 2,4 milhões em 1975. Quase metade dos créditos destinados à agricultura são destinados aos trabalhos de irrigação dos arrozais e das novas terras cultiváveis. Diversifica-se a produção agrícola, que inclui já também o milho, a mandioca, as batatas. Os aumentos da produção agrícola baseiam-se fundamentalmente na mecanização dos trabalhos, nos modernos processos de cultura, na utilização de adubos. Assim, em 1977, um

quinto da produção da indústria mecânica destinou-se à agricultura. A criação de gado deverá constituir, em 1980, entre 28 a 30 por cento do total da produção agro-pecuária do país.

No sector industrial deverá ser assegurado um aumento anual da produção de 16 a 18 por cento. A indústria mecânica fornece máquinas para a agricultura e o equipamento necessário para as indústrias ligeira e alimentar. A produção deste ramo industrial deverá aumentar 2,5 vezes no decurso destes cinco anos. A indústria química desenvolve-se em ritmos acelerados, sobretudo no que respeita à produção de adubos minerais. O número de pessoas ocupadas na esfera da produção material atingiu, no fim de 1977, 81 por cento da população activa, contra 76,6 por cento em 1975. No decurso dos dois primeiros anos do plano quinquenal a proporção dos trabalhadores ocupados na indústria passou de 10,3 para 11,9 por cento.

O desenvolvimento da indústria

e a mecanização do trabalho agrícola impõem o crescimento rápido e prioritário da base dos combustíveis e da energia, que assenta essencialmente no carvão. A produção hulhífera atingirá 10 milhões de toneladas em 1980 (6,14 milhões em 1977). Várias centrais alimentadas a carvão serão construídas nos próximos anos. Com o apoio da União Soviética construí-se no rio Negro o maior centro hidráulico da Indochina. Os seus reservatórios permitirão resolver o problema vital da irrigação de vastas superfícies inculcadas. A produção de energia atingirá 5 milhões de kw em 1980 (3,4 em 1977).

No mês de Dezembro de 1978, reuniu a Assembleia Nacional do Vietname. No balanço feito das conquistas do ano de 1978 e do plano quinquenal, concluiu-se que estão a ser cumpridas as previsões, ultrapassadas mesmo em alguns sectores. Apenas na agricultura não foram alcançados os resultados previstos, em resultado dos estragos provocados pelos tufões que originaram

a destruição de cerca de 500 mil casas e de um quinto do gado, a submersão de 660 mil hectares de arrozais, a perda de mais de três milhões de toneladas de arroz.

O desenvolvimento do país conta também com a ajuda fraterna dos países da comunidade socialista, tomada mais eficaz com a integração do Vietname no GAME. Com a assistência da URSS e de outros países irmãos foram já construídas grandes fábricas, minas de carvão e centrais eléctricas, num total de 170 importantes empresas. Procede-se, neste momento, à reconstrução do caminho-de-ferro "Unidade", que cruza o país de Norte a Sul, vital para a economia do país.

A par e passo da reconstrução económica obtêm-se importantes êxitos no campo da cultura e da melhoria das condições de vida de todo o povo vietnamita. De acordo com o plano, os rendimentos reais dos operários e empregados deverão aumentar entre 30 e 35 por cento, e os dos camponeses entre 15 e 20 por cento. O analfabetismo foi completamente liquidado aumentando de ano para ano o número de trabalhadores especializados de que a indústria tem uma crescente necessidade. Foi proclamada a assistência médica gratuita à população.



A assistência médica é gratuita

betismo foi completamente liquidado aumentando de ano para ano o número de trabalhadores especializados de que a indústria tem uma crescente necessidade. Foi proclamada a assistência médica gratuita à população.

A construção habitacional atingiu níveis significativos estando prevista a entrega, este ano, de 180 mil metros quadrados de habitação.

Para a reconstrução do seu país profundamente marcado pela

guerra, para a edificação de uma sociedade socialista em todo o território nacional, o povo vietnamita precisa vitalmente de paz, para o que conta com a solidariedade de todos os povos do mundo.



O esforço de reconstrução mobiliza todo o povo vietnamita

Algumas datas de uma luta heróica

23 de Agosto de 1945 — Insurreição armada popular derruba a monarquia. Bao Dai abdica. Em Hanói a insurreição triunfou quatro dias antes. Um século de colonização francesa e vários de regime monárquico feudal caem sob os golpes da revolução desencadeada e dirigida pelo Partido Comunista do Vietname. Ho Chi Minh proclama o nascimento do primeiro Estado Democrático Popular do Povo Vietnamita.

19 de Dezembro de 1946 — Início da resistência armada nacional contra os invasores colonialistas franceses.

7 de Maio de 1954 — Termina a batalha de Dien Bien Phu e com ela acabam 9 anos de guerra de libertação. O exército colonial francês é expulso do país. Entra o agressor americano pelo Sul.

Julho de 1954 — Começa um dos períodos mais sangrentos, mas também um dos mais fecundos da revolução e da guerra de libertação do povo vietnamita. Com extremo heroísmo e tenacidade,

iniciam-se duas tarefas essenciais: libertar o Sul da invasão imperialista americana e construir o socialismo no Norte, com vista à edificação de um Vietname pacífico, unificado, independente, democrático e próspero.

Março de 1965 — A guerra de agressão imperialista agudiza-se. A administração Johnson lança-se numa "guerra local" no Sul e desencadeia a guerra contra o Norte. Os 11.º e 12.º Plenários do CC do Partido Comunista do Vietname afirmam que é inevitável a derrota do imperialismo americano. Todo o país se empenha no combate. Brilhantes vitórias são alcançadas. Entre elas, em Nui Than e Van Tuong, no Sul. O Norte resiste e rechaça com vigor os ataques aéreos.

30 de Abril de 1975 — Após várias insurreições generalizadas e ofensivas gerais contra o exército invasor, com o apoio e a solidariedade dos países socialistas e dos trabalhadores

de todo o mundo, o povo vietnamita liberta a sua pátria do agressor imperialista americano. Após 21 anos de combate, esse povo heróico e mártir vence a maior, mais longa, mais renhida e mais bárbara guerra de agressão neocolonialista desde a II Guerra Mundial. A bandeira da Independência flutua no que fora o palácio do governo fantoche de Saigão.

Junho de 1976 — É reunificado o Vietname.

Setembro de 1976 — É dissolvida a SEATO, Pacto militar de agressão criado pelos EUA no Sudoeste Asiático.

31 de Dezembro de 1977 — O Camboja corta relações com o Vietname, após incidentes na fronteira.

Julho de 1978 — Depois de vários conflitos e incidentes entre a China e o Vietname, acabam as relações diplomáticas entre os dois países. A direcção chinesa é acusada

de apoiar e dirigir o Camboja nos ataques fronteirizos contra o Vietname.

7 de Janeiro de 1979 — Os guerrilheiros cambojanos tomam Phnom Penh, capital do Camboja, derrubando o regime corrupto de Pol Pot, apoiado pela direcção chinesa.

Fevereiro de 1979 — O vice-primeiro-ministro chinês, Deng Xiaoping, em visita aos EUA, ameaça o Vietname com a invasão.

17 de Fevereiro de 1979 — Tropas chinesas atravessam a fronteira norte do Vietname e penetram vários quilómetros em território vietnamita. Preparando a reconstrução do país, assolado por trinta anos de agressões armadas, o povo do Vietname é obrigado novamente a pegar em armas para recusar as ameaças expansionistas da direcção de Pequim, que não se limitam ao território do Vietname, incidindo sobre parcelas da Índia, Mongólia, União Soviética e outros países limítrofes.

Problemas Políticos do Movimento Comunista e Operário Internacional

LUIS CORVALAN



A REVOLUÇÃO CHILENA

a ditadura fascista e a luta para a derrubar e criar uma nova democracia

A venda na Grande Banca

das «Edições Avante!»
Dia 22 de Fevereiro no Campo Pequeno

Problemas Políticos do Movimento Comunista e Operário Internacional

edições Avante!

OS MIL DIAS DA REVOLUÇÃO CHILENA

Dirigentes do PCC sobre as lições dos acontecimentos do Chile

preço: 90\$00

DA a distribuição



Ano Internacional da Criança

Cerca de 500 crianças e 300 adultos numa festa dos Pioneiros

Foi com grande alegria e entusiasmo que decorreu a festa organizada há dias pelo núcleo de Pioneiros da Escola Preparatória Padre Bartolomeu de Gusmão, entre outras realizações. Ao intervalo distribuiu-se um lanche para todas as crianças. Bernardete Vilarinho (MDM) e Joaquim Trindade (Pioneiros) falaram sobre os objectivos da iniciativa e as próximas acções comemorativas do AIC na Lapa.

4.ª Zona

Entretanto, os núcleos da 4.ª Zona de Lisboa dos Pioneiros



de Portugal lançaram um boletim (n.º 1) inteiramente dedicado ao AIC. «Estamos muito satisfeitos por tê-lo feito, mas queremos, e com certeza poderemos, vir a fazer mais e melhor» — disseram ao «Avante!» — os Pioneiros daquela zona de Lisboa, que engloba as freguesias de Arroios, S. João, S. João de Deus, Alto do Pina, Penha de França e S. Engrácia.

Vamos todos a S. Iria de Azóia

Camaradas, amigos e outros democratas promovem no sábado, em S. Iria de Azóia, um grande iniciativa de carácter desportivo integrada nas comemorações do AIC. E o programa vai entusiasmar, estamos certos, toda a petizada (e não só) da zona: futebol para iniciados (Clube de S. Iria — Sport Lisboa e Olivalis) às 9 e 15; largada de pombos às 10 e 30; e uma prova aberta de atletismo às 10 e 45. Aqui fica, pois, o convite! Vamos todos ao Campo de Futebol de S. Iria de Azóia!

Representante da ONU no nosso país

Cabe a cada país fazer o balanço das necessidades e estabelecer as prioridades nas soluções que preconiza para as suas crianças — salientou a dr.ª Estefânia Aldaba Lim, psicóloga filipina e representante especial da ONU para o AIC, no decorrer da sua estada no nosso país, a qual foi preenchida com encontros oficiais, visitas, contactos com organismos privados e oficiais e com várias iniciativas em curso integradas nas comemorações do AIC em Portugal. 47.º país visitado pela dr.ª Aldaba Lim no desempenho da sua missão.

Aquela representante da ONU disse à imprensa que 60 milhões de crianças continuam a morrer todos os anos, de males que, em muitos casos, já são remediáveis.

O AIC — sublinhou — deve ser encarado e promovido como uma operação a nível mundial com o objectivo central de consciencializar os governos e as populações para a necessidade de se atender urgentemente as crianças e prover às suas carências, que, em muitos países, vão da fome à falta de afecto, da delinquência à exploração.

Mensagem do Presidente da República

O Presidente da República, general Ramalho Eanes, dirigiu há dias a sua mensagem sobre o AIC. Disse, a dada altura:

sobem para a vida e que têm o direito de o fazer num clima de paz, de fraternidade e de esperança.

«Parece-me que o Ano Internacional da Criança oferece uma oportunidade que não deve ser perdida, para que a sociedade portuguesa se interrogue sobre este assunto e verifique se tem cumprido cabalmente o seu dever para com os portugueses que

«O respeito pela criança — afirmou o PR — e pelos seus direitos implica que a fraternidade seja uma evidência no dia-a-dia e não apenas um instrumento demagógico». Mais adiante, salientou:

O Presidente da República

procurará estar permanentemente informado de todas as realizações do Ano Internacional da Criança, tendo nomeado um delegado pessoal para acompanhar de perto as iniciativas nacionais e mobilizar, até onde for possível, os meios necessários, mediante o concurso de instituições e com disponibilidade para esse tipo de actividades, designadamente a instituição militar».

Próximas iniciativas

Entre muitas outras, estão marcadas para os próximos dias as seguintes iniciativas:

Sábado — movimentação desportiva a partir das 10 horas no Bairro dos Açougues (Alcácer do Sal). No dia seguinte volta a realizar-se neste Bairro Idéncia iniciativa, também com início às 10 horas.

Domingo — tarde infantil, com início às 15 e 30, no Pavilhão das Palmeiras, em Colmbra, com Samuel, representação teatral, desenhos animados e diversas provas desportivas;

convívio infantil em Rio de Moinhos, com a participação da Escola de Música "Calçoteira" e "Os Menores" (grupo coral infantil). Haverá muitas surpresas e alguns concursos. Dia 27 — festa infantil na Cooperativa "Portugal Novo", no Bairro do Alto Pina, em Lisboa. Filmes, variedades, oferta de lanche para todas as crianças e muitas iniciativas de recreio constituem o programa desta festa de Carnaval que é promovida por uma comissão unitária provisória.



Breves ● Breves ● Breves ● Breves

Da Madeira

● O último número de «O Caseiro», órgão oficial da UCIM — União dos Caseiros da Ilha da Madeira, publica um artigo sobre o Ano Internacional da Criança, onde refere a dada altura: a maior parte dos filhos dos caseiros nascem em casa, sem médico, sem higiene, ficando sujeitos ao aparecimento de doenças. Nascem e mal abrem os olhos vêem miséria. Não têm uma boa alimentação. Os seus brinquedos são bem diferentes dos filhos dos rendeiros. Os filhos dos caseiros não podem brincar. Vão antes morder ervas, cortar lenha, deitar comer ao gado, cuidar dos irmãos mais pequenos. Quanto mais miséria, mais filhos há e mais problemas aparecem. Todos têm direito a uma infância feliz. A UCIM apela para que este ano se pense mais e melhor nos filhos dos caseiros, em todas as crianças pobres, para que, quando crescerem, essas crianças possam dizer: Tive uma infância feliz! A terminar, o artigo salienta que a UCIM está ao dispor da Comissão

Organizadora do AIC para qualquer colaboração que esteja ao seu alcance.

Dos municípios e organizações populares

● Num documento recentemente aprovado, a Câmara Municipal da Moita salienta que, embora com limitações financeiras, as autarquias do concelho têm feito um esforço assinalável para melhorar a condição social da criança, mandando conservar todas as salas de aula, adquirindo terrenos para a construção de duas escolas secundárias, uma em Alhos Vedros e outra na Balza da Banheira, subsidiando o suplemento alimentar das crianças das escolas primárias e das cantinas escolares, dinamizando a construção de duas creches e jardins de infância (obras já iniciadas na Moita e em Alhos Vedros) e ajudando com materiais e mão-de-obra a construção de vários parques infantis. Entretanto, está ja

estabelecida a composição da Comissão Coordenadora do AIC: um elemento da Câmara, outro da Assembleia Municipal, dois de cada comissão local e por freguesia, dois da Comissão Integradora dos Serviços de Saúde Locais e três professores primários.

● Por seu turno, a Câmara Municipal de Sesimbra, no seu último boletim informativo, refere que este Ano Internacional da Criança terá de ter a coragem e unidade suficiente para que ele mesmo seja o trampolim de novas formas de diálogo e acção entre adultos e crianças. Desta forma — lê-se mais adiante — cada um de nós terá a responsabilidade do seu lugar social, já que a criança é uma verdadeira pessoa, integrada na comunidade em que vive.

● Em Ponte de Sor, o AIC também já é notícia. Assim, por iniciativa da Câmara realizou-se um plenário com a participação de várias organizações concelhias ligadas aos problemas políticos, económicos, culturais, recreativos e infantis. Foi eleito um secretariado

concelhio, que já reuniu diversas vezes. Mini-concertos pela Banda Filarmónica de Galveias em oito locais, espectáculos pelo Centro Cultural de Montargil, provas desportivas, angariação de fundos para a concretização de numerosas iniciativas, projecção de filmes e slides, visitas a fábricas e UCPS e as comemorações do Dia da Árvore (21 de Março) — são algumas das acções previstas no âmbito do AIC para o concelho de Ponte de Sor, segundo os projectos do referido Secretariado.

● Não vamos ficar indiferentes a este Ano! Vamos também organizar um vasto programa que certamente irá ter grande interesse — promete (e vai cumprir) a Comissão de Moradores de Matarrague (concelho de Cascais). No seu órgão informativo «A Unidade», aquela CM sublinha que poderá haver limitações dado o facto de não possuírmos instalações adequadas, mas tudo faremos para que os direitos das crianças sejam defendidos. Entre as suas realizações figuram, de

imediatamente, projecções de filmes. Entretanto, está prevista para este ano a concretização do Parque Infantil da localidade. Temos em nosso poder o projecto do mesmo, aguardando que nos sejam fornecidos os materiais pela Câmara de Cascais — revela a Comissão de Moradores.

De Santarém

● Por iniciativa do Teatro de Amadores do Vale de Santarém (TAVS), vai ser levado à prática um vasto e interessante programa comemorativo do AIC naquela região. Ainda neste mês haverá sessões de cinema infantil; em Março teatro de marionetas, fantoches e folclore; em Abril provas desportivas (das quais se salienta o corta-mato da Páscoa); espectáculos musicais em Maio; exposições de desenhos e trabalhos manuais, desporto, saraus, de ginástica, sessões de cinema e pinturas murais, em Junho e Julho; em Outubro haverá circo, teatro e sessões musicais; cinema em Novembro; e um grande Natal da Criança em Dezembro. Para

as sessões de cinema infantil o TAVS conta com a colaboração do Cine-Clube de Santarém. O II Encontro de Teatro Infantil, a realizar em Junho/Julho, será uma das iniciativas centrais do AIC em Santarém.

Da UJC

● Reunida no passado sábado, em Lisboa, a CC da UJC — considerou como tarefa importante a participação dos jovens trabalhadores comunistas nas comemorações do Ano Internacional da Criança, dinamizando a formação de estruturas unitárias, realizando dezenas de iniciativas destinadas às crianças e simultaneamente mobilizando os adultos. Ao mesmo tempo, a UJC «realiza o seu total apoio ao AIC e apela a todas as suas organizações e militantes para que multipliquem as iniciativas para as crianças, mobilizando os jovens trabalhadores para a divulgação massiva dos seus direitos, contribuindo em cada aldeia e cada bairro para que os seus problemas sejam diminuídos».

Semana

14 Quarta-feira

1945 - O Exército Vermelho liberta Budapeste da ocupação nazista.



O Supremo Tribunal do Paquistão reúne-se para apreciar um recurso de última hora para suspender a execução do ex-primeiro-ministro Zulfikar Ali Bhutto...

15 Quinta-feira

1934 - O governo soviético publica um decreto em que concede a cidadania soviética a Dimitrov.

Uma patrulha da Guarda Nacional da Nicarágua irrompe pela igreja "El Calvário" e chacina sete jovens que horas antes tinham ocupado o templo...

16 Sexta-feira

1936 - Em Espanha, a Frente Popular vence as eleições e leva ao Parlamento 278 deputados, contra 134 das forças de direita.



O novo governo revolucionário do Irão anuncia a execução de quatro dos principais colaboradores do xá e a confiscação de todos os seus bens...

17 Sábado

1970 - A ditadura fascista brasileira determina a cassação dos mandatos de 35 deputados.

A China invade o Vietnã numa criminosa operação em larga escala, ao longo de toda a fronteira, desde o Golfo de Tonkin...

18 Domingo

1948 - Assinatura de um tratado de amizade e assistência mútua entre a URSS e a Hungria.



Rádio Hanoi anuncia que foi detido o avanço das tropas agressoras chinesas em território do Vietnã numa faixa afastada da fronteira...

19 Segunda-feira

1473 - Nasce Nicolau Copérnico, grande astrónomo polaco a quem se deve a demonstração dos movimentos de rotação e translação dos planetas.

A URSS lançou ontem à noite uma advertência formal à China intimando-a a retirar as suas tropas do Vietnã, antes que seja demasiado tarde...

20 Terça-feira

1965 - É assassinado nos EUA Malcolm X, dirigente do movimento "Black Panthers".

A agressão da China ao Vietnã entra no quarto dia; é noticiado que os invasores chineses já sofreram 5 000 baixas e perderam metade dos blindados envolvidos na invasão...

Que lições retirar da invasão do Vietnã?

No dia 17 de Fevereiro, na sequência de um processo de constantes provocações e agressões fronteiriças, de uma campanha múltipla contra o povo vietnamita, a China invadiu território do Vietnã, até 10 a 20 Km da fronteira...

Neste momento, as forças chinesas foram rechaçadas. A heróica resistência vietnamita, mobilizando não só as forças regulares mas também a população em armas, a firme disposição da URSS de cumprir integralmente os acordos de amizade que a unem ao Vietnã...

A conta dessa operação "punitiva", vários milhares de soldados chineses morreram, o que não parece impressionar os que os enviaram num empreendimento criminoso contra um povo pacífico. Muitos habitantes do Vietnã morreram nas suas aldeias e cidades bombardeadas pelos chineses...

cidadãos vietnamitas de origem chinesa, Pequim conseguiu, pela mentira e pelas ameaças, que uma parte dos "hoas" - uma pequena parte: 160 mil em um milhão e 200 mil - fugisse do Vietnã, criando artificialmente um problema entre os dois países...

Pequim. Em Washington, o vice-primeiro-ministro chinês destacou-se no apoio às mais agressivas posições do imperialismo. As referências à "ameaça russa", o apontar da URSS como o "inimigo principal" foram uma constante nas suas declarações...



Derrubada a ditadura no Irão esboçam-se novas perspectivas

Enfrentando múltiplos problemas (e não menos incógnitas quanto ao futuro) o Irão vive desde já uma realidade radicalmente diferente. Estão profundamente atingidos e em grande medida aniquilados os suportes da ditadura derrubada. Implantase a República, entrançam-se as liberdades com a destruição do aparelho repressivo...

movimento revolucionário que alterou radicalmente a situação do país, começa já a fazer-se sentir. O peso das armas e das riquezas, antes ao serviço do imperialismo, tem hoje uma influência completa e mente diversa. O petróleo iraniano não irá - pelo menos de forma directa - nem para Israel nem para a África do Sul...

A crise capitalista gera desemprego na CEE

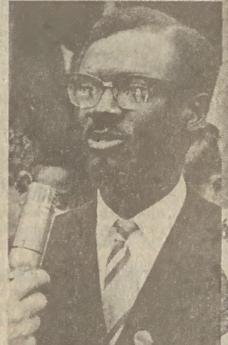
A crise económica que deflagrou no mundo capitalista em 1974/75, somada aos desajustes económicos que se lhe seguiram e à instabilidade da política interna desses países influiu fortemente nas relações inter-estatais, provocando a agudização da desigualdade e das contradições entre os rivais capitalistas...

Neocolonialismo não tem futuro

Para aguentar posições que se vão desmantelando, o neocolonialismo continua a recorrer, em África, à chantagem económica, à imposição de governos-fantoches, à cisão do movimento de libertação, ao fomento de discórdias fronteiriças ou ao reavivir do tribalismo. Face ao avanço evidente do movimento de libertação, e a despeito de um equilíbrio mundial de forças desfavorável a aventuras militares, recrudescem neste momento a prática das intervenções armadas...

decisivamente da capital, foram tropas francesas que sustentaram o seu impulso. O governo arquitetado para servir como momento paleativo - que incluiu o actual primeiro-ministro, expulso da FROLINAT - é o tipo de manobra vulgar nos arsenais do neocolonialismo. Também o governo do Zaire recebe reforços militares da antiga polícia colonizadora. O primeiro contingente de 250 para-comandos belgas de elite, partiu para território zaireense para um "período de treino"...

possibilitam a continuidade de governos como o da Rodésia e da África do Sul, não só enviam auxílios militares muito concretos para as zonas onde o neocolonialismo continua a imperar, como se desdobram em planos de outros pactos militares, na dependência da NATO. Assim, desde 1977, a França, membro da NATO, esforça-se pela criação de um "Pacto de solidariedade afro-europeu", que incluiria, em particular, todas as ex-colónias francesas (situadas na África Ocidental e Central). Pretende-se também a criação de um outro pacto, dirigido contra o processo de libertação dos povos do chamado como de África, e que incluiria os regimes árabes reaccionários. Desde a Primavera de 1978, a NATO tem-se ocupado insistentemente da formação de um "Pacto do Atlântico Sul" (SATOC), que agruparia a África do Sul e regimes reaccionários e fascistas da América Latina: a aliança do fascismo e do racismo contra a liberdade dos povos. Um único senão para o imperialismo: os seus planos saem geralmente frustrados. O movimento de libertação dos povos altera o panorama político de importantes zonas da Terra, desarticulando projectos laboriosos do capitalismo, enquanto a luta pela paz refreia o curso das veleidades de imposição pelas armas de situações opostas à vontade dos povos. Um processo conjugado que, reforçando-se permanentemente, constitui barreira sólida aos planos agressivos dos que tentam perpetuar o domínio da exploração.



Novos reforços militares belgas para o país de Patrice Lumumba.

Breves notícias

Quem tem medo do Afeganistão? - Recentemente o semanário ultra-reaccionário londrino "Sunday Telegraph" e o seu parente norte-americano no "New York Times" concertaram-se para servir aos seus leitores alguns bons sacos de confusão a propósito da Revolução afgã. Assim o "Sunday Telegraph" descobre horrendas chacinas no país para, a seguir, reconhecer os benefícios da Reforma Agrária no Afeganistão. Mas, se das primeiras não apresenta provas, em relação aos segundos avança números que não pôde esconder: 10 000 camponeses já receberam títulos de propriedade desde o princípio do ano, prossequindo a RA em ritmo acelerado e estando prevista a entrega de terras a 44 000 famílias na província de Nemroz. Quanto ao "New York Times", na sua "análise", fala de resistência armada e falta de armas, confunde a União Soviética com a Rússia czarista, mistura desejos com realidades, cita informações da "zona" (I) ou de "viagemantes", não identifica nada, localiza vagamente e mistura tudo com evidentes objectivos confusionistas. O assassínio do embaixador norte-americano em Kabul, capital do Afeganistão, executado no passado dia 14 por um grupo de extrema-direita, demonstra bem o carácter e objectivos da "resistência afgã": bandoleiros e fanáticos a soldo das antigas classes possidentes do país, que a Revolução varreu definitivamente. Este acto terrorista e provocatório fala por si. Pela Revolução afgã falam os 1 500 cursos de alfabetização ministrados no país desde Maio passado, frequentados por mais de 40 000 operários, camponeses e empregados, numa população com mais de 80% de iletrados. Pela Revolução afgã falam a reestruturação dos órgãos da Justiça, que passaram a ter um funcionamento democrático e já fizeram a revisão da maioria dos processos judiciais do regime anterior, bem como a Constituição do Conselho Judicial Supremo, incumbido da tarefa dos direitos democráticos e dos interesses do povo. Pela Revolução afgã falam ainda os decretos já promulgados sobre as antigas relações feudais vigentes no campo e que libertou milhões de camponeses do fardo das dívidas e do jugo dos usurários, e ainda a aprovação do decreto do CR que garante os direitos democráticos dos jovens de ambos os sexos. Disto não fala a imprensa imperialista. A verdade não a serve. Nicarágua e EUA: como é? - A Casa Branca discutiu recentemente a retirada da embaixada dos EUA na Nicarágua, tão escandaloso se tornava o apoio aberto ao ditador Somoza, violador dos mais básicos direitos humanos e um criminoso cujas atrocidades sobre o seu próprio povo indignaram todo o mundo. Nesse sentido os EUA chegaram mesmo a reduzir o pessoal da sua representação diplomática em Manágua e a chamar quatro

conselheiros militares naquele país. Mas a embaixada dos EUA no regime de Somoza não foi encerrada. Nem o será, como bem o advertiu o "Washington Post" ao considerar que a queda de Somoza poderia levar ao poder, na Nicarágua, os representantes das forças progressistas, nomeadamente os comunistas. O que não agradaria ao imperialismo norte-americano, pensem os "direitos humanos" e tudo o mais. A hipocrisia do imperialismo é de tal forma grosseira que começa a ser inútil... No México a dignidade nacional vinga o imperialismo - A recente visita de Carter, presidente dos EUA, a terras mexicanas, com o objectivo claro de abocanhar

as riquíssimas reservas petrolíferas descobertas naquele país, redoundo em duas coisas: uma enérgica afirmação de independência e firmeza face ao imperialismo por parte de Lopez Portillo, o presidente mexicano, e o recuo do mais alto dignitário norte-americano, num continente onde os EUA se habituaram a movimentar-se com o à-vontade de colonizadores. A lição foi dura e a desorientação do presidente norte-americano resvalou mesmo para o ridículo. A viagem "colonizadora" terminou em fracasso, na exacta medida em que se tornou bem claro que o México não prescindia de administrar as suas riquezas, de acordo com os interesses nacionais.

SESSENTA DIAS DE POLÍTICA CONTRA A LIBERDADE DE EXPRESSÃO



O que tem sido a acção de Proença de Carvalho no Ministério da Comunicação Social é do domínio público. O carácter anticonstitucional, da actuação do ex-advogado de António Champalimaud tem sido denunciado, mas o repositório que aqui deixamos do ataque generalizado à liberdade de expressão e às conquistas do povo português neste campo constitui um inquietante alerta. Na pág. 2 publicamos um comentário no qual se ordenam os grandes vectores da ofensiva que inventariamos: mas nesta página se verifica também que a escalada reaccionária não encontra à sua frente um terreno plano onde possam assentar arraiais os que pretendem a liquidação de Abril. A democracia portuguesa dispõe de meios constitucionais, os democratas portugueses têm força suficiente para que seja possível derrotar a escalada da direita. Face à clareza meridiana com que se perfilam os riscos à liberdade de expressão e à liberdade de imprensa — conquista decisiva do 25 de Abril e por que durante anos e anos se bateram os profissionais da comunicação social, os intelectuais e todo o povo português — a unidade é ainda e sempre uma exigência. Os saneamentos de democratas das mais variadas tendências e muito especialmente de militantes do PS revela o verdadeiro significado do anticomunismo apregoado para cobrir o ataque aos comunistas primeiro, mas depois a todos quantos se batem também pela liberdade.

Para quem tenha dúvidas, aqui estão os factos. Sessenta dias de ódio, ilegalidades, violências, manobras, ameaças. Sessenta dias de política reaccionária.



6 de Dezembro — Na sua intervenção sobre o programa do IV Governo na Assembleia da República, o ministro da Comunicação Social, Proença de Carvalho, profere um violento ataque aos órgãos de comunicação social estatizados, faz o elogio da imprensa privada. O antigo advogado de António Champalimaud furtou-se a responder às perguntas que lhe foram postas por diversos deputados e produziu afirmações violentamente anticomunistas.

8 de Dezembro — No seguimento da transmissão pela RTP das intervenções finais do debate na Assembleia da República, o ministro Proença de Carvalho entende que o discurso de Mota Pinto fora "preterido" e exige nova transmissão na íntegra. Vasco Graça Moura, director do 1.º canal da RTP, insurge-se nos ecrãs da TV contra a ingerência do ministro que, entretanto, critica também publicamente a RTP por igualmente "preterir" as posições do Governo no debate parlamentar.

10 de Dezembro — O Sindicato dos Jornalistas emite um comunicado em que protesta contra as ingerências de Proença de Carvalho, manifestando a sua "maior apreensão" pelos "infelizes" procedimentos do ministro e pelo "que eles revelam e podem prenunciar de estrangulamento da liberdade de expressão".

11 de Dezembro — O Conselho de Imprensa afirma que as atitudes de Proença de Carvalho em relação à RTP e RDP podem "interpretar-se como ameaça à liberdade de expressão do pensamento através dos meios de comunicação social em geral".

12 de Dezembro — Durante a paralisação dos jornalistas, em luta pela negociação do novo contrato de trabalho (e que atinge uma média de adesão superior a 90%), os profissionais da informação em serviço na AR paralisam durante a intervenção do Primeiro-Ministro, o que provoca grande agitação na bancada do PPD... Como retaliação, Mota Pinto não fornece o texto do seu discurso final aos órgãos de comunicação!

14 de Dezembro — O Conselho de Informação para a RTP, reunido de emergência a pedido do PS, aprova uma resolução (com os votos a favor do PS, PCP e UDP, a abstenção do CDS e os votos contra do PPD) sobre a carta de Proença de Carvalho à RTP, que envolve "um claro propósito de interferência na RTP", o que "é intolerável face à Constituição da República e aos princípios de um Estado democrático".

15 de Dezembro — O grupo parlamentar do PCP denuncia na AR que o Governo e a RTP não cumpriram o acordo anteriormente estabelecido acerca das transmissões do debate parlamentar uma vez que, na quarta-feira 13, a televisão transmitiu novamente na íntegra a intervenção final de Mota Pinto numa hora de grande audiência.

20 de Dezembro — Vasco Graça Moura é sanção de director do 1.º canal da RTP depois de conciliabulos entre João Soares Louro, presidente da Comissão Administrativa da RTP, e o ministro Proença de Carvalho.

O Conselho de Ministros decide desintervencionar o «Diário de Lisboa». Nem trabalhadores, nem direcção, nem Conselho de Informação para a Imprensa foram ouvidos sobre a medida, contra o que formalmente manda a lei. A Comissão de Trabalhadores do «DL» considera que a forma como a desintervenção se realizou prenuncia um esforço de estrangulamento financeiro daquele órgão de imprensa.

21 de Dezembro — Vasco Graça Moura dá uma conferência de imprensa onde critica a sua exoneração e informa que recorrerá dela para o Supremo Tribunal Administrativo.

24 de Dezembro — No programama «Cartas na Mesa», em que participa o convite de José Manuel Barroso, o ministro Proença de Carvalho faz um comício reaccionário: apelos à criação de sindicatos amarelos de jornalistas, defesa de subsídios estatais à imprensa fascista, elogios à Rádio Renascença em detrimento da RTP, etc, etc.

28 de Dezembro — O Conselho de Informação para a Imprensa aprova uma resolução em que condena a desintervenção no «Diário de Lisboa» e, especialmente, o facto de o ministro da Comunicação Social ter ignorado para essa medida a audiência do Conselho, violando assim frontalmente a lei e assumindo uma atitude de desrespeito para com um órgão da Assembleia da República.

30 de Dezembro — É anunciada a nomeação de Carlos Cruz (dado como afecto ao PPD) para director de programas da RTP/1 em substituição de Vasco Graça Moura.

2 de Janeiro — A Comissão Dinamizadora da Rádio Altiúde, na Guarda, denuncia manobras para o controlo da estação. Segundo diversas fontes, estas manobras relacionam-se com dirigentes do CDS.

4 de Janeiro — «O Diário» denuncia a acção do Ministério da Comunicação Social, que "bombardea" as redacções (à boa maneira do SNI...) com telexes, notas, comunicados, etc, sobre o que faz, o que diz, o que pensa, o que pretende, o que imagina o Primeiro-Ministro Mota Pinto.



5 de Janeiro — O semanário reaccionário «O País» anuncia que Mota Pinto está a estudar a questão da Rádio Televisão Independente, a empresa dirigida por Tomás Rosa e que pretende estabelecer — contra o previsto na lei — uma emissora de TV privada que surge ligada às forças mais reaccionárias nacionais e estrangeiras. Tomás Rosa, aliás, visitou a RFA há pouco tempo.

6 de Janeiro — O semanário «Expresso» anuncia uma ampla ofensiva do Governo contra o sector público da comunicação social. Aquele jornal ligado ao PPD confirma o risco da "cilindragem" do «Diário de Lisboa» após a desintervenção, anuncia "alterações de fundo no «Diário Popular» (que envolveriam o saneamento do director, o jornalista Jacinto Baptista, eleito por unanimidade dos trabalhadores do jornal para aquele cargo), um "estudo a sério da possibilidade de reprivatizar o ex-Rádio Clube Português" e ainda um "projecto de remodelação da RDP" incluindo alterações na Comissão Administrativa.

9 de Janeiro — Depois de uma reunião com o ministro Proença de Carvalho, a Comissão Administrativa da RDP demite o deputado do PS Igrejas Caeiro do seu cargo de director de programas da RDP. O ridiculo pretexto é o alegado "carácter injurioso" da intervenção do sanado numa reunião de 19 de Dezembro em que, segundo a acta, defendera a necessidade de uma "administração activa e imaginativa"!!!

10 de Janeiro — A Comissão de Trabalhadores da RDP emite um comunicado em que protesta energicamente contra o saneamento de Igrejas Caeiro e lembra que "fazer cedências a determinado quadrante político põe em sério risco a independência da RDP".

Igualmente o Secretariado do Partido Socialista manifesta um "veemente protesto" contra a exoneração.

O Conselho de Ministros nomeia nova Comissão Administrativa para a RDP e aprova um "estatuto de excepção para a emissora. Uma vez mais, o Governo ignora a audiência prévia do respectivo Conselho de Informação (que a lei manda que seja ouvido antes da nomeação de administradores dos órgãos de comunicação estatizados). Os novos elementos da Comissão Administrativa são personalidades ligadas claramente à direita, desde administradores do jornal reaccionário «O Dia», até antigos administradores de jornais colonialistas de Angola.

11 de Janeiro — O ministro Proença de Carvalho, no mais completo desrespeito pela legalidade, resolve dar posse à nova CA da RDP antes de o Conselho de Informação, sequer, se pronunciar sobre a nomeação.

O Sindicato dos Jornalistas, quer através de um comunicado de direcção, quer através de uma moção aprovada em AG, protesta contra a ofensiva desencadeada, os saneamentos, o estatuto de excepção da RDP (o "estado de sítio na RDP").

O PCP emite uma nota em que protesta energicamente contra a nova ofensiva de Proença de Carvalho.

Nos Conselho de Informação para a Imprensa, os votos do CDS e do PS fazem aprovar a nomeação para a nova direcção do jornal estatizado «Comércio do Porto», dois indivíduos ligados ao CDS e a outras forças reaccionárias do Norte e de Angola.

12 de Janeiro — Proença de Carvalho inventa uma nova fórmula jurídica: a "posse interina", que dá à nova CA da RDP.

O Conselho de Informação para a RDP, reunido ao princípio da tarde, aprova uma moção em que declara ilegal a posse e "denuncia os sucessivos atropelos à lei cometidos pelo Governo e pelo ministro da Comunicação Social". O CI protesta "junto da AR e da opinião pública contra o desrespeito pela lei por parte do Governo e do ministro da Comunicação Social".

No discurso da tal "posse interina", Proença de Carvalho pronuncia nova oração reaccionária, com ataques aos partidos democráticos e ao próprio CI. O presidente da CA, Humberto Lopes, num discurso estróxico, revela as suas intenções de "meter na ordem" a emissora.

13 de Janeiro — O «Diário Popular» revela que decorrem negociações para a compra de «O Dia» pela empresa Cofil, ligada aos Mellos e a Jorge Jardim, e que é uma das principais accionistas do pasquim «O Diabo».

14 de Janeiro — A Comissão de Trabalhadores da RDP protesta contra o estatuto de excepção e acusa o Governo de violar a Constituição.

16 de Janeiro — O Conselho de Informação para a RDP manifestou-se desfavoravelmente à nomeação da nova Comissão Administrativa daquela empresa pública.



17 de Janeiro — O Conselho de Ministros decide a desintervenção nos jornais «Comércio do Porto» e «Jornal de Notícias», bem como nas distribuidoras Regimpressa e Expresso e nas editoras Arcádia e Morais. Para os dois diários do Porto é inventada uma nova fórmula: passam a ser "empresas de capital misto no sector privado".

No mesmo dia, o CI/RDP aprova uma resolução em que considera a exoneração de Igrejas Caeiro como um saneamento político: uma proposta do PCP para que o CI recomendasse a imediata recondução daquele profissional foi derrotada pelos votos do CDS e do PSD... e pela abstenção do PSI Prosseguindo a campanha aberta contra os órgãos constitucionais que são o CI num artigo de Sousa Tavares em «A Capital», o «Jornal Novo» e «O Dia» iniciam a campanha da "manipulação dos CIs pelo PCP".

19 de Janeiro — A Comissão Política Nacional do PPD exprime o seu apoio à política de Proença de Carvalho.

É nomeado "assessor" da Comissão Administrativa da RDP para a direcção de programas o jornalista Duarte de Figueiredo, antigo subchefe de redacção de «O Dia» e do «Jornal Novo» quando este era dirigido por Proença de Carvalho. É igualmente nomeado chefe de redacção do Serviço de Notícias da RDP o jornalista Rui Camacho, contra o parecer dos jornalistas daqueles serviços que se haviam pronunciado em fins de Dezembro pelo seu colega António Jorge Branco, que fora indicado pela direcção de programas.

O semanário «Expresso» informa que um dos membros da Comissão Administrativa da Televisão (Cardoso de Menezes, do CDS) exercera numerosas pressões para que Igrejas Caeiro não fosse ouvido no programa «Directíssimo».

21 de Janeiro — Através de uma nota da SIP, o PCP toma posição contra as desintervensões dos dois diários do Porto.

23 de Janeiro — A Comissão de Trabalhadores da RDP propõe a recondução de Igrejas Caeiro no cargo de que fora afastado em função do parecer do CI e protesta contra a nomeação de Rui Camacho.

24 de Janeiro — A pretexto da transmissão de um programa sobre a jornada de apoio à Reforma Agrária, a CA da RDP suspende o programa «Contraponto» e manda instaurar um processo disciplinar ao seu realizador, José Manuel Nunes.

Os delegados sindicais da RDP protestam contra as nomeações de Duarte Figueiredo e Rui Camacho por estes nunca terem trabalhado em rádio, não pertencerem aos quadros da empresa e só poderem ser justificadas por motivos de natureza política "e assentar em exclusivo em critérios alheios ao funcionamento regular da empresa".

Também a Comissão Negociadora Sindical dos Jornalistas protesta contra a campanha de propaganda desencadeada pelo ministro Proença de Carvalho contra a luta da classe e em benefício do patronato do sector, que se recusa a negociar o CCT.

25 de Janeiro — Tomam-se públicas as medidas tomadas pela CA da RDP, ao mesmo tempo que suspendia o programa «Contraponto» e instaurava o processo disciplinar ao seu realizador e que correspondem à verdadeira instauração de um sistema de terror e de censura interna na emissora.

Na Assembleia da República é aprovado um voto de protesto contra o saneamento de Igrejas Caeiro. «O Diário» lembra que o afastamento de Caeiro e a suspensão do programa «Contraponto» eram "linhas de acção" do programa da lista do PPD para a Comissão de Trabalhadores da RDP e que havia perdido às eleições!

26 de Janeiro — A suspensão do «Contraponto» desencadeia uma vaga de protestos que se alarga a todo o País e abrange organizações sindicais, forças políticas democráticas, comissões de trabalhadores e de moradores, etc.

28 de Janeiro — O sr. Alberto João Jardim, presidente do Governo Regional da Madeira (e que o jornalista Artur Portela classificou de Idi Amin português...) declara que "os protestos do Conselho de Informação para a RTP apenas me divertem". O Governo PPD da Madeira havia sido condenado na última reunião do CI pelas suas intromissões e pressões no funcionamento local da RTP.

29 de Janeiro — A Comissão de Trabalhadores da RDP protesta contra a suspensão do «Contraponto».

30 de Janeiro — O CI da RDP reúne-se para apreciar o relatório da comissão de inquérito sobre a exoneração de Igrejas Caeiro (e de que o delegado do CDS se afastara) concluindo definitivamente pelo carácter de saneamento político da exoneração e recomendando a sua recondução imediata.

A CGTP-IN denuncia "perante todos os trabalhadores, democratas e opinião pública a escalada reaccionária do Governo Mota Pinto contra o direito à informação".

31 de Janeiro — Proença de Carvalho demite de presidente do Conselho de Administração do «Diário de Notícias» o tenente-coronel Pedroso Marques, um dos homens do assalto ao quartel de Beja em 1961 e normalmente contactado com o PS. É alegada para o afastamento "falta de sintonia política" de Pedroso Marques com o MCS...

1 de Fevereiro — A Comissão de Trabalhadores da Empresa Pública Notícias-Capital protesta contra a exoneração de Pedroso Marques.

Proença de Carvalho continua os seus ataques aos Conselhos de Informação e às forças democráticas em nova intervenção na RTP, desta feita no programa «Directíssimo».

2 de Fevereiro — "O que se está a passar na RDP é um atentado contra a liberdade, contra a inteligência e contra a cultura", afirma a CT daquela emissora num enérgico comunicado em que acusa Proença de Carvalho de querer transformar a RDP "num órgão de propaganda do actual Governo".



5 de Fevereiro — A CA da RDP declara a uma delegação do Sindicato dos Jornalistas que tenciona despedir 150 trabalhadores da empresa que têm contratos a prazo.

No mesmo dia, a Subcomissão de Trabalhadores da Direcção dos Serviços de Programas da RDP aprova por unanimidade um documento em que denuncia e revela alguns exemplos do clima que a equipa ao serviço de Proença de Carvalho e do Governo Mota Pinto/PPD instaurou na RDP: "os directores do canal deram já a conhecer que a Reforma Agrária e o Serviço Nacional de Saúde são assuntos proibidos", "foi aconselhado superiormente que sejam vedados ao tratamento, nos diversos blocos informativos, comunicados, moções ou tomadas de posição de outra ordem veiculadas tanto pela CA como pela CT da RDP ou por qualquer outro órgão representativo, como seja (e isto é um exemplo) a AG".

Ainda na mesma data, o CI para a RDP aprova um protesto contra a manobra que beneficiaria a intervenção de Mota Pinto quanto à transmissão do seu discurso no debate do Programa de Governo.

6 de Fevereiro — Novo protesto da CT da RDP, desta feita contra uma ordem de serviço intimidatória da CA.

A Comissão Intersindical de «O Século» desmente declarações de Proença de Carvalho feitas no «Directíssimo».

A CA da RDP nomeia para seu delegado na Madeira (segundo a Anop) um director de hotéis do Algarve.

7 de Fevereiro — Segundo o «Diário de Notícias», por decisão da CA da RDP, os programas 3 e 4 (sector comercial) "passarão a funcionar sob uma direcção única e autónoma nas instalações do ex-RCP". Segundo outras fontes, esta medida seria o primeiro passo para a reprivatização do ex-RCP e sua entrega a um grupo a que não seria alheio Furtado Fernandes, que aparece igualmente ligado à venda de «O Século» projectada por Proença de Carvalho e ao lançamento de uma revista em sociedade com a RTP.

Em conferência de imprensa, Tomás Rosa, pela RTI, anunciou um encontro no dia 8 com Proença de Carvalho e confirmou ter pedido a frequência da Rádio Ribatejo "aguardando uma decisão do ministro da Comunicação Social", mas que existia por outro lado uma colaboração estreita com a Rádio Renascença. Tomás Rosa diria ainda que a RTI tem o apoio do Cardeal Patriarca de Lisboa.

8 de Fevereiro — A Assembleia Geral de Trabalhadores da RDP apela para a Assembleia da República no sentido de que esta rejeite o chamado "estatuto transitório" imposto por Proença de Carvalho.

10 de Fevereiro — O Conselho de Informação para a Imprensa Estatizada aprovou um voto de protesto contra a exoneração de Pedroso Marques.

O PCP requereu na Assembleia da República a discussão para ratificação do decreto que institui o regime de excepção na RDP.

11 de Fevereiro — Rebenta enorme escândalo em torno do "homem de mão" de Proença de Carvalho e da CA da RDP, Duarte de Figueiredo. O "assessor" invadiu os serviços de noticiário da RDP e impôs a leitura na íntegra em todos os noticiários do comunicado da Administração dos TLP sobre a greve e fez cortes nos comunicados da Comissão Negociadora Sindical. E instaurou um processo disciplinar a um locutor que, por motivos meramente profissionais (ligibilidade do primeiro documento que lhe foi apresentado para leitura) se recusou a transmitir o comunicado da Administração dos TLP logo após o aparecimento de Duarte Figueiredo.

13 de Fevereiro — A CA da RDP despede José Manuel Nunes, bem como mais 45 trabalhadores da RDP. O ex-realizador do «Contraponto» é despedido com "ressalva dos bons serviços profissionais", segundo a própria carta da CA. Enquanto se processam estes despedimentos, consta a admissão ou promoção na RDP de profissionais do tempo do fascismo, como Artur Agostinho, Moreira da Câmara, Maria Leonor e outros.

15 de Fevereiro — Proença de Carvalho multiplica-se em entrevistas («A Capital» e «O País») com uma tónica: ataques aos Conselhos de Informação aos quais, ignorando a sua dignidade constitucional, acusa de se quererem "arvorar em tribunais", etc. — além das habituais discursatas reaccionárias.

Acresce destas declarações, o Conselho de Informação para a Imprensa Estatizada denuncia a "campanha anticonstitucional que visa pôr em causa o papel dos Conselhos de Informação como órgãos de vigilância e de defesa da independência da comunicação social estatizada, face ao Governo e à Administração Pública". O parecer do Conselho refere-se igualmente a um editorial provocatório do director de «A Capital», o ex-dirigente monárquico e ex-militante do PS Sousa Tavares.

O semanário «O Jornal» anuncia que Proença de Carvalho estaria a pensar concentrar a imprensa vespertina do Estado no «Diário Popular», substituindo Jacinto Nunes e apontando como candidatos do ministro: António José Saraiva, Manuel Lucena, Dinis de Abreu e Pacheco de Andrade.

16 de Fevereiro — Pela segunda vez, a Comissão Administrativa da RDP recusa-se a comparecer a uma reunião do Conselho de Informação para que fora convocada. O seu presidente, Humberto Lopes, produz declarações insultuosas contra aqueles órgãos constitucionais. O CI reclamou do Ministério procedimento disciplinar contra a CA.

